UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Mônica Alves Cardona

Os parques da realidade e da ficção

O cenário de criação dos parques públicos municipais, na cidade de São Paulo e suas implicações na Qualidade de Vida dos cidadãos.

São Paulo
2013

Mônica Alves Cardona

Os parques da realidade e da ficção

O cenário de criação dos parques públicos municipais, na cidade de São Paulo e suas implicações na Qualidade de Vida dos cidadãos.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências, no Programa de Mudança Social e Participação Política.

Orientador:

Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida

São Paulo

2013

Versão Corrigida

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Biblioteca

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da
Universidade de São Paulo

Cardona, Mônica Alves

Os parques da realidade e da ficção : o cenário de criação dos parques públicos municipais, na cidade de São Paulo e suas implicações na qualidade de vida dos cidadãos / Mônica Alves Cardona ; orientador, Marco Antonio Bettine de Almeida. – São Paulo, 2014.

172 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, em 2013.

Versão corrigida.

1. Parques – São Paulo (SP). 2. Lazer – Aspectos sociais. 3. Espaço público – São Paulo (SP). 4. Qualidade de vida. 5. Urbanização – História - São Paulo (SP). 6. Administração municipal – São Paulo (SP). I. Almeida, Marco Antonio Bettine de, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 719.32098161

Nome: CARDONA, Mônica Alves

Título: Os parques da realidade e da ficção - O cenário de criação dos parques públicos municipais, na cidade de São Paulo e suas implicações na Qualidade de Vida dos cidadãos.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências, pelo Programa de Mudança Social e Participação Política.

Aprovada em: 29/10/2013

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida - Universidade de São Paulo (USP) - Orientador

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Sidnei Raimundo - Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Titular: Gustavo Gutierrez – Universidade de Campinas (Unicamp)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória:

Dedico este trabalho a Deus.

Ao Mestre dos mestres, Jesus.

Aos meus Mentores Espirituais.

Dedico ao meu amado pai, José Cardona Vico, que é a pessoa mais generosa e meiga que eu já conheci e a quem eu devo muito mais que a vida.

Dedico também (*in memoriam*) à minha mãe, Maria Bernadete Alves Cardona, uma grande educadora, que me legou ensinamentos que guardarei para o resto de minha existência.

Dedico com todo amor e carinho às minhas irmãs queridas e muito amadas: Paula Cardona Victor e Roberta Alves Cardona. Todas as experiências que vivemos nos tornaram muito mais que irmãs! Nossas almas se entrelaçam numa amizade eterna!

Agradecimentos:

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador, o professor Doutor Marco Antonio Bettine de Almeida, que me auxiliou desde o início, quando a possibilidade de realizar esse mestrado não passava de uma ideia embrionária, sem grandes chances de realização. Foi um percurso muitas vezes tortuoso, mas que me propiciou um enorme aprendizado. Muito obrigada Marco: pela confiança, paciência e compreensão!

Agradeço também aos integrantes da Banca de Examinadora: o professor Doutor Sidnei Raimundo, da USP e o professor Titular Gustavo Luiz Gutierrez, da Unicamp, que me ofereceram preciosas sugestões para a melhoria deste trabalho. Especialmente gostaria de agradecer ao professor Doutor Renato Marques, da USP de Ribeirão Preto, membro da Banca de Qualificação, que muito me auxiliou com suas ponderações.

Aos colegas e professores do Programa de Mudança Social e Participação Política, do curso de Educação Física e Saúde e de outros cursos da EACH-USP (onde tenho muitos amigos), sou muito grata, pois muito contribuíram neste processo de aquisição de conhecimentos e de amadurecimento pessoal.

Agradeço aos professores Doutores Alessandro Soares e Douglas Roque Andrade, pelas contribuições durante esse processo.

Ao pessoal da secretaria de Pós-Graduação muito obrigada pela presteza!

Wesley Fernandez e Waltinho Tolentino: muito obrigada pela dica!

Um agradecimento especial à amiga Beatriz Faia.

Todo carinho à amiga-irmã de canto e de vida Catarina David!

Minha reverência à amiga Elaine Fiore: uma grande docente, educadora e um ser humano admirável!

À amiga, médica e aluna Fabiana Vallido: Obrigada Fabi, sua ajuda foi inestimável! Agradeço também aos meus amigos da Casa do Caminho e especialmente à querida Yunilce Pallota (Dna. Nilce), pelo auxílio e sustentação recebidos.

E mais uma vez agradeço o apoio da minha família maravilhosa!

Sou tão grata a Deus e ao mundo, que agradeço a todos os que de alguma forma fizeram ou fazem parte da minha vida!

Resumo:

CARDONA, M. A. **Os parques da realidade e da ficção - O cenário de criação dos parques públicos municipais, na cidade de São Paulo e suas implicações na Qualidade de Vida dos cidadãos.** 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O trabalho teve por objetivo analisar as formas de tratamento dadas pelo município, a parques públicos de características semelhantes, situados em áreas com perfis socioeconômicos diferenciados, além de contextualizar a estruturação e criação dos parques urbanos na cidade de São Paulo. Buscou-se estabelecer sob uma abordagem histórica e sociológica, como ocorreu a distribuição do espaço e sua apropriação pelos diferentes grupos desde a colonização até a atualidade e as relações estabelecidas em seus entornos. Para a execução deste trabalho foram realizados levantamentos bibliográficos e consultas em órgãos públicos para a obtenção de dados sobre os parques estudados e as regiões onde se localizam os mesmos. O suporte teórico deu-se por meio de bibliografia levantada sobre os temas: qualidade de vida, lazer, urbanização, produção do espaço, parques públicos e dominação política. A partir de uma perspectiva comparativa, foram analisados o Parque do Carmo - Subprefeitura de Itaquera e o Parque Ibirapuera - Subprefeitura da Vila Mariana. A escolha recaiu sobre esses parques, pela semelhança nas suas dimensões, características e funções, bem como por situarem-se em áreas habitadas por moradores de diferentes perfis socioeconômicos. As comparações foram realizadas após visitas de campo, levantamento e organização dos dados, para a caracterização e análise dos parques. Os resultados demonstraram as diferenças de tratamento oferecidas pela prefeitura aos equipamentos pesquisados. A pesquisa também permitiu observar práticas de uso do espaço público visando a dominação política e gerando desigualdades, enraizadas desde os processos de distribuição de terras no Brasil colonial, prosseguindo durante a urbanização da capital paulista.

Palavras Chave: qualidade de vida, lazer, parques, produção do espaço e dominação política

Abstract:

CARDONA, M. A. **The parks of reality and the parks of fiction – The scenary of public parks creation in the city of São Paulo, Brazil and their implications in the citizen's Quality of Life.** 2013. 172 p. Dissertation (Master's Degree) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

The study aimed to analyze the forms of treatment given by the municipality, to public parks of similar characteristics but located in areas of different socioeconomic profiles and also contextualize the structuring and creation of urban parks in the city of São Paulo. We sought to establish in a historical and sociological approach, the way the distribution of space and its appropriation by different groups happened, from colonization to the present and the relationships established in their surroundings. For the execution of this work were performed bibliographic consultations and were visited public agencies to obtain data on the studied parks and regions where they are located. The theoretical support was given through bibliography on the topics: quality of life, leisure, urbanization, production of space, public park and political domination. From a comparative perspective, were analyzed the Carmo Park, administered by Itaquera's City Hall Department and Ibirapuera Park, under the administration of the Vila Mariana's City Hall Department. The choice fell on these parks because of the similarity in their size, features and functions, as well as are situated themselves in areas inhabited by people of different socioeconomic profiles. Comparisons were made after field visits, survey and data organization, for the characterization and analysis of the parks. The results showed differences in the treatment offered by the municipality in the equipments surveyed. The research also allowed to observe practices of using the public space aiming political domination and creating inequalities, rooted from the process of land distribution in the colonial Brazil, continuing during the urbanization of São Paulo's state capital.

Keywords: quality of life, leisure, parks, production of space and political domination

Lista de Figuras

Figura	1.	Modelo de Determinação Social da Saúde	p. 33
Figura	2.	Pq. Buenos Aires, B. Higienópolis, S. Paulo	p. 77
Figura	2a.	Os Três Imãs	p. 81
Figura	3.	Parque Vila Sílvia - Zona Leste	p. 105
Figura	4.	Parque Zilda Natel - Zona Centro-Oeste	p. 106
Figura	5.	Pq. Mário Covas - Zona Centro-Oeste	p. 106
Figura	6.	Parque Linear Itaim - Zona Leste	p. 107
Figura	7.	Pq. Linear da Integração - Zona Leste	p. 108
Figura	8.	Parque Aterro Sapopemba – Zona Leste	p. 109
Figura	9.	Parque do Carmo	p. 114
Figura	10.	Parque Ibirapuera	p. 117
Figura	10a.	Planetário do Carmo	
Figuras	11 a 13.	Obras do Complexo Viário Polo Itaquera	p. 123
Figuras	14 a 15.	Obras da Arena Corinthians	p. 123
Figuras	16 a 19.	Proximidades do Parque do Carmo	p. 125
Figuras	20 a 23.	Parque do Carmo	p. 125
Figuras	24 a 27.	Aparelhos de Musculação e Ginástica	p. 126
Figura	28.	Campo de Futebol – Pq. Do Carmo	p. 126
Figura	29.	Parceria Itaú	p. 126
Figuras	30 a 31.	Novos Banheiros	p. 126
Figuras	32 a 34.	Churrasqueiras e lixeira	p. 128
Figuras	35 a 39.	Playgrounds – Pq. Do Carmo	p. 129
Figuras	40 a 42.	Entorno do Parque Ibirapuera	p. 132
Figuras	43 a 47.	Playgrounds – Parque Ibirapuera	p. 133
Figuras	48 a 50.	Áreas Livres Parque Ibirapuera	p. 134
Figuras	51 a 54.	Quadras Poliesportivas	p. 135
Figuras	55 a 56.	Lixeiras	p. 136
Figura	57.	Show Noturno – Parque Ibirapuera	p. 137
Figura	58.	Vista Aérea - Parque Ibirapuera	p. 137

Sumário

Introdução	11
1. Em Busca de uma Vida com Qualidade	15
1.1 Qualidade de Vida: O Conceito e suas Relações	16
1.2 Qualidade de Vida, Desenvolvimento e Liberdade.....	20
1.3 Instrumentos de Avaliação da Qualidade de Vida	24
1.4 Qualidade de Vida e sua Interface com a Saúde.....	29
2. Lazer, Qualidade de Vida e Cidadania Plena.....	39
2.1 Considerações Históricas e Teóricas sobre o Lazer.....	39
2.2 Sebastián De Grazia e a Concepção Aristotélica de Lazer	45
3. Lugar Comum: Gênese do Pensamento e Espaço	55
3.1 Contornos e Espaços da Esfera Pública	57
3.2 Dominação Política e Produção do Espaço	61
3.3 Urbanização Generalizada e o Direito à Cidade	72
4. Os Parques Públicos no Espaço Urbano.....	77
4.1 Parques Públicos no Contexto da Urbanização da Cidade de São Paulo ..	85
4.2 Contrapontos da Cidade: O Parque Ideal e o Parque Real	110
Considerações Finais	142
Referências Bibliográficas.....	145

Introdução

No título deste trabalho procurou-se acentuar uma característica marcante da cidade de São Paulo: o seu caráter contraditório. Palco de grandes contrastes, em São Paulo pode-se encontrar uma precisa recriação do universo de desigualdades que caracterizam a sociedade contemporânea.

O objetivo desta pesquisa foi examinar por meio de uma perspectiva comparativa, as formas de tratamento dadas pelo município, a parques públicos de características semelhantes, porém situados em áreas distintas da capital paulista, com perfis socioeconômicos também diferenciados. Procurou-se então, com base nos resultados obtidos, estabelecer uma relação com a forma em que aconteceu a configuração estrutural da cidade de São Paulo. Buscou-se estabelecer sob uma abordagem histórica e sociológica, como se deu ordenação urbana da cidade, a distribuição dos espaços públicos e privados; sua apropriação pelos diferentes grupos sociais, desde a colonização até a atualidade; e as relações estabelecidas em seus entornos. Objetivou-se, principalmente, entender de que forma se deu a criação dos parques urbanos em São Paulo, procurando relacioná-los como instrumentos com grande potencial em contribuir para um patamar mais elevado na qualidade de vida dos cidadãos nas suas diferentes esferas e domínios.

Para tal foram selecionados o Parque do Carmo, administrado pela Subprefeitura de Itaquera e o Parque Ibirapuera, sob a administração da Subprefeitura da Vila Mariana. A escolha recaiu sobre esses parques, pela semelhança nas suas dimensões, características e funções, bem como por situarem-se em áreas habitadas por moradores de diferentes perfis socioeconômicos.

Realizou-se a combinação de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. A pesquisa bibliográfica permitiu a fundamentação teórica dos temas abordados e foi realizada por meio de levantamentos realizados nos sistemas de bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Campinas (UNICAMP), bem como nos instrumentos acadêmicos da internet (SciELO, Google Scholar, Jstor e revistas científicas publicadas online), sendo utilizadas as palavras

chave: qualidade de vida, promoção da saúde, lazer, parques públicos, produção do espaço e dominação política.

A seleção bibliográfica foi sucedida por uma análise temática, textual e interpretativa do material (SEVERINO, 2002). O levantamento documental foi feito por meio da coleta de dados junto a instituições públicas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo acesso a sítios de *internet*, de órgãos públicos como o portal do Ministério da Saúde, portais da Prefeitura do Município de São Paulo, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e outros.

O método comparativo foi escolhido porque permite encontrar regularidades, abranger deslocamentos e transformações, “construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998)”.

Lakatos e Marconi (2010) apontam o método comparativo como uma “verdadeira demonstração indireta”, que permite analisar dados concretos, deduzindo dos mesmos, elementos constantes abstratos e gerais. Existem abordagens clássicas na sociologia, operacionalizando o método comparativo. Dentre elas pode-se destacar a obra de Durkheim (1985) no tratamento mais aprofundado das questões epistemológicas e metodológicas associadas ao uso da comparação na construção do conhecimento em ciências sociais.

As comparações foram realizadas após visitas de campo feitas nos dois parques, durante as quais, os mesmos foram avaliados mediante um instrumento utilizado por Silva e Gomes (2010) que aplicaram um formulário contendo critérios de avaliação (ANEXO A), num trabalho realizado em parques urbanos no estado de Alagoas, Brasil. O instrumento propiciou o levantamento e organização dos dados de campo, auxiliando na caracterização e análise dos parques. Foram realizadas fotos dos mesmos e dos seus entornos, assim como comparadas as informações e atividades disponíveis para estes dois equipamentos no Portal da Prefeitura do Município de São Paulo.

A estruturação da pesquisa se deu de forma a dimensionar a importância da disponibilização de parques urbanos de acesso público, que ofereçam possibilidades de um lazer ativo, promoção da saúde, de atividades culturais diversas, momentos

de reflexão e estudo, entre uma enorme gama de práticas de natureza variada, como um fator de grande relevância para uma Qualidade de Vida positiva para a população.

Para a apresentação da temática em estudo, o texto foi subdividido em quatro capítulos. No Capítulo 1 realizou-se um apanhado conceitual sobre a noção de Qualidade de Vida, os domínios e facetas que compõem o seu campo semântico, a sua relação com o desenvolvimento sustentável, com a saúde, o meio ambiente, os fatores socioeconômicos e os instrumentos criados para a sua mensuração.

O Capítulo 2 apresenta os estudos realizados no campo do Lazer, dentro de uma ótica que relaciona o mesmo como uma área da manifestação humana potencialmente importante para a ampliação da Qualidade de Vida. São feitas considerações históricas e teóricas sobre o Lazer, sendo trazida também uma discussão de Sebastián De Grazia, que desenvolve uma reflexão sobre o tema, à partir uma concepção clássica ou Aristotélica de Lazer.

No Capítulo 3 são relacionados em sua origem, o espaço público e a manifestação pública do pensamento, percorrendo vários momentos da história, desde antiguidade grega, sendo também apresentada a formação da esfera pública burguesa, dentro da proposta de Jürgen Habermas. A contribuição de Henri Lefebvre ao trabalho deu-se nas conceituações sobre produção do espaço, seu uso para a dominação e nas propostas do autor sobre o direito à cidade. Do sociólogo português Boaventura Souza Santos, utilizou-se o conceito de pensamento abissal relacionando-o ao processo de urbanização, distribuição do espaço e ao processo de periferização na capital paulista.

O capítulo 4 desenvolve o levantamento histórico sobre a urbanização de São Paulo e os contextos em que foram criados os parques públicos municipais. Pode-se observar o papel da habitação na ordenação do espaço da capital, a atuação dos grupos dominantes na defesa de seus interesses e de que forma deu-se o crescimento da cidade de São Paulo, que praticamente em um século, transformou-se de um pequeno vilarejo em uma grande metrópole. Neste Capítulo encontram-se os resultados da pesquisa de caráter comparativo, realizada com objetivo de relacionar as ações do poder público nos Parques Ibirapuera e do Carmo. Neste modulo encontra-se também a discussão gerada pelas reflexões obtidas ao serem

relacionados os resultados obtidos, aos conceitos e informações levantados na pesquisa bibliográfica e documental realizada para o trabalho.

Nas Considerações Finais são retomados os principais resultados da discussão, bem como, as contribuições e questões suscitadas pelo trabalho.

1. Em Busca de uma Vida com Qualidade

Vencida a primeira década do século XXI, descortina-se um cenário de grandes possibilidades. Avanços ininterruptos da ciência e da tecnologia propiciam perspectivas fascinantes para a vida humana. Os horizontes do pensamento alcançam dimensões antes inconcebíveis. São incomparáveis os recursos da atualidade para o crescimento do indivíduo e seu progresso nos diversos campos do saber. As informações trafegam de um lado a outro do mundo em milésimos de segundo. Processos cirúrgicos e terapêuticos sofisticados prolongam a vida daqueles que possuem recursos econômicos para obter esses tratamentos. Novas metodologias médicas e farmacológicas, da mesma forma, surgem em benefício da população. Em alguns pontos do globo, há uma abundância jamais vista, elevada expectativa de vida, existência de governos democráticos e participativos, discursos onde predominam o respeito aos direitos humanos, à diversidade e às liberdades políticas.

Por outro lado, nos países periféricos, focos de prosperidade são cercados de miséria crescente por todos os lados. Guerras de origens diversas prosseguem cruéis; persiste a pobreza e necessidades elementares insatisfeitas; fome e desnutrição atingem milhões de homens, mulheres e crianças; liberdades básicas são violadas; violências, criminalidade, doenças degenerativas, ameaças ao ambiente e à sustentabilidade da vida econômica e social, compõem o cenário. Diante do exposto pode-se inferir a multiplicidade dos fatores que determinam a Qualidade de Vida dos indivíduos e das comunidades, a variedade de áreas envolvidas nos estudos de Qualidade de Vida e a importância de buscar formas de fazê-la atingir níveis de excelência para o maior número de pessoas.

1.1 Qualidade de Vida: O Conceito e suas Relações

Nos dicionários, o termo *qualidade* significa a condição das coisas ou pessoas, capaz de distingui-las das outras e de lhes determinar a natureza. Pode significar uma propriedade que permite numa escala de valores, aceitar, aprovar ou recusar algo. Nesse sentido, a qualidade define-se pela dimensão da intensidade.

A qualidade pode ainda, ter um sentido filosófico, sendo uma das categorias fundamentais do pensamento, aspecto sensível que não pode ser medido, pois tem a ver com profundidade, perfeição e criação (HOFFMANN, 2001).

A busca pela distinção dos atributos que tornam a existência humana algo que valha a pena ser vivenciado, não é algo recente. Trilhando o percurso histórico do Oriente, sobretudo na China e na Índia, na antiguidade da Grécia e mesmo na história ocidental da era moderna, pode-se encontrar citações em referência à investigação de fontes de saúde e bem estar, principalmente relacionando-se à melhoria das capacidades físicas (MODENEZE; VILARTA, 2010).

Na atualidade, o aprimoramento dos estudos e as diversas expressões das práticas de promoção à saúde e do bem estar das populações, permitiram a evolução da base conceitual de Qualidade de Vida (QV), pela sua maior fundamentação teórica e metodológica. As políticas públicas de valorização da coletividade, o avanço da produção de conhecimento na área biomédica, a ampliação das pesquisas sobre as relações sociais e individuais e sua integração com as mudanças ambientais, geraram abordagens mais impactantes, positivando os modos de vida em sociedade, na contemporaneidade (VILARTA; GUTIERREZ; MONTEIRO, 2010).

Almeida e Gutierrez (2010) apresentam a noção de Qualidade de Vida considerando-a como a relação que o indivíduo estabelece entre a percepção de seu posicionamento no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e os seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações, chegando até a dimensão ética e política, em congruência com a definição do Grupo de Qualidade de Vida, da Organização Mundial de Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION – QUALITY OF LIFE GROUP, 1995).

A multiplicidade de significados do termo Qualidade de Vida espelha saberes, existências, valores individuais e coletivos, denotando uma construção social, marcada pela sua relatividade cultural. Essa ideia implica na necessidade de sintetizar culturalmente, numa determinada sociedade, todos os elementos considerados por seus indivíduos como padrões de conforto e bem estar. Dessa forma, pode ser considerada “uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação, encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial (MINAYO et al., 2000)”.

Para a Organização Mundial da Saúde (1998), a ideia de Qualidade de Vida considera o entendimento dos indivíduos sobre o quanto suas necessidades estão sendo satisfeitas, ou o quanto lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a realização pessoal, com independência da sua saúde física ou das condições socioeconômicas.

Ainda segundo Minayo et al. (2000), pode-se compreender a Qualidade de Vida utilizando-se três fóruns de referência: histórico, cultural e aspectos referentes às estratificações ou classes sociais. Do ponto de vista histórico é importante considerar que uma sociedade específica, num determinado período de seu desenvolvimento econômico, social e tecnológico, terá um parâmetro de Qualidade de Vida diferente em outra etapa histórica. O referencial cultural leva em conta que os povos revelam suas tradições, pela forma como constroem e hierarquizam seus valores e necessidades. Nas localidades onde as desigualdades e heterogeneidades são muito acentuadas, fica mais evidente a relação entre os padrões e as concepções de bem-estar e a estratificação social. Nessas sociedades, a noção de Qualidade de Vida está associada às condições de vida desfrutadas pelas classes superiores e à ascensão a outro limiar social.

Considerado um conceito complexo em sua amplitude, no decorrer dos anos veio estruturando-se em domínios que aferem aspectos que permeiam a vida de relações do ser humano. A modificação dos hábitos, conferida pela evolução tecnológica dos últimos 30 anos, permitiu ao homem melhorar as suas condições de vida e transformar a percepção de sua Qualidade de Vida, passando a valorizar mais a saúde e sua independência funcional (SONATI; VILARTA, 2010).

A Qualidade de Vida pode ser compreendida pela análise de suas partes, em aspectos estruturados por domínios e facetas que dizem respeito aos componentes físico, emocional, do ambiente e das relações sociais. Considerando-se os parâmetros referidos, Gonçalves e Vilarta (2004) definem Qualidade de Vida envolvendo esferas de percepção tanto objetivas quanto subjetivas. A esfera objetiva (condições de vida) leva em conta as necessidades de sobrevivência próprias de nossa sociedade, sob a forma de bens materiais a serem consumidos (alimentação, moradia, acesso à saúde, emprego, saneamento básico, educação, transporte). A subjetiva (estilo de vida) considera as representações individuais sobre as condições de bens materiais e de serviços, bem como variáveis históricas, sociais e culturais. Abrangendo facetas emocionais e expectativas individuais ou coletivas sobre suas realizações e percepções de aspectos diversos da vida cotidiana.

Estudos sobre Qualidade de Vida podem ainda ser classificados com base em quatro abordagens: socioeconômica, biomédica, psicológica e geral (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2010).

Na abordagem socioeconômica os indicadores sociais são o principal elemento, enquanto nas abordagens médicas associa-se o conceito a diversos significados como condições de saúde e funcionamento social.

As abordagens psicológicas buscam indicadores que tratam das reações subjetivas de um indivíduo às suas vivências e classificam Qualidade de Vida somente como um aspecto íntimo, desconsiderando o contexto ambiental em que está inserida, sendo essa a principal limitação dessa linha de pensamento.

As abordagens gerais exibem uma organização complexa e dinâmica dos seus componentes, diferindo de acordo com seu ambiente/contexto e mesmo entre duas pessoas inseridas em um contexto similar. Este enfoque baseia-se na premissa de que o conceito de Qualidade de Vida é multidimensional, pelo qual, características como valores, inteligência e interesses são importantes.

Em sondagens realizadas sobre a percepção de Qualidade de Vida, valores não materiais como amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade são sempre citados. Tal fato poderia levar à conclusão de que Qualidade de Vida é uma mera representação social. Conclusão parcialmente correta se considerados apenas os elementos de subjetividade e de incorporação social que

contém. Parcialmente, porque existem elementos materiais na elaboração desta noção que permitem a sua apreciação universal.

Um nível material mínimo e universal para se considerar a Qualidade de Vida de um indivíduo, diz respeito à satisfação de imperativos básicos da vida humana, tais como; acesso à água potável, alimentação, habitação, trabalho, educação, saúde, lazer. Permite-se então inferir que desemprego, exclusão social e violência, podem objetivamente ser considerados como a negação de Qualidade de Vida e que ainda que se leve em conta a necessidade de relativização cultural e temporal, esses fatores podem ser mensurados e comparados.

Uma visão holística da Qualidade de Vida é oferecida por Nahas (2010, p. 16) definindo-a como a “percepção de bem-estar resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”.

A definição de Qualidade de Vida percorre, portanto, um campo semântico polissêmico (CASTELLANOS, 1997). Num sentido abrange as concepções de desenvolvimento sustentável e ecologia humana, em outro se relaciona às condições e estilos de vida. O conceito ainda inclui-se no campo da democracia, dos direitos humanos e sociais.

Inicialmente utilizada nos Estados Unidos, no período posterior à segunda guerra mundial, a expressão Qualidade de Vida defendia a ideia de uma nação livre, marcada pelo comportamento de consumo de bens materiais, tendo sua significação ulteriormente estendida ao acesso à educação, saúde, bem-estar econômico e crescimento industrial (CARR et al., 1996).

Apesar do relativismo cultural que deve ser considerado no estudo do conceito, é praticamente inegável o avanço de um modelo hegemônico disseminado globalmente.

É o preconizado pelo mundo ocidental, urbanizado, rico, polarizado por um certo número de valores, que poderiam ser assim resumidos: conforto, prazer, boa mesa, moda, utilidades domésticas, viagens, carro, televisão, telefone, computador, uso de tecnologias que diminuem o trabalho manual, consumo de arte e cultura, entre outras comodidades e riquezas. (MINAYO et al., 2000, p. 9)

Esses modelos de bem-estar começaram a ser questionados, com o crescimento do movimento ambientalista na década de 1970. Passou-se então a interrogar as condições para a manutenção de um padrão de Qualidade de Vida fundado no consumismo e na exploração da natureza que, pelo seu alto nível predatório, despreza a situação das gerações futuras. Começa-se a associar, à noção de conforto, bem-estar e Qualidade de Vida, uma perspectiva que leva em conta o ambiente biogeoquímico, no qual vivem o indivíduo e a população; e o conjunto das relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a própria natureza, a chamada ecologia humana. Tal conceito se apoia na ideia de excelência das condições de vida e de desenvolvimento sustentável.

1.2 Qualidade de Vida, Desenvolvimento e Liberdade.

Dentro de uma abordagem que leva em conta fatores socioeconômicos, a ideia de Qualidade de Vida está intimamente relacionada ao conceito de desenvolvimento. A noção de desenvolvimento, qual a entendemos hoje, não havia surgido na esfera pública até a Segunda Guerra Mundial (muito menos associada ao qualificativo politicamente correto “sustentável”), sendo mais utilizada até então, a ideia de “progresso material”. A utilização do termo desenvolvimento deu-se a partir da década de 1940, quando ficou estabelecido que uma das principais missões da Organização das Nações Unidas (ONU) seria auxiliar países menos desenvolvidos (principalmente ex-colônias), a obter padrões de vida já atingidos pelas nações industrializadas desde o século XIX e assumir o desenvolvimento como o principal objetivo de seus integrantes (VEIGA, 2005).

Durante a década de 1950 ainda não se fazia nenhuma distinção entre as noções de desenvolvimento e de crescimento econômico, sendo ambas consideradas denominações alternativas para um mesmo fenômeno. Essas definições tornaram-se imprecisas, quando “surto periférico de crescimento econômico foram criando focos de prosperidade, cercados de miséria por todos os lados”, como por exemplo:

na África do Sul, Senegal, Costa do Marfim, México e Brasil (VEIGA, 2005). Essa identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico, ainda perdurou por longo tempo, pois não havia outro indicador além do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, para aferi-lo. Tal equivalência só poderia ser superada, quando surgisse um indicador alternativo ao PIB *per capita*.

Em 1987, a publicação do livro Nosso Futuro Comum (relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela trabalhista norueguesa Gro Harlem Brundtland) também conhecido como Relatório Brundtland, no qual foram comparadas as necessidades atuais e das próximas gerações e em 1992, a Conferência do Rio (mais conhecida como ECO-92), consagraram a expressão *desenvolvimento sustentável*. A partir desses eventos, houve a legitimação da ideia, de que não bastava elevar os padrões de saúde e educação da coletividade por meio do crescimento econômico. Era necessário que tal fato acontecesse sem comprometer os principais fundamentos das sociedades contemporâneas, garantindo o desenvolvimento e uma vida com qualidade para as gerações futuras, ideia na qual se baseia a possibilidade da existência de um desenvolvimento *sustentável* (VEIGA, 2005).

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, lançando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que combina a renda *per capita*, com os melhores indicadores de saúde e educação. O IDH possibilitou observar que o crescimento econômico somente gera desenvolvimento, se dentre seus resultados encontrarem-se ao menos o prolongamento da vida e a melhoria do nível educacional e da Qualidade de Vida das populações desfavorecidas.

A grande lacuna do IDH é que, apesar de ser o único indicador internacional de desenvolvimento disponível, não dimensiona os desempenhos ambientais juntamente com os indicadores econômicos e sociais. Dessa forma, nações com IDH elevadíssimo, estão associadas a desempenhos ambientais desastrosos. Define-se então a grande “saia justa” global: o dilema de elevar a Qualidade de Vida das populações pobres, preservando e expandindo “as liberdades substantivas que as pessoas hoje desfrutam, sem comprometer a capacidade das futuras gerações desfrutarem de liberdade semelhante ou maior (SEN, 2004)”.

Segundo cálculos do World Wildlife Fund (WWF), a capacidade do planeta em repor os recursos naturais usados pela humanidade e de absorver o lixo e a poluição já foi superada em meados dos anos 80. Sendo assim, seriam necessárias três Terras se o mundo todo adotasse os padrões de consumo europeus, ou cinco, no caso dos americanos (SAFATLE, 2006).

O economista indiano Amartya Sen, ganhador do Nobel em 1998, preconiza que o desenvolvimento deva ser vislumbrado como um “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (SEN, 2000, p. 17)”. O crescimento do PNB ou das rendas individuais, pode ser um meio de expandir as liberdades fruídas pelos indivíduos. Mas essas liberdades também dependem de disposições sociais e econômicas (como serviços de educação e de saúde) e os direitos civis (como liberdade de participação em questões públicas).

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Apesar de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas - talvez até mesmo a maioria. Às vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, à oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos a privação da liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços e assistência social, como por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social. (SEN, 2000, p.18)

Sob essa ótica, o sistema econômico passa a ser avaliado de acordo com o progresso e ampliação das liberdades dos sujeitos, pressupondo-se indivíduos devidamente educados e saudáveis, em condições de livremente assumirem o papel de agentes. Dessa forma, as oportunidades econômicas, as liberdades políticas, os

poderes sociais e condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas, influenciam o que as pessoas conseguem positivamente realizar (SEN, 2000). “Com oportunidades sociais adequadas, os sujeitos, podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudarem-se uns aos outros (SEN, 2000, p. 26)”. Assim, com uma ação competente, o indivíduo atuando na condição de agente livre e sustentável, retorna às esferas da sociabilidade e pode aperfeiçoar as instituições que, a seu turno, se ajustarão como instrumento para sustentar a vida das pessoas.

Muitos defendem o preceito de que as pessoas são responsáveis pelo que lhes acontece (esforço pessoal) e que não devem depender da influência da ação dos outros, pelo enfraquecimento do poder de iniciativa e dos esforços individuais. Num outro extremo, há quem acredite que a responsabilidade social deva substituir a responsabilidade individual.

Para Sen (2000), não existe substituto para a responsabilidade individual, pois colocar o interesse de um indivíduo sobre os ombros de outro pode afetar sua motivação, envolvimento e autoconhecimento. No entanto, o autor entende que as circunstâncias pessoais, sociais e ambientais, afetam intensamente as possibilidades dos sujeitos em exercerem suas responsabilidades, ao desfrutarem de suas liberdades substantivas. Por exemplo: uma criança que não possua acesso à educação escolar básica será desfavorecida por toda a vida. Um adulto sem condições de custear tratamento médico para se curar de uma doença é vítima de morbidez e talvez até de morte evitáveis. Esses indivíduos “são privados não só do bem estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de certas liberdades básicas. Responsabilidade requer liberdade (LIMA, 2008, p. 129)”.

Diante do exposto, entende-se que o comprometimento social deve estar aliado à liberdade individual para levar ao desenvolvimento num sentido amplo e conduzir a uma vida efetivamente de qualidade. Organizações políticas e sociais, bases comunitárias, instituições governamentais e meios de comunicação devem estar envolvidos, numa atuação que inclui o Estado e uma diversidade de atores sociais.

1.3 Instrumentos de Avaliação da Qualidade de Vida

Com o objetivo de sintetizar e avaliar a complexidade das diversas dimensões da Qualidade de Vida, variados instrumentos foram desenvolvidos. A partir da forma e da caracterização dos dados coletados, pode-se relacionar as informações com as esferas mencionadas: objetivas ou subjetivas. Esses indicadores dos patamares de Qualidade de Vida oferecem procedimentos metodológicos para análise de ambas as esferas de percepção (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012).

Os instrumentos de avaliação de características objetivas levam em conta os bens materiais que afetam as condições e o modo de vida, buscando estabelecer quadros gerais da vida das populações, com base em elementos obtidos concretamente, sem uma abordagem individual. Referem-se geralmente a contextos como renda, emprego/desemprego, população abaixo da linha da pobreza, consumo alimentar, disponibilidade de água limpa, tratamento de esgoto e lixo, disponibilidade de energia elétrica, propriedade da terra e de domicílios, acesso a transporte, qualidade do ar, concentração de moradores por domicílio, entre outros (MINAYO et al., 2000).

Dentro dos mecanismos de avaliação de ordem objetiva, um dos primeiros indicadores de qualidade e talvez dos mais conhecidos é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), já citado anteriormente por algumas de suas debilidades. Com base no IDH, os países, estados ou municípios, são classificados em três níveis de desenvolvimento: IDH baixo (até 0,499), IDH médio (0,500 a 0,799) e IDH alto (igual ou superior a 0,800). O IDH foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o fim de deslocar as discussões sobre desenvolvimento de aspectos meramente econômicos, para elementos de natureza social e também cultural. Inserida neste indicador encontra-se a concepção de que renda, saúde e educação são elementos fundamentais da Qualidade de Vida de uma população. As instituições encarregadas do cálculo, dependendo da necessidade, adaptam as variáveis, em função da disponibilidade de dados. É um indicador sintético, que de forma simplificada, soma e divide por três, os níveis de renda (PIB real per capita), saúde (esperança de vida ao nascer) e

educação (taxas de alfabetização de adultos e de matrículas nos níveis primário, secundário e terciário combinados), sendo tais elementos considerados atributos de igual importância para a expressão das capacidades humanas.

As limitações do IDH são a falta de dimensionamento da questão ambiental e a possibilidade de manipulação dos dados. Além disso, outra crítica ao Índice seria o seu suposto viés etnocêntrico, uma vez que parte de padrões ocidentais modernos, como modelos de referência para todas as nações, independentemente de seus níveis de desenvolvimento, democratização, grau de institucionalização de suas relações mercantis ou processos de acesso ao conhecimento (MINAYO et al., 2000, p. 10-11).

Uma espécie de adaptação do IDH, o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), desenvolvido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), foi utilizado em 645 cidades paulistas com resultados considerados positivos. Por este instrumento, pretende-se realizar uma análise socioeconômica geral sobre grupos inseridos em âmbitos menores, avaliando três grupos categoriais – riqueza municipal, longevidade e escolaridade (GONÇALVES e VILARTA).

Outro indicador inspirado no IDH é o Índice de Condições de Vida (ICV), elaborado pela Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, para a avaliação de municípios mineiros, que foi depois readequado, em associação com o IPEA, o IBGE e o PNUD, para a análise de todos os municípios brasileiros. O ICV tem a vantagem de poder ser aplicado à microrrealidades, é composto de 20 indicadores em cinco dimensões e sintetizado por meio de vários artifícios metodológicos: 1) renda (familiar *per capita*, grau de desigualdade, percentagem de pessoas com renda insuficiente, insuficiência média de renda e grau de desigualdade na população de renda insuficiente); 2) educação (taxa de analfabetismo, número médio de anos de estudo, percentagem da população com menos de quatro anos de estudo, percentagem da população com menos de oito anos de estudo e percentagem da população com mais de 11 anos de estudo); 3) infância (percentagem de crianças que trabalham, percentagem de crianças que não frequentam escola, defasagem escolar média e percentagem de crianças com mais de um ano de defasagem escolar); 4) habitação (percentagem da população em domicílios com densidade média acima de duas pessoas por dormitório, percentagem da população que vive

em domicílios duráveis e percentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto) e 5) longevidade: esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil (MINAYO et al., 2000). Apesar de o ICV possuir um espectro de abrangência ampliado, trabalhando apenas com a dimensão objetiva da Qualidade de Vida, propicia grande contribuição, uma vez que “existe uma intrínseca relação entre a busca de equidade social e a capacidade de desenvolvimento intelectual, de aspirações e de reivindicação de determinada população ou grupos sociais (MINAYO et al., 2000, p. 11)”.

Os mecanismos de avaliação de ordem subjetiva, por sua vez, têm também por finalidade estabelecer perfis das populações, porém partindo da percepção pessoal dos sujeitos (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012). O olhar subjetivo se caracteriza pela interpretação dos indivíduos de sua realidade histórica, social, econômica, de saúde, bem como a carga cultural resultante das suas relações com os bens materiais que exercem interferência sobre suas vidas. Apesar de constituir-se uma esfera própria de percepção, a perspectiva subjetiva é válida e interessante para a discussão sobre Qualidade de Vida, se atrelada à análises concretas e objetivas das condições de vida das populações (MARQUES, 2007). Os indicadores “de natureza subjetiva respondem a como as pessoas sentem ou o que pensam das suas vidas, ou como percebem o valor dos componentes materiais reconhecidos como base social da Qualidade de Vida (MINAYO et al., 2000, p. 11).”

O Índice de Qualidade de Vida (IQV), de São Paulo, pode ser citado como um exemplo destes mecanismos. Desenvolvido pelo jornal Folha de S. Paulo, o IQV compreende um conjugado de nove fatores (trabalho, segurança, moradia, serviços de saúde, dinheiro, estudo, qualidade do ar, lazer e serviços de transporte), analisados a partir do ponto de vista da população, que é dividida por faixa de renda, escolaridade, categoria social, sexo e faixa etária. O cerne deste instrumento encontra-se na avaliação do grau de satisfação dos cidadãos, classificado em satisfatório, insatisfatório e péssimo, em um intervalo de 0 a 10.

Não sendo exclusivamente definida por meio de julgamentos científicos ou técnicos, alguns autores remetem a discussão sobre a Qualidade de Vida, também para o âmbito político. Dessa forma, os parâmetros para compor um padrão mínimo que permita a construção de agendas de intervenção ou a avaliação de políticas

devem resultar de debates sociais amplos, que estabeleçam consensos mínimos (MINAYO et al., 2000). Um exemplo expressivo desse modelo, no Brasil, é o IQV de Belo Horizonte, criado a partir de uma relação dos aspectos considerados relevantes pela população e tendo por finalidade fundamentar os debates públicos sobre o orçamento participativo. O IQV/BH funcionaria como um indicador setorial de carências, permitindo hierarquizar áreas, bem como identificar problemas a serem enfrentados em cada área. Dos indicadores compostos apresentados até aqui, não apareceram componentes propriamente médicos, sendo a saúde tratada como um dos itens de uma intrincada rede social.

Juntamente com essas aceções e modalidades ampliadas de aferição de Qualidade de Vida, convivem outras mais restritas como as econômicas e as desenvolvidas no campo da saúde, com características que se limitam ao campo médico. Minayo et al. (2000), apresenta os conceitos fundamentais da versão inglesa do conceito de Health Related Quality of Life (HRQL), sendo “o valor atribuído à duração da vida quando modificada pela percepção de limitações físicas, psicológicas, funções sociais e oportunidades influenciadas pela doença, tratamento e outros agravos, tornando-se o principal indicador para a pesquisa avaliativa sobre o resultado de intervenções (MINAYO et al., 2000, p. 12)”. Os conceitos fundamentais de HRQL seriam na mesma proporção: a percepção da saúde, as funções sociais, psicológicas e físicas, bem como os agravos a elas associados.

As medidas aplicadas no campo da saúde podem ser classificadas como genéricas ou específicas. São genéricas quando utilizados questionários de base populacional sem especificar patologias, sendo mais adequadas a estudos epidemiológicos, planejamento e avaliação do sistema de saúde.

Um instrumento com essas características foi desenvolvido pelo Grupo de Qualidade de Vida, da Organização Mundial de Saúde, o WHOQOL-100 e a sua versão sintetizada o WHOQOL-Brief.

Na linguagem oficial da instituição, o WHOQOL foi o instrumento encontrado para superar a preocupação corrente de acrescentar “anos à vida” pela adição de “vida aos anos”, confundindo-se com a conotação de “condições de saúde” no sentido

de apreender o impacto do estado de saúde sobre a capacidade de as pessoas construírem seu dia a dia. (GONÇALVES, 2010, p. 124)

Essas ferramentas foram desenvolvidas pressupondo-se que Qualidade de Vida seja uma elaboração subjetiva (percepção individual), multidimensional e composta por elementos positivos e negativos (por exemplo mobilidade e dor). Constituído por cem perguntas, o WHOQOL-100, abrange seis domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambientes e espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais. Esses domínios são divididos em 24 facetas, compostas por quatro perguntas cada. A versão simplificada deste instrumento, o WHOQOL-Brief, é composto por 26 questões, extraídas do anterior, entre as que obtiveram os melhores desempenhos psicométricos, cobrindo quatro domínios: a) físico, b) psicológico, c) relações sociais e d) meio ambiente (MINAYO et al., 2000).

Dentre as modalidades de mensuração de Qualidade de Vida, no campo da saúde, classificadas como específicas, estão os estudos que refletem situações relacionadas à qualidade da vida cotidiana dos indivíduos, posterior à experiência de doenças, agravos ou intervenções médicas. Tais instrumentos referem-se às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e outros agravos crônicos (como câncer, diabetes, doença coronariana, Parkinson e outros problemas do sistema nervoso, hepatites e artrites crônicas, asma brônquica e outras doenças respiratórias) ou à consequências crônicas (sequelas ou medidas curativas e reabilitadoras) de doenças ou agravos agudos, como problemas neurológicos pós-traumáticos, transplantes, uso de insulina e medicamentos de uso prolongado.

"Vários instrumentos incluem indicadores para aspectos subjetivos da convivência com doenças e lesões, como sentimentos de vergonha e culpa, que trazem consequências negativas sobre a percepção da Qualidade de Vida por parte dos indivíduos acometidos e suas famílias (MINAYO et al., 2000, p. 13)."

No âmbito da saúde existe uma grande abundância de medidas de Qualidade de Vida que poderiam ser consideradas como pontos de partida para políticas de atenção básica e de promoção da saúde. Porém faz-se importante levar em conta os fatores socioeconômicos, para que o alcance de suas avaliações não fique restrito apenas à lógica biomédica. No próximo item serão apresentadas discussões relacionando aspectos que envolvem saúde e Qualidade de Vida.

1.4 Qualidade de Vida e sua Interface com a Saúde

A discussão no campo da saúde, relacionando-a com Qualidade de Vida, existe desde o nascimento da medicina social de forma pouco específica e generalizante. Entre os séculos XVIII e XIX, deu-se o momento em que investigações sistemáticas passaram a dar subsídios para os movimentos sociais e a formulação de políticas públicas. Essa relação perpassa toda a história da medicina social ocidental e também latino-americana, como mostram alguns trabalhos, mas na maioria dos estudos, o termo de referência não é Qualidade de Vida, mas condições de vida (MINAYO et al., 2000).

O termo saúde tem sua origem em *sallus*, palavra latina que significa a integridade do próprio bem-estar. Na década de 1970, ao invés de considerar saúde apenas como ausência de enfermidades, a Organização Mundial de Saúde (OMS), passou a defini-la como um estado do mais completo bem-estar físico, mental e social. Tal definição, porém, resultou utópica e difícil de ser concretizada, uma vez que no decorrer de suas vidas, as pessoas alternam períodos em que podem ser mais ou menos saudáveis. Dessa forma, saúde poderia ser compreendida como um processo intermediado pela nossa capacidade de adaptação aos estímulos físicos e sociais recebidos pelo ambiente pessoal (VILARTA; GUTIERREZ, 2012, p.13). Para Minayo et al. (2000, p. 12) saúde pode ser considerada “uma síntese, um híbrido biológico-social, mediado por condições mentais, ambientais e culturais sociais”.

Nahas (2010) oferece uma visão que acredita mais abrangente da noção de saúde, considerando-a como uma condição humana com dimensões sociais, físicas e psicológicas, caracterizadas num contínuo, com polos positivos e negativos.

A saúde positiva seria caracterizada com a capacidade de ter uma vida satisfatória e proveitosa, confirmada geralmente pela percepção de bem-estar geral; a saúde negativa estaria associada com morbidade e, no extremo, com mortalidade prematura. (NAHAS, 2010, p.47)

Não há como falar da saúde sem abordar o seu contraponto, a doença e as iniquidades ou desigualdades em saúde. Os principais determinantes dessas iniquidades estão relacionados à forma como se organiza a vida social, sendo as condições econômicas e sociais um efeito importante exercido sobre os níveis de saúde e doença (COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE, 2008).

Com a industrialização, a evolução no campo da medicina e os avanços tecnológicos, gerou-se uma melhoria nas condições existenciais, como o aumento da renda, queda das taxas de mortalidade e ampliação da expectativa de vida em um grande percentual de localidades. Doenças contagiosas que até o final do século XIX eram as principais causas de incapacidade e morte, foram debeladas, aumentando a expectativa de vida da população. Reis (2001) exemplifica a situação da Inglaterra e do País de Gales, que apresentavam uma expectativa de vida em torno de 40 anos no século XIX, passando para 50 anos no início do século XX e atingindo os 77 anos, aproximadamente, em 1998, sendo o mesmo fenômeno observado em outros países.

O aumento da expectativa de vida, o combate às doenças infecciosas e as mudanças no *modus vivendi* dos indivíduos, principalmente nas áreas urbanizadas, geraram uma mudança nas causas de mortalidade e de morbididades. Houve uma transição epidemiológica, com a alteração das maiores causas de mortalidade por doenças contagiosas para as mortes pelas Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) ou Doenças e Agravos não Transmissíveis (DANT), cuja incidência tem comprometido a Qualidade de Vida das populações. Todos os anos, as DCNT, matam

36 milhões de pessoas em todo o globo, nove milhões delas, com menos de 60 anos. Atualmente 63% dos óbitos são decorrentes desses agravos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011).

As desigualdades sociais e no acesso à informação, as diferenças no acesso aos bens e serviços e a baixa escolaridade; fatores como ocupação, gênero, renda e etnia, são apontados como determinantes sociais das DCNT, associados aos fatores de risco modificáveis, como tabagismo, consumo de bebidas alcoólicas, inatividade física e alimentação inadequada.

A população de baixa renda é a mais afetada pela epidemia de DCNT, uma vez que tem menor acesso aos serviços de saúde e pela maior exposição aos fatores de risco. O tratamento para diabetes, câncer, doenças do aparelho circulatório e doenças respiratórias crônicas (principais grupos de DCNT), pode ser de longa duração, onerando tanto aos indivíduos e suas famílias, quanto aos sistemas de saúde. As despesas com DCNT reduzem a disponibilidade de recursos para necessidades básicas como alimentação, moradia e educação, criando portanto, um círculo vicioso, pois levam as famílias a um maior estado de pobreza (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011).

No Brasil, os processos de transição epidemiológica, demográfica e nutricional, aliados a urbanização e ao crescimento econômico e social, contribuem para um maior desenvolvimento desses agravos. As mudanças dos processos de trabalho e as desigualdades na distribuição de renda e riquezas em geral, os altos índices de pobreza e miséria, os crescentes índices de desemprego e aumento de violência fazem parte desse quadro, de complexificação da vida contemporânea. Dentro deste contexto, além das DCNT, os problemas de saúde específicos desse momento histórico são a drogadição, o estresse, a desnutrição tanto qualitativa quanto quantitativa, a inatividade física, o excesso de lixo, esgoto, falta de água, poluição atmosférica, sonora, visual, diminuição das áreas verdes e ocupação desordenada, que derivam em demandas sociais, políticas e institucionais (MORETTI et al., 2009).

Do ponto de vista epidemiológico, no caso da situação brasileira, ainda existe uma dupla carga de doenças, pois de um lado persistem as doenças que emergem ou reemergem, exemplo das infectocontagiosas e de outro há a predominância das condições crônicas (MORETTI et al., 2009), que representam um problema de saúde

de grande magnitude no País, correspondendo 72% das causas das mortes, atingindo intensamente as camadas de menor renda da população e grupos vulneráveis. Em 2007, a taxa de mortalidade por Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil, foi de 540 óbitos por 100 mil habitantes (SCHMIDT et al., 2011).

No segundo semestre de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou o levantamento Antropometria - Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil, da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), 2008-2009. Os resultados demonstraram que o excesso de peso, um considerável fator de risco para o desenvolvimento de DCNT, já atinge metade da população adulta; uma em cada três crianças (de 5 a 9 anos); e um quinto dos adolescentes no País. Ainda segundo o levantamento, o aumento de peso em adolescentes de 10 a 19 anos foi contínuo, nos últimos 34 anos e foi mais frequente em áreas urbanas do que em rurais, em ambos os sexos. O instituto informou ainda que, na população de 20 anos ou mais, o sobrepeso no sexo masculino saltou de 18,5% em 1974-1975 para 50,1% em 2008-2009. No sexo feminino, a participação avançou de 28,7% para 48%, no mesmo período (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Resultados do Vigitel Brasil 2010 - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico demonstram que no País, os níveis de atividade física no lazer (um importante fator de proteção a esses agravos) na população adulta são baixos, chegando a 15%; apenas 18,2% dos adultos consomem cinco porções de frutas e hortaliças, em cinco ou mais dias por semana, 34% consomem alimentos com elevado teor de gordura e 28% consomem refrigerantes cinco ou mais dias por semana, o que contribui para o aumento da prevalência de excesso de peso e obesidade (BRASIL, 2011).

O Instituto Nacional do Câncer (2006) indica que os fatores relacionados a comportamentos e estilos de vida como tabagismo, sedentarismo, o baixo consumo de frutas, de legumes, de verduras e o consumo de álcool são os principais fatores de risco para mortes por câncer, em países de baixa e média renda. O câncer e outras doenças crônicas resultam da longa exposição durante a vida, a fatores de risco que, além de concomitantes, podem potencializar-se mutuamente, indicando a

necessidade de ações de prevenção que levem em conta a simultaneidade destes fatores ao longo da vida.

Apesar de fortemente influenciados por barreiras socioeconômicas, culturais e outras, os comportamentos e estilos de vida relacionados à saúde são compreendidos como determinantes sociais proximais, mais passíveis de controle e modificação por parte dos indivíduos (DAHLGREN; WHITEHEAD, 1991).

Fonte: (COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS, 2008)

Figura 1. Modelo de Determinação Social da Saúde (DAHLGREN; WHITEHEAD, 1991)

Nota-se no Brasil, no entanto, uma grande incoerência em relação aos cuidados disponibilizados pelo setor de saúde pública à população, uma vez que há uma grande demanda relacionada aos agravos crônicos e um modelo de atenção voltado prioritariamente às condições agudas. Nesse sentido, apresenta-se a importância da implementação de ações voltadas à promoção da saúde.

1.4.1 Promoção da Saúde: Instrumento de Elevação da Qualidade de Vida

A expressão promoção da saúde foi pela primeira vez utilizada, na década de 1940, pelo historiador e médico Henry Sigerist, que preconizava a prática médica abrangendo três grandes princípios: a promoção da saúde, a prevenção dos agravos à saúde, o tratamento e a reabilitação. Para ele, a manutenção da saúde requeria um padrão de vida aceitável no qual estariam incluídas condições apropriadas de trabalho, de educação, atividades culturais e de recreação. Sendo consideradas importantes também, a interação intersetorial e as alianças interdisciplinares na promoção da saúde (SOUZA, 2004).

Esses mesmos princípios constavam como recomendações, quarenta anos depois, na *Carta de Ottawa*, documento resultante da Primeira Conferência Internacional em Promoção da Saúde, em 1986, sediada em Ottawa, no Canadá. A *Carta de Ottawa* apresentava então, cinco ações primordiais para as iniciativas de promoção da saúde: desenvolvimento de políticas públicas saudáveis, a criação de ambiente sustentável, o fortalecimento da participação comunitária, o desenvolvimento de habilidades individuais e a reorientação dos serviços de saúde (SOUZA, 2004).

O'Donnell (2008) apresenta o que considera um conceito atualizado e revisto de promoção da saúde:

É a ciência e a arte de ajudar as pessoas a mudarem seus estilos de vida no sentido de um estado de saúde ideal, que se constitui num processo de engajamento em busca de um equilíbrio dinâmico entre as dimensões física, emocional, social, espiritual e intelectual e a descoberta da sinergia entre os seus aspectos mais positivos. A mudança de estilo de vida deve ser facilitada pela combinação de esforços para informar, motivar, construir conhecimentos e, principalmente, oferecer oportunidades para práticas positivas em saúde. (O'DONNELL, 2008, p. 4)

Pode-se também defini-la como uma união de apoios educacionais e ambientais, visando a obtenção de ações e condições de vida condizentes à saúde.

Para tanto, há a necessidade de combinar os múltiplos determinantes de saúde, com diversas intervenções ou fontes de apoio, relacionando-as à circunstâncias sociais, políticas, econômicas, organizacionais e reguladoras, ligadas à conduta das pessoas, assim como das políticas de ação mais relacionadas à saúde (CANDEIAS, 1997).

A promoção da saúde pode ser ainda compreendida como um agrupamento de processos de informação e capacitação de sujeitos e organizações, ou um instrumento que objetiva controlar determinantes das condições de saúde em grupos populacionais específicos. A sua grande relevância encontra-se na diversificação de possibilidades de ações para preservar e aumentar o potencial individual e social de escolha entre formas de vida mais saudáveis, voltadas para a finalidade de integralidade do cuidado e de construção de políticas públicas favoráveis à vida, mediante arranjo intersetorial.

A definição das noções de modo de vida, condições de vida e estilo de vida, pode contribuir para uma compreensão mais acertada nas discussões sobre o assunto. O *modo de vida* é constituído pelas necessidades básicas para a subsistência (habitação, saneamento e outros fatores ambientais), asseguradas diretamente pelo nível dos rendimentos dos indivíduos e indiretamente, por políticas públicas que assegurem a distribuição de serviços coletivos entre a população (DYTZ; ROCHA, 2002). Já a enunciação *condições de vida*, liga-se a uma teia de interações mais intrincada, que envolve a cultura, normas, o ambiente socioeconômico, cada um deles associado a um significado histórico mais amplo (CANDEIAS, 1997). Vastamente utilizada nas últimas décadas, a expressão *estilo de vida* significa as opções individuais referentes a hábitos, costumes, inerentes à pessoa e pequenos grupos, como família, amigos, local de trabalho, normas e valores, sendo em geral enfatizados seus aspectos negativos à saúde e a responsabilidade individual. “Numerosas e perversas são as decorrências desse equívoco, intencional ou não, como a culpabilização da vítima e o enxugamento da ação do Estado em políticas públicas (GONÇALVES, 2004, p. 17)”.

O que, entretanto, vem caracterizar a promoção da saúde, modernamente, é a constatação do papel protagonista dos determinantes gerais sobre as condições de saúde [...]. Este se

sustenta no entendimento de que a saúde é produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a Qualidade de Vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, e de habitação e saneamento; boas condições de trabalho; oportunidades de educação ao longo de toda a vida; ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos; estilo de vida responsável; e um espectro adequado de cuidados de saúde. Suas atividades estariam, então, mais voltadas ao coletivo de indivíduos e ao ambiente, compreendido num sentido amplo, de ambiente físico, social, político, econômico e cultural, através de políticas públicas e de condições favoráveis ao desenvolvimento da saúde (as escolhas saudáveis serão as mais fáceis) e do reforço (*empowerment*) da capacidade dos indivíduos e das comunidades. (BUSS, 2000, p. 167)

Em síntese, as conceituações disponíveis para o entendimento da promoção da saúde podem ser reunidas em dois grandes segmentos. No primeiro encontram-se as atividades dirigidas à modificação dos comportamentos dos indivíduos, focalizando nos seus estilos de vida, dentro dos grupos e comunidades onde vivem. São os programas de promoção da saúde que se concentram em componentes educativos relacionados com riscos comportamentais sujeitos à mudança, passíveis de controle pelos próprios indivíduos (dieta, atividades físicas, hábito de fumar, alcoolismo, etc.). Encontram-se fora dessa abordagem da promoção da saúde, todos os fatores que não permitam esse controle individual. No segundo segmento estão as ações centradas no coletivo de indivíduos e no ambiente, sendo a saúde considerada o produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a Qualidade de Vida (BUSS, 2000).

1.4.2 Estilo de Vida Ativo e seus Impactos na Qualidade de Vida

O estilo de vida contemporâneo e as facilidades a que têm acesso as populações urbanas contribuem intensamente para a inatividade física. Os avanços tecnológicos das civilizações modernas nos têm liberado de tarefas físicas intensas, tanto nas atividades ocupacionais, quanto domésticas. São ainda oferecidas inúmeras opções do chamado lazer passivo (a televisão e os jogos eletrônicos, por

exemplo), que diminuam intensamente o tempo em que se pratica o lazer ativo (esportes, dança, caminhadas, jogos ao ar livre, etc.). Estes meios de reduzir esforços, embora proporcionem conforto e permitam aumento de produtividade, não redimem os indivíduos da necessidade de exercitarem-se regularmente, para que as consequências do sedentarismo não lhes reduzam a capacidade de realizar tarefas rotineiras e a qualidade de suas vidas, num médio e longo prazos (NAHAS, 2010).

Uma quantidade significativa de estudos evidencia a atividade física como um importante fator de proteção e auxiliar no tratamento de doenças crônicas. A atividade física regular pode reduzir o risco de doenças cardiovasculares, diabetes tipo dois, câncer do cólon e da mama, prevenir a osteoporose e auxiliar na manutenção de um peso saudável. Dados da Organização Mundial de Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005), apontam que, 80% dos casos de doenças coronarianas, 90% dos casos de diabetes tipo 2 e 30% dos casos de câncer, poderiam ser evitados com mudanças nos níveis de atividade física, nos hábitos alimentares e o não uso de produtos derivados do tabaco.

As ações de promoção em saúde, como o incentivo às práticas corporais e atividades físicas no lazer, por exemplo, deveriam ser trabalhadas com base nos fatores determinantes da saúde, principalmente em países como o Brasil, que apresenta grandes problemas de ordem estrutural. Resultados de pesquisas em populações brasileiras (OLIVEIRA et al., 1998), demonstram que a falta de tempo é a principal barreira que as pessoas encontram para a aderência à prática regular de exercícios físicos. As pesquisas sobre a interferência do ambiente físico na adesão ao exercício demonstram que o acesso a instalações como parques públicos é uma variável ambiental que interfere na escolha da pessoa em se exercitar. “A riqueza na oferta de instalações para a prática do exercício, além de servir de estímulo visual, chamando a atenção das pessoas para a questão da prática do exercício, reduz barreiras físicas e psicológicas associadas às práticas corporais (HALLAL et al., 2010, p. 74)”.

Embora dificultado pelos os obstáculos da realidade social e ambientais, o estilo de vida ativo é um fator de grande relevância na promoção da saúde e redução da mortalidade. As políticas públicas para a promoção de atividades físico-desportivas e práticas corporais diversas, aliadas às ações do poder público na

disponibilização de espaços, equipamentos e profissionais qualificados para a sua difusão e supervisão, principalmente no tempo do lazer, são um importante instrumento na obtenção de resultados em direção de um padrão mais salutar na Qualidade de Vida das populações.

2. Lazer, Qualidade de Vida e Cidadania Plena

A reflexão do lazer como um instrumento gerador de valores questionadores da ordem estabelecida será associada à discussão de Sen (2000) onde o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades sociais e o sistema econômico como um vetor para o progresso e ampliação das liberdades dos sujeitos, pressupondo-se indivíduos devidamente educados e saudáveis, em condições de livremente assumirem o papel de agentes.

Considerando o lazer como uma área da manifestação humana potencialmente importante para a ampliação da Qualidade de Vida, serão revisitados elementos teóricos e históricos dos estudos do lazer, pensando o mesmo como portador de recursos embasadores para uma formação ética e política incitadora da participação do cidadão na constituição de seus direitos. Propõe-se aqui a ideia de um lazer ativo tanto no aspecto físico, quanto intelecto-moral, noção que será melhor desenvolvida a partir de uma breve discussão dos textos de Sebastián De Grazia, no item 2.2.

2.1 Considerações Históricas e Teóricas sobre o Lazer

Os termos "lazer" em português, "leisure" em inglês e "loisir" em francês (*leisir* em francês antigo), derivam do latim *licere*, que significa "ser livre; ter permissão, ter liberdade" (OXFORD, 2013). Em espanhol, para a tradução das palavras, lazer, tempo livre e recreação, um único termo é utilizado: a palavra *ocio*, originária do latim *otium*, que significa ociosidade, vagar, repouso, paz, felicidade (AZEVEDO, 1957). Em português a palavra ócio também pode ser utilizada com o sentido de lazer ou tempo livre, porém, o termo carrega uma conotação negativa, sendo o indivíduo ocioso popularmente entendido como aquele que não trabalha, não faz nada; não tem profissão; é preguiçoso ou inútil (DICIONÁRIOWEB, 2013).

A ideia ocidental de lazer traça suas origens na sociedade grega da antiguidade (350 a. C.), embutida sob o conceito da palavra *scholē*, que significa o estado de estar livre da necessidade do trabalho; a busca para a sabedoria da vida (RAYCHAUDHURI; SAMDAHL, 2005).

Acredita-se que a necessidade do lazer esteve sempre presente na vida humana e existem diversas correntes que o definem, muitas delas até antagônicas, como é o caso da noção de lazer como mercadoria *versus* lazer como construção histórica (geradora de valores questionadores da ordem estabelecida). O lazer entendido como mercadoria tem como principal fator de influência, o crescimento das possibilidades de consumo de bens e serviços. Já o lazer como objeto de uma construção histórica da sociedade, teve como influência, a organização da sociedade civil (terceiro setor) e do poder público (surgimento de administrações populares e progressistas) e a necessidade de assegurar o direito constitucional ao lazer (MARCELLINO, 2001).

Os estudos sobre o lazer não receberam grandes esforços imaginativos dos pesquisadores até meados do século XX. Outras facetas da vida social mereceram maior dedicação como objeto de pesquisa, como por exemplo, as formas de organização do trabalho, os sindicatos ou os movimentos sociais (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008), pode-se dizer que a tradição de pesquisa sobre lazer constituiu-se tendo como referência a sociedade do trabalho.

Pode-se também, classificar os estudos do lazer dentro de um paradigma reflexivo em torno das discussões entre a produção e o lazer; à partir de uma preocupação com as questões mais culturais e grupos específicos (lazer operário, lazer e classe social, lazer e indústria cultural); passando por uma incorporação das teorias hedonistas e chegando às pós-modernas (ALMEIDA, 2003).

No mundo ocidental moderno, os estudos do lazer nasceram e foram impulsionados pelo processo de urbanização, constituindo uma temática caracteristicamente urbana, relativa às grandes cidades. "Ultrapassa, porém, suas fronteiras, uma vez que os grandes centros urbanos a levam, com as mesmas particularidades, por meio da mídia, a outras regiões do país, nem tão grandes, nem tão urbanizadas (MARCELLINO et al., 2006)."

No Brasil, o lazer se sistematiza como campo de conhecimento, na década de 1970. Há uma linha de pesquisa sobre o objeto lazer, marcada pelas discussões de Jofre Dumazedier e Stanley Parker, que compartilham sua percepção do social a partir da chamada sociedade do trabalho, dando continuidade à tradição do pensamento clássico nas ciências sociais. O lazer passa a ser percebido como atividade distinta e específica da vida social, fruto do advento da Revolução Industrial e da segregação dos espaços de convivência familiar, comunitários e profissionais. Parker (1969, p. 29) afirma que “apenas quando o trabalho veio a ser realizado em lugares especiais, durante um período específico e sob determinadas condições, o lazer passou a ser exigido como um direito”.

Pode-se apontar com base nessas discussões o surgimento da dicotomia lazer-trabalho, definindo o lazer como a antítese do trabalho.

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais. (DUMAZEDIER, 1979 p.34)

Dumazedier (1979) pensa o lazer moderno não apenas como o acesso democrático ao tempo livre, velha prerrogativa das classes dominantes. Reflete também, sobre como o tempo de trabalho, emoldurado em horários determinados, foi reduzido sob o impacto do movimento sindical e da lógica de uma economia de consumo. Dentro desses dois pontos de vista, o lazer seria para repousar e descansar da jornada de trabalho; como também seria o momento propício para o consumo dos bens produzidos, sendo o lazer, de ambas maneiras, um tempo ganho sobre o trabalho. De Grazia (1964) ressalta a diminuição das possibilidades de relação social no emprego, causada pelo trabalho industrial. Segundo ele:

A introdução do sistema fabril dificultou os caminhos anteriormente percorridos para as relações sociais. Antes, o trabalho não agrícola era realizado em casa ou nas proximidades; as cidades e povoados também eram menores. A vida de relações tinha lugar no mercado, na praça principal ou na casa, além das lojas dos artesãos, em sua maioria localizadas em ruas muito transitadas. A fábrica tirou homens, mulheres e crianças das oficinas e das casas e os colocou sob um mesmo teto, sincronizando seus movimentos com os das máquinas. (DE GRAZIA, 1964, p. 43)¹

O trabalho extenuante das fábricas exauria de tal forma os operários, que ao término da jornada, mal tinham tempo de recuperar as suas energias, levando à intensificação da luta dos trabalhadores por condições mais dignas e pela redução do tempo de trabalho. Magnani (1994) destaca o grande valor do tempo livre para o movimento operário organizado. “O tempo livre era de suma importância pois representava não apenas a necessária reposição da energia gasta, mas ocasião de desenvolvimento de uma cultura independente dos valores burgueses (MAGNANI, 1994, p.1)”. Inserida neste contexto está a definição deste autor sobre o tema:

Lazer é o conjunto de atividades individuais ou coletivas voltadas para a satisfação de uma série de interesses – no plano de criação, formação e aprimoramento pessoal, entretenimento, descanso, etc. – realizadas no tempo liberado das obrigações impostas pelo trabalho profissional e por outras responsabilidades sociais. Essa articulação trabalho/lazer, como todos sabemos, tem raízes históricas, remonta à reordenação induzida pela Revolução Industrial e deixou marcas profundas, transcorridos já três séculos (Magnani, 2000 p.21).

Morin (1997) considera o lazer como resultante da própria organização do trabalho burocrático e industrial, tendo deixado de ser apenas o acesso democrático ao tempo livre, que era antes uma prerrogativa das classes dominantes.

O tempo de trabalho enquadrado em horários fixos, permanentes, independentes das estações se retraiu sob o impulso do movimento

¹ Tradução nossa

sindical e segundo a lógica de uma economia que englobando lentamente os trabalhadores em seu mercado, encontra-se obrigada a lhes fornecer não mais apenas um tempo de repouso e de recuperação, mas de consumo. O lazer é um tempo ganho sobre o trabalho. (MORIN, 1997 p. 67)

Sumarizando, a dicotomia lazer-trabalho foi estudada tomando por base duas questões básicas. De um lado, a discussão do lazer como objeto que auxilia ou afasta o sujeito social da sua emancipação. Pode-se citar como exemplo dessa linha de considerações o texto *O direito à preguiça*, do militante socialista Paul Lafargue, publicado no final do século XIX (1880), que discutia a superação da alienação fora do ambiente de trabalho. Neste mesmo sentido, estão as pesquisas que definem o lazer com o auxílio de categorias relacionadas à cultura de massa, sua transformação em mercadoria e seu caráter fetichista. Numa segunda abordagem, o lazer serviria como fonte inspiradora e aceleradora do trabalho, alimentando os ganhos da economia de um país ou agregando criatividade à tecnologia e ao desenvolvimento (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008).

As discussões sobre a descentralidade da categoria trabalho, mais divulgadas a partir do final da década de 1980, apontam para uma revalorização interna entre as diferentes dimensões da vida em sociedade na construção de modelos de explicação, incorporando com mais força aspectos como o distanciamento do Estado na mediação dos conflitos socioeconômicos, o desemprego, a implantação do setor de serviços, as privatizações das atividades estatais e a abertura da economia. Novas teorias, ou pelo menos tentativas sistematizadas de explicações teóricas, passam a enfatizar diferentes instituições sociais contemporâneas, a exemplo de grupos de convivência, relações pessoais, transformações tecnológicas ou a incorporação de novos hábitos, como aponta Giddens, juntamente com as inúmeras possibilidades que os indivíduos possuem para se integrar a elas, onde a esfera econômica representa somente uma das faces importantes, porém não necessariamente determinantes, da sociedade. As outras faces são: as expressões simbólicas, os valores culturais e a linguagem. (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008)

Como visões alternativas para a dicotomia lazer-trabalho pode-se citar Elias e Dunning (1992), entendendo o lazer como um tipo de atividade inserida no tempo

livre, qualificando-o pelo seu caráter decisional. Para estes autores o indivíduo é o seu principal articulador, podendo dar sentido à sua atividade e aproximá-la da busca da excitação ou do prazer. Estes autores apresentam uma visão utilitarista do lazer, que serviria como um elemento que permite aflorar as pulsões e ações reprimidas pelo ordenamento contemporâneo. Seu usufruto aliviaria as tensões que a sociedade urbanizada impõe para se viver no grupo social. O lazer partiria de um pressuposto harmônico ou tenderia a uma harmonia sistêmica (ALMEIDA, 2003).

O lazer funcionaria na forma de estimulação social, a estimulação como fonte fundamental da atividade de lazer e por consequência do prazer. A estimulação agradável deste gênero, a estimulação que se recebe por estar se reunindo com outros, quer seja de fato, quer por meio da sua própria imaginação, é um dos elementos mais comuns da satisfação do lazer. (ELIAS; DUNNING, 1992, p.170)

O processo de globalização e de mundialização, na década de 90, trazem consigo, novas formas dos usos do tempo para o lazer, surgindo também novas teorias para a compreensão deste fenômeno.

A velocidade da informação, o consumo, as relações efêmeras, as reformulações do tempo e do espaço e, principalmente, a mundialização da cultura e minimização do indivíduo, trazem consigo novas formas dos usos do tempo para os lazeres. (GIRALDI, 2012)

Baudrillard (1991) revela uma sociedade onde o lazer passa a ser intermediado pela tecnologia dos sistemas informacionais criando uma sociedade de consumo que possibilita o que intitula "simulacro". Neste mundo do simulacro, o real e o virtual se fundem, realidade vivenciada também no lazer. "Falar de virtualidade nos remete à tecnologia e a um mundo de fronteiras móveis. [...] Tal tecnologia conecta a todos em um fluxo contínuo de informações e relacionamentos pessoais de modo mutante (GIRALDI, 2012)".

As teorias pós-modernas não possuem uma metodologia clara ou um marco conceitual único, aproximando-se de um sujeito hedonista², sem discutir o lazer num âmbito macrossocial.

[...] os pós-modernos abordam o corpo narcisista, apontando para a "síndrome do eu". O ser humano vive o dualismo de ver e ver-se. A relação subjetiva trava uma relação com a tecnologia - internet, jogos eletrônicos, conversas virtuais, viagens virtuais. (ALMEIDA, 2003)

Na sociedade pós-moderna, a utilização da comunicação informacional para o entretenimento, modificou intensamente as práticas de lazer. O lazer virtual penetrou a vida humana, nas esferas tanto do público como do privado. "Elemento característico de uma sociedade pós-moderna, a virtualidade se faz presente transformando nossos modos de viver, de nos relacionarmos e até mesmo de percebermos o mundo (GIRALDI, 2012)".

2.2 Sebastián De Grazia e a Concepção Aristotélica de Lazer

O escritor e cientista político americano, Sebastián De Grazia, em suas discussões e digressões históricas relacionadas ao lazer, revisita a antiguidade grega e a noção de *scholē*, marcando esse termo como a representação de um ideal clássico ou uma concepção aristotélica de lazer, reforçando esse conceito como uma concepção de uso do tempo para a discussão filosófica, para a política e para a religião e não somente algo que exige um afastamento da sociedade para a contemplação filosófica (noção predominante entre autores do campo do lazer).

Alguns estudiosos da área, apresentam uma releitura da obra de De Grazia, fundamentando-se no que consideram uma compreensão mais profunda da

² Hedonismo: Doutrina que considera que o prazer individual e imediato é o único bem possível, princípio e fim da vida moral. (FERREIRA, 1988, p. 336)

concepção aristotélica de lazer em que se baseia aquele autor. É o caso de Hemingway (1988) citando a ênfase dada por Aristóteles em sua filosofia prática, na participação nos assuntos comuns da cidade-estado:

O lazer é visto como a arena na qual as virtudes de caráter civil, são procuradas, demonstradas e refinadas. Isso dá ao mesmo, um lugar muito mais central na vida das pessoas, seja em si mesmas ou em suas comunidades. O que torna mais poderosa, a crítica de De Grazia, na condenação à concepção vigente do lazer na modernidade. (HEMINGWAY, 1988, p. 179)³

Para Hemingway (1988), De Grazia não se interessou apenas numa revisão histórica, na busca de dados sociológicos sobre a proporção do tempo livre na sociedade ou em apontar a inexatidão sobre as reivindicações por aumento do tempo livre. Tampouco a sua tese restringiu-se a mencionar o erro em equacionar o tempo livre e lazer, embora este permaneça um importante ponto de partida em seu argumento. Fossem essas todas as suas realizações, haveria ainda razões para progredir além do seu trabalho, especialmente quando outros já cobriram aqueles tópicos, mais efetivamente.

O que em geral, muito frequentemente não se tem observado é que, guiando a análise de De Grazia está o desejo de ressuscitar um certo "ideal de lazer" (De Grazia, 1964, p. 402), chamando-nos de volta às virtudes embutidas neste ideal. É um ideal grego, baseado na força de caráter necessária para a busca da verdade e que insiste nos níveis de devoção e moralidade demandadas pela verdade. Seguindo Aristóteles, De Grazia propõe acessar uma melhor qualidade de vida em sociedade por meio dos conteúdos deste lazer ideal. [...] Aristóteles, na obra *A Política*, conta que os espartanos viveram em segurança enquanto estiveram em guerra. Entraram em decadência assim que adquiriram um império. [...] Aristóteles atribui o declínio espartano à sua inabilidade em realizar corretamente o lazer, falta séria em sua visão e uma falha na qual a sociedade contemporânea também está exposta, na opinião de De Grazia. (HEMINGWAY, 1988, p. 182)⁴

³ Tradução nossa

⁴ Idem

Goodale (1985) afirma haver um significado mais profundo que não vêm à tona na maioria dos textos e discussões sobre lazer. Reconhece no pensamento de Aristóteles uma conexão próxima entre lazer e qualidade de vida, da mesma forma que De Grazia acredita ser falsa a noção de lazer como associada à de tempo livre e que o “problema” na concepção de lazer concentra-se não na quantidade de tempo livre disponível, mas na falta de sentido em nosso lazer. “Lazer é uma noção inútil se o considerarmos como o mero tempo livre ou um estado de contemplação (GOODALE, 1985, p. 54).”

Sob a ótica clássica, considerando-se Aristóteles, o contexto de lazer é a virtude, que em seu pensamento moral e político está inextricavelmente ligada à ação. É esta ideia que De Grazia procura defender em seus escritos. Nesse espírito, considera-se virtude, a ação realizada em acordo “com as mais elevadas capacidades humanas, corretamente entendidas e tanto Aristóteles quanto De Grazia acreditam que esta ação ocorra no lazer (HEMINGWAY, 1988, p. 181)”.

Ao destacar algumas modalidades de reflexão possibilitadas pelo *scholē* grego, optou-se no decorrer do texto, na utilização da expressão “lazer em seu sentido clássico”, ao invés da utilização de ócio, mais comum nos textos da área. O lazer nessa concepção clássica era considerado por Aristóteles, necessário para o desenvolvimento da excelência e ao desempenho das responsabilidades políticas. A concepção grega de excelência (*arête*) é descrita como resultado do desempenho de sua função específica por um ser ou objeto, sendo um cidadão grego que atinge este estado, aquele cujo caráter reflete sua civilidade na vida ativa da *polis*.

De acordo com Aristóteles, em sua obra A Política, uma vida que devesse ser conduzida no sentido de obter excelência, deveria ser objetivo de todo homem livre. Tal forma de existência poderia somente ser propiciada pelo *scholē*. Já no início da Metafísica, Aristóteles (980a) afirma que todo “homem por natureza, deseja o saber”. A combinação da necessidade de obter conhecimento, a busca pela virtude e o envolvimento na vida e nas necessidades da *polis*, levariam ao desenvolvimento da *eudamonia*, significado da felicidade mais completa ou de uma vida feliz, resultante da busca pela virtude. Essa conjunção ocorreria no lazer. “É nessa arena onde a civilidade é cultivada, na qual o caráter que procura conhecer e buscar a virtude é

desenvolvido e manifestado. Essa é a função específica do lazer (*scholé*) no sistema de Aristóteles (HEMINGWAY, 1988, p. 187)“.

A liberdade da palavra “scholé”, seu valor ético, seu ar de superioridade, sua relação com as artes liberais⁵ e a insistência na busca do conhecimento pelo conhecimento – tudo isso foi acrescido e modelado com precisão pelos filósofos, em um jogo entre “scholé” e reflexão, para formar o ideal clássico de lazer. (DE GRAZIA, 1963, p. 11)⁶

Um homem dedicado ao lazer em seu sentido clássico, segundo Platão e Aristóteles, destinava o melhor de si mesmo ao Estado; e acreditava que, cultivar sua mente, algo tão importante para o Estado, era a mais importante de todas as atividades. Ação única, através da qual, o homem revelaria a si mesmo, como descendente das divindades e em cujo exercício ainda celebraria aos deuses. Observa-se que a política e a religião estavam no centro desse lazer clássico e que a diversão não dominava a cena. Este elemento que muitos escritores da atualidade propõem como uma característica do lazer ou do uso do tempo livre (o ambiente de antegozo do prazer, a ideia de passar por bons momentos) não fazia necessariamente, parte deste ideal (DE GRAZIA, 1963).

O que faz um homem quando não tem nada o que fazer, o fará por que quer, sem pensar que é uma diversão ou que está passando bons momentos. Pode ser algo fácil ou difícil, agradável ou desagradável; ainda que pareça um trabalho duro, o faz por que quer e isso é o importante. (DE GRAZIA, 1963, p.11-12)⁷

O lazer clássico, na sociedade grega era elitista, privilégio de alguns que podiam durante a vida dedicar-se às questões envolvendo a *polis*, ao cultivo da

⁵ Artes Liberais: Classificação que perdurou do século II d. C ao século XV, criada pelo historiador romano Varrão. As artes liberais (ou dignas do homem) e artes “servis ou mecânicas” (próprias do trabalhador manual). Eram artes liberais gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, astronomia e música. Eram artes mecânicas: agricultura, caça, pesca, medicina, arquitetura, navegação, pintura, escultura, etc. (CHAUÍ, 2010)

⁶ Tradução nossa

⁷ Idem

educação, das artes e à contemplação. Aos indivíduos que eram obrigados a trabalhar (*hoi poloi*), havia a *anapausis* (recreação), que era uma forma socialmente organizada de lazer institucionalizado, disponível a todos. “A *anapausis* era uma forma de recuperar a vitalidade daqueles que precisavam trabalhar, de forma que tivessem força física e emocional para retornar ao trabalho (RAYCHAUDHURI; SAMDAHL, 2005).”⁸

Numa retomada histórica do percurso percorrido pela ideia clássica do *schole*, De Grazia (1963) narra que este ideal nasceu no mundo grego e emigrou para Roma, convergindo no pensamento greco-romano dos filósofos Cícero e Sêneca⁹. Por quatro séculos, do segundo ao sexto, sentiu-se a influencia da fusão ao pensamento estoico, com os escritores gregos falando sobre o lazer e a contemplação. Tanto a poesia, quanto a prosa se aproveitam deste momento.

Atingimos em nossos estudos, um ponto que vai além do caminho que nos leva novamente a Platão, dali, este percurso passa por Plotino e penetra o Cristianismo, chegando em seguida aos monastérios, onde foi escolhido o elemento contemplativo. Mas o lazer, com uma parte de si reclusa aos monastérios, não abandonou a liberdade pelo claustro. O ideal clássico de lazer teve uma enorme influencia secular. Uma corrente passa pelos estoicos¹⁰, pois viviam como se fossem epicuristas¹¹ e penetra em Cícero e Sêneca, que mais tarde deslocam-se mais ao norte, até entrar nas escolas inglesas, deixando seu selo no inglês, e em menor parte, no caráter do americano. Outra corrente ajudou a formar a ideia das artes liberais à partir da cultura geral. A luz do pensamento greco-romano, nunca se apagou, continua clara e brilhou ao máximo na Itália. Não obstante, oscilou debilmente durante muito tempo. Os países e

⁸ Tradução nossa

⁹ Cícero: Orador, filósofo e político (106-46 a. C), adepto do estoicismo, ajudou a disseminar a cultura e filosofia gregas em Roma. Foi Cícero que cunhou o conceito de humanismo, enquanto cosmovisão na qual o homem ocupa o ponto central. Alguns anos depois o estoico Sêneca (4 a.C. – 65.d. C), escreveu “ para a humanidade, a humanidade é sagrada”, espécie de slogan do humanismo na posteridade (GAARDER, 1991, p. 149).

¹⁰ Estoicos: Seguidores do estoicismo, doutrina fundada por Zenão de Cício (340-64 a. C.). Os estoicos acreditavam que todas as pessoas eram parte de um *logos* ou razão universal, origem da ideia de um direito universal, válido para todas as pessoas, inclusive os escravos. Tal ideia originou a noção de direito natural. Caracterizavam-se pela rigidez moral, austeridade de caráter e cultivo da serenidade. Interessavam-se por política e pela convivência em sociedade (FERREIRA, 1988).

¹¹ Epicuristas: Seguidores de Epicuro, filósofo grego (341-271 a. C), criador de doutrina caracterizada na física pelo atomismo e na moral, pela identificação do bem soberano com o prazer (não confundir com mera satisfação dos sentidos), o qual, concretamente, seria encontrado na prática da virtude e na cultura do espírito. Ao contrário dos estoicos, não se interessavam pela política ou pela sociedade (é errôneo confundir epicurismo com hedonismo). (FERREIRA, 1988, p. 256).

línguas mediterrâneas não só descobriram o lazer, como também o salvaram de sua extinção. (DE GRAZIA, 1963, p. 13)

Mesmo antes da queda do império romano, esse ideal clássico de lazer acabou afeiçoado aos mosteiros convertidos ao ideal de contemplação, chegando em seu trajeto ocidental pelo norte, com os monges civilizadores até a Grã Bretanha e finalmente às colônias. Nos Estados Unidos não desapareceu totalmente, mas os ideais do século XVIII se desmoronaram ali com precipitação surpreendente. A explicação de De Grazia (1963) para tal, foi a antipatia da população pelos monges e ideias monásticas, em especial as dos jesuítas, tanto na Inglaterra como em suas colônias.

O ideal do lazer estava unido aos estudos clássicos e ao conhecimento do grego e do latim. Não havendo acesso a essas línguas na época em que estamos falando, havia pouco acesso às ideias que eles personificavam. Muito poucas obras haviam sido traduzidas no momento em que começou a nova Era. (DE GRAZIA, 1963, p. 13)

Na visão de De Grazia (1963), hoje em dia este conceito está tão debilitado, que para os residentes do mundo moderno, o ideal do lazer ou do *ocio* como é traduzido para o espanhol, passou a ser confundido na cultura mediterrânea com a prática da *siesta*. Modernamente passou-se a considerar o trabalho um esforço que se faz para ganhar a vida ou manter uma casa, sendo o tempo livre, o contrário de trabalho, ou seja, a ausência temporal de trabalho. Porém, para o autor, o lazer tem muito pouco a ver com trabalho, tanto quanto com o tempo. Se alguém tem que trabalhar, isto quer dizer que tem que fazer algo por obrigação, ou por dinheiro ou por outra razão qualquer. Por conseguinte isto não é lazer. “Um homem de lazer pode, contudo, estar atarefado em algo que um observador inocente chamaria trabalho duro. A diferença está no objetivo que se almeja (DE GRAZIA, 1963, p. 12)”.

De Grazia (1963) cita John Stuart Mill¹² entre os filósofos da democracia que acreditavam no fato de, apesar do trabalho da fábrica ser desagradável, as máquinas poderiam “presentear” os homens, com tempo livre. Estes trabalhadores poderiam então, utilizar este tempo livre para estudar ou para entregar-se à política.

Mill pensava que havia muito pouco a fazer para avivar a rotina anestesiadora do trabalho da fábrica, mas indiretamente se poderia fazer muito. Dedicar-se à política, no tempo em que não trabalhava lhe permitiria aprender a cooperação; aguçaria sua habilidade em discussões e nasceria nele um sentimento de responsabilidade local e nacional. [...] Mais além da política, havia a possibilidade de tomar parte em associações voluntárias, que retiraria este sujeito dos estreitos círculos pessoal e familiar. Para guiar o homem nestes objetivos, a primeira medida a ser tomada, seria estender o sufrágio, o que o levaria a votar e a interessar-se por política; atrás deste interesse, viria a participação, que era em si uma forma de educar o cidadão. (DE GRAZIA, 1963, p. 5)

De Grazia (1964) se move através da revisão histórica das diversas manifestações do lazer, considerando que o valor de qualquer coletividade pode ser avaliado junto ao espaço aberto para a busca do verdadeiro lazer. Seu principal objetivo é chegar à análise do tempo livre na contemporaneidade questionando se iremos também falir como sociedade, por não sabermos como usar o lazer no tempo que venha a ser trazido pela paz e prosperidade, evitando as questões difíceis ao mergulharmos no trabalho, distrações e diversões.

Uma condição indispensável ao lazer é um sentido de tempo distinto do moderno. [...] Não há dúvida que o mundo moderno alcançou um outro nível de vida. Se é uma boa vida, aí já é um outro assunto. Uma coisa porém é clara: é uma vida sem lugar para o lazer em seu sentido clássico. Alguns dirão que é desnecessário o sentido de um tempo abundante e sem horários, porém, enquanto que para o tempo livre bastam pedaços de tempo do relógio, para o lazer eles

¹² John Stuart Mill: Filósofo político inglês (1806-1873) defendia a democracia como veículo para a justiça e liberdade. Conhecido pelas ideias liberais simpatizou-se por princípios de algumas correntes socialistas, passando a autodenominar-se um liberal e socialista. Defendeu a Comuna de Paris e morreu escrevendo um livro sobre socialismo, que esperava tornar-se mais importante que seu estudo sobre Governo Representativo (Anderson, 1988) Tradução Nossa

não são suficientes, já que o lazer clássico, não é representado por horas livres de trabalho, nem sequer fins de semana ou meses de férias, ou anos de retiro. O tempo livre e as atividades de recreio da Era moderna, não devem ser criticadas pelo que são. Não são piores que os circos de Roma, a saída do trabalhador parisiense com sua mulher ao café, as lutas periódicas na ponte de Pugini em Veneza, as lutas de galo no México, os dramas de possessão em Gana ou as praias abarrotadas de ingleses em Brighton. (DE GRAZIA, 1963, p. 14)

O autor, no entanto, afirma que não houve nenhuma civilização em que todos ou sequer a maioria, participassem dos melhores padrões de gosto ou nas atividades mentais reveladas pela presença do lazer clássico. Desde a antiguidade, segundo De Grazia (1964), a maioria apresenta tipicamente um rol de atividades no tempo livre semelhantes às da modernidade. A antiga Grécia, local onde este ideal chegou ao seu auge, a antiga Roma em seus séculos de paz; a República de Veneza, que se chamou a "Sereníssima"; a Florença de Brunelleschi; o centro do Renascimento, todas elas se nos apresentam, com apenas uns poucos indivíduos capazes de desfrutar desse ideal clássico de lazer.

O lazer como um ideal requer certas formas de ação. Não é um espaço existencial vazio, esperando para ser preenchido com qualquer tipo de atividade. "Ao não estar dividido pelo tempo, o lazer não sofre a fragmentação que sofre o tempo livre. Neste lazer clássico, o início ou interrupção de qualquer atividade é intrínseco, devido ao interesse daquele que a desenvolve (DE GRAZIA, 1963, p.11-12)¹³."

Em detrimento ao lazer aristotélico, o que se tem no presente é simplesmente a recreação, entendida como uma imersão na diversão em contraposição ao trabalho. Baseando-se nessa compreensão o lazer na atualidade conduz os indivíduos para longe de uma confrontação consigo mesmos, uma reflexão sobre suas vidas e a sociedade onde vivem. Pode-se dizer que, a moderna ênfase na utilidade e função, reflete os erros que se desenvolviam na antiga *polis*, vislumbrados por Aristóteles, erros que diminuía as virtudes dos cidadãos, pela dissolução do conteúdo no lazer (HEMINGWAY, 1988).

¹³ Tradução nossa

De Grazia (1964) propõe uma retomada da definição clássica de lazer e questiona as consequências da qualidade da vida moderna, obtidas pela qualidade do lazer na modernidade. Para ele ambos são incompatíveis, pois embora exista o tempo livre, nele não existe lazer. Sem a educação no sentido de um melhor uso do lazer, as vidas dos indivíduos não atingirão a excelência, tomada por ele das ideias de Aristóteles, como o mais alto chamado na direção da razão e virtude humanas, para a criação de uma comunidade coesa, unida pelos princípios de civilidade.

É preciso esclarecer que neste trabalho, o objetivo não se encontra na defesa de uma melhor abordagem ou conceituação do tema, nem se trata aqui de condenar alguma prática de lazer. Tampouco se está esquecendo de que a cidade de São Paulo, palco do objeto de estudo, é um centro urbano que sofreu as mudanças da pós-industrialização, com uma maior concentração no setor de serviços (FERREIRA, 2007) e portanto não permite a discussão de lazer numa sociedade industrial.

Está presente nesta reflexão a consciência de que o lazer na contemporaneidade, tem cada vez mais tênues os limites em relação ao universo do trabalho e que na sociedade pós-moderna, a tecnologia, a internet, o acesso à redes sociais, impedem a separação dos tempos que serviram um dia para designar o que era trabalho e lazer, sobrepondo-os no espaço social (ALMEIDA, 2013).

Trata-se aqui, da ideia de buscar algo além dos conteúdos explícitos nas práticas de lazer da atualidade e tentar oferecer aos indivíduos a possibilidade de escolha. A possibilidade de buscar os grandes benefícios que o lazer clássico pode propiciar às pessoas: a faculdade criadora, a verdade e a liberdade (DE GRAZIA, 1963). Isso não significa a defesa da criação de uma classe de indivíduos dedicados somente à contemplação, à arte, à filosofia, sustentados pelo resto da sociedade, sugerida pelo autor. Mas sim oferecer à todos os membros do grupo social, a possibilidade de poder também usufruir de um lazer clássico, da contemplação, do exercício filosófico, da ação política, que para Aristóteles, Platão e Epicuro conduziram à sabedoria e à verdade. De Grazia (1963) acredita que aqueles que vivenciam o lazer dessa forma, sentem-se próximos de toda a natureza. Não sentem a separação agressiva ou a solidão sem sentimentos, daqueles que examinam os homens com desejo de exploração. Num certo sentido estão verdadeiramente

separados, porque não olham a nenhum deles, sejam homens ou outras espécies da natureza, com a intenção de manipulá-los ou controlá-los.

E onde os parques públicos se inserem nisso?

O parques públicos poderiam tornar-se o cenário para o cultivo das diferentes facetas do lazer. Nos ambientes ensombrados dos parques se ofereceria a possibilidade dos cuidados com a saúde física e o cultivo da mente. Principalmente para os jovens. A união dos recursos virtuais, das ferramentas tecnológicas, o acesso à educação e à cultura, nos aprazíveis ambientes dos parques. Os mesmos poderiam ser melhor aproveitados em todos os âmbitos, como espaços democráticos para práticas diversas de lazer.

Se construiria algo que por certo será considerado utópico ou mesmo ingênuo, mas que seria levar à adultos, jovens e crianças, a possibilidade de escolha, tanto de assistir a um concerto de música erudita quanto a um show de pagode. A possibilidade de desejar aprender, de participar de cursos e aprendizados, ao estilo da escola peripatética de Aristóteles, que ensinava seus discípulos caminhando sob às árvores, nos ensombrados caminhos do Ginásio de Apolo, em Atenas.

3. Lugar Comum: Gênese do Pensamento e Espaço

O pensamento humano é rematadamente social: social em sua origem, em suas funções, social em suas formas, social em suas aplicações. Fundamentalmente, é uma atividade pública — seu habitat natural é o pátio da casa, o local do mercado e a praça da cidade.
(GEERTZ, 1989)

Ainda mantendo a relação com a antiguidade grega, pode-se dizer que foram os gregos que inventaram a expressão “lugar comum” ou tópicos (*tópos* - em grego) ou ainda, *locus communis* (em latim).

Na cidadania grega, a produção de cultura e conhecimento se fazia mediante sistemas como o diálogo, a controvérsia, o debate e o conflito de ideias. Dentro destas controvérsias, ao colocar em prática a arte da retórica, eram utilizados os “lugares comuns”: uma série de temas, em que se podiam encontrar e desenvolver os argumentos e razões suficientes para sair de discussões difíceis, ou colocar em dificuldade os oponentes. Eram “comuns” por que eram conhecidos por todos e aceitos como corretos e importantes. Em consequência, o retórico (*rétor*) que os usava adequadamente, ganhava o público, o que equivalia a ganhar a discussão (CHRISTLIEB, 2004).

Porém os gregos não só pensaram o lugar comum, como também o construíram. Com efeito, os lugares comuns serviam para pensar dentro de outro lugar de acesso livre e geral: a praça pública (a *ágora* grega e o *fórum* romano), porque a praça pública tinha uma função e um objetivo concretos: servia para pensar. A praça pública foi literalmente idealizada e construída para sustentar o diálogo e o debate [...] A metáfora do lugar comum foi inventada no lugar comum sem metáfora: os que inventaram o lugar comum do pensamento, construíram ao mesmo tempo o lugar comum da praça pública [...] O lugar comum é ao mesmo tempo o pensamento e o espaço. (CHRISTLIEB, 2004, p. 7-9)¹⁴

¹⁴ Tradução nossa

Christlieb (2004, p. 9) ainda compara a praça pública à criação de um espaço dentro do espaço, como se alguém tratasse de pintar um ponto branco em uma parede branca, ou “recortar com tesouras um pedaço de ar, ou separar um lago no meio do oceano Atlântico”. É como se a praça pública fosse um espaço separado do espaço natural e junto dela, o pensamento civil separado do espaço natural.

O lugar comum para Ortega y Gasset (1982) foi o maior invento da cultura helênica. Segundo ele, por meio de escavações arqueológicas possibilitou-se vislumbrar o que havia no solo de Atenas e de Roma, antes que ambas as cidades existissem. Porém, o caminho desta pré-história puramente rural e sem caráter específico, chegando ao florescer da cidade, não é muito claro. Pouco esclarecido está, o nexos étnico entre aqueles povos proto-históricos e as comunidades que trazem ao repertório humano o que foi considerado uma grande inovação: a construção de uma praça pública e ao seu redor uma cidade fechada ao campo que a circunda. Inventada estava, uma nova categoria de espaço, onde até então só havia o campo e nele se vivia com todas as consequências que este ambiente poderia acarretar ao homem.

O greco-romano, porém, decide separar-se do campo, da “natureza”, do cosmos geobotânico. Como seria possível? Como poderia o homem retrair-se do campo? Para onde iria, se o campo era toda a terra, o ilimitado? Muito simples: limitando um pedaço de campo mediante alguns muros que opusessem o espaço incluso e finito, ao espaço amorfo e sem fim. Aqui está a praça. Não é como a casa, um “interior” fechado por cima, para proteger da intempérie, ou como as covas que existem no campo, é a pura e simples negação do campo. A praça, graças aos muros que a cercam, é um pedaço de campo que se volta de costas ao resto, que prescinde do resto e se opõe a ele. Este campo menor e rebelde, que pratica a divisão do campo infinito e se posiciona de frente a ele, é um campo abolido e, portanto, um espaço *sui generis*, novíssimo, no qual o homem se liberta de toda a comunhão com as plantas e animais, os deixa para fora e cria um âmbito à parte, puramente humano. É o espaço civil. (ORTEGA Y GASSET, 1982, p.134)¹⁵

¹⁵ Tradução nossa

3.1 Contornos e Espaços da Esfera Pública

É no espaço civil, de contornos físicos, que os gregos permitem um primeiro reconhecimento de dois polos que se opõem em alguns momentos da história e em outros se interpenetram: a esfera pública e a esfera privada. Utilizando a noção de esfera pública de Habermas (1974) entende-se “um domínio da vida social, no qual, algo próximo à opinião pública é formada”. Na antiga Grécia, poder-se-ia obter reconhecimento na praça pública, pela participação política. Porém esta participação somente era permitida aos cidadãos e sua autonomia propiciada pela propriedade privada.

Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da *pólis* que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo (*idia*). A vida pública, *bios politikos*, não é, no entanto, restrita a um local: o caráter público constitui-se na conversação (*lexis*), que também pode assumir a forma de conselho e de tribunal, bem como a de práxis comunitária (*práxis*) [...] A ordenação política baseia-se como se sabe, na economia escravagista em forma patrimonial. Os cidadãos estão efetivamente dispensados do trabalho produtivo; a participação da vida pública depende, porém, de sua autonomia privada como senhores da casa. A esfera privada está ligada a casa não só pelo nome (*oikos* = casa); possuir bens móveis e dispor de força de trabalho tampouco constituem substitutivos para o poder sobre a economia doméstica e a família, assim como, às avessas, pobreza e não possuir escravos já seriam por si empecilhos no sentido de poder participar na vida da *pólis*: exílio, desapropriação e destruição da casa são uma só coisa. A posição na *pólis* baseia-se, portanto, na posição de déspota doméstico: sob o abrigo de sua dominação, faz-se a reprodução da vida, o trabalho dos escravos, o serviço das mulheres, transcorrem o nascimento e a morte; o reino da necessidade e da transitoriedade permanece mergulhado nas sombras da esfera privada. Contraposta a ela, destaca-se a esfera pública – e isso era mais que evidente para os gregos – como um reino da liberdade e da continuidade. [...]. (HABERMAS, 2003, p. 15-16)

Para Habermas (2003), só à luz da esfera pública tudo podia tornar-se visível e a conversação entre os cidadãos, permitia configurar os objetos; os pares

disputavam entre si e ganhavam destaque os melhores, que conquistavam sua essência e a imortalidade da fama. Ao contrário das limitações do *oikos* (esfera privada), a *pólis* oferecia amplo espaço para a distinção honorífica, porém essa relação se dava somente entre iguais (*homoioi*), procurando cada um destacar-se (*aristoiein*) à sua maneira. “As virtudes, cujo catálogo Aristóteles codifica, mantêm-se apenas na esfera pública: lá é que elas encontram o seu reconhecimento (HABERMAS, 2003, p. 16)”.

Há que se destacar que na Grécia clássica, entre 500 a 400 anos a. C., estavam excluídos dos direitos de cidadania os escravos, as mulheres e os estrangeiros, que em Atenas por exemplo, constituíam mais de três quartos da população adulta. O que demonstra claramente a falta de dimensão universal da teoria e da prática da cidadania entre os gregos antigos. Evidenciado fica então, o caráter restrito do exercício da arte do debate, do conflito de ideias e a natureza exclusiva dessa participação política e da apropriação desse espaço público primevo.

Na Roma Antiga, o Fórum era um espaço de funções múltiplas. Uma vez que a cidade centralizava não somente o poder, como também as relações com todo o Império, ali não bastava um espaço exclusivo para debates políticos, o comércio tinha vital importância. O Fórum Romano, portanto, supria a necessidade de um mercado comum para comércio entre as diferentes populações estrangeiras que compunham a sociedade romana, era um local para as assembleias e disputas atléticas, sendo localizado junto ao teatro e os templos (FERREIRA, 2007).

A sociedade feudal trouxe em seu bojo, indícios de que a relação entre a dominação feudal fundiária e a vassalagem, não incorporavam uma antítese entre a esfera pública e a esfera privada, tal qual o modelo clássico antigo. Embora na sociedade feudal, como na grega, a vida econômica se dava por intermédio de relações domésticas de produção e o servo (a exemplo do escravo), garantia pelo seu trabalho o sustento do proprietário, as esferas pública e privada reuniam-se sobre uma mesma base de dominação, ainda que o poder “privado de dispor” não pudesse ser comparado ao do *oikodespostes* (déspota doméstico) (HABERMAS, 2003).

O cerne do poder político na Idade Média encontrava-se simultaneamente na propriedade territorial e no controle sobre o trabalho. Sem nenhuma dissimulação, a

dominação política era a dominação econômica. O senhor já não tinha necessidade de um espaço para a interação argumentativa, perdendo-se a esfera de comunicação política que caracterizou a Grécia da antiguidade. Esvaiu-se também, no decorrer do regime feudal, a noção de um espaço geográfico acessível a todos e que oferecia um foro privilegiado para o raciocínio e a comunicação.

Na Alta Idade Média (séculos V a XI), Habermas (2003) afirma não ser possível comprovar-se sociologicamente a existência de uma esfera pública como setor próprio, separada de uma esfera privada, uma vez que a autoridade pública e privada fundiam-se numa inseparável unidade, sendo ambas emanção de um único poder. “Não obstante, os atributos de soberania como o selo do príncipe, não por acaso são chamados de “públicos”. [...] ou seja, aí existe uma representação pública de soberania (HABERMAS, 2003, p. 19)”.

Esta representatividade era uma marca de *status*. Qualquer que fosse a sua hierarquia, o senhor fundiário possuía um *status* neutro em relação aos critérios de “público” e “privado”. O seu detentor, no entanto, representava-o publicamente, mostrava-se, apresentava-se como a corporificação de um poder superior. Ao povo restava apenas a possibilidade de participar pela aclamação. “O príncipe e seus *terra-tenentes* “são” o país [...] eles representam a sua dominação, ao invés de fazê-lo *pelo* povo, fazem-no *perante* o povo (HABERMAS, 2003, p. 20)”.

A Baixa Idade Média (séculos XI a XV) representa o período de dissolução do feudalismo e o desenvolvimento de outras relações de produção, do recrudescimento do mercado e o declínio do monopólio da Igreja sobre a educação e cultura na Europa ocidental. O espaço para uso comum nesse período passaria acumular funções específicas: praça religiosa, praça cívica, praças de mercado etc. Nas cidades hispânicas havia uma praça maior como elemento central, ordenador do traçado das vias, onde aconteciam as grandes reuniões, jogos, mercados, teatro e uma praça de armas, que seria uma variante, incorporando algumas funções militares.

Na Renascença, grandes eventos civis deslocam-se de locais públicos, para os salões e parques do castelo, que permitiam uma vida da corte protegida em relação ao mundo exterior. O povo que era impossibilitado de participar divertia-se assistindo do lado de fora. No período Barroco, a praça viria a cumprir um papel

monumental, compondo o cenário para destacar palácios, igrejas, habitações. Os elementos desse novo modelo se alastram pela Europa, valorizando uma arquitetura opulenta. O mercado já não funciona nos espaços livres centrais e as praças passam a servir de cenário na vida social, para a convivência da aristocracia nos centros urbanos.

Com o desenvolvimento do comércio, a nova classe que surgia – a burguesia – sem estrutura política para assumir a tarefa de centralização do poder, alia-se à realeza, fornecendo-lhe o poder econômico em troca do poder político que lhe garantisse o desenvolvimento de seus negócios. A união entre o Estado Absolutista e a burguesia perdurou enquanto a segunda obtinha condições para o acúmulo de capitais. Quando as severas intervenções do Estado Absolutista passaram a perturbar a livre-concorrência, a burguesia se rebela atacando os princípios de dominação vigente com as revoluções liberais.

Retomando o princípio de esfera pública agora dentro da ótica burguesa, essa esfera das pessoas privadas reunidas em um público agora reclamava uma “esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante (HABERMAS, 2003, p. 43)”. No cerne dos conflitos entre Estado e proprietários, surgiu uma esfera pública literária, que elaborou uma certa *publicidade* erudita, construída proporcionalmente à destruição das barreiras que mantinham a arte e o conhecimento privilégio das classes aristocráticas. “A esfera pública literária (*literarische Öffentlichkeit*) não é em seus traços constitutivos, autonomamente burguesa. [...] é no contato com os humanistas da corte que os burgueses irão estabelecer os parâmetros para a sua atuação crítica (CAMPATO, 2006).”

A cidade passa ser o centro economicamente vital da sociedade burguesa funcionando como uma antítese política e cultural à corte, caracterizando a esfera pública literária que tem por suas instituições os cafés, salões e comunidades de comensais. Dentro dessa ordem política e social pré-capitalista, surge a imprensa com uma força explosiva. Uma esfera pública política surge da esfera pública literária, intermediando pela opinião pública, a relação entre o Estado e as necessidades da sociedade (HABERMAS, 2003).

Novamente a expressão discursiva e a apropriação de espaços, mantinham o seu caráter de exclusão: nos cafés não eram permitidas as mulheres e a grande parte da população (uma massa de analfabetos) era tão pauperizada, que sequer poderia comprar um livro, ou ter acesso, ainda que modesto, aos bens culturais.

É importante ressaltar que Habermas (2003) no prefácio da primeira edição de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, deixa claro que concebeu a “esfera pública burguesa” como uma categoria típica de época.

Ela não pode ser retirada do inconfundível histórico do desenvolvimento dessa “sociedade burguesa” nascida no outono da Idade Média europeia para, em seguida, ao generalizá-la em um ideal-tipo, transferi-la a constelações formalmente iguais de situações históricas quaisquer. Assim como procuramos mostrar que, num sentido preciso, só se pode falar de algo como “opinião pública” na Inglaterra do século XVIII, também consideramos de modo geral a “esfera pública burguesa” como uma categoria histórica. (HABERMAS, 2003, p. 9)

Ainda que fosse aceitável a replicação de tal análise num tipo ideal, não seria possível aplicar ao caso brasileiro o modelo de formação da esfera pública burguesa europeia, dentro do modelo proposto por Habermas, já que no Brasil não houve feudalismo. Pode-se, no entanto, tomando-se os exemplos citados, buscar compreender de que forma são representadas publicamente as aspirações privadas na realidade brasileira e investigar-se a evolução histórica das relações estabelecidas no espaço público, bem como as desigualdades nas formas de apropriação espacial.

3.2 Dominação Política e Produção do Espaço

O espaço oferece uma realidade objetiva, impedindo pela sua força de imposição, que a sociedade opere fora dele. Para estudar-se o espaço, torna-se importante compreender-se a sua relação com a sociedade. Toda vez que ocorre

alguma mudança na sociedade, os objetos geográficos assumem novas funções, criando neste processo uma nova organização espacial (SANTOS, 1997).

Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. Todavia, se examinarmos apenas uma fatia de tempo homogêneo, careceremos de um contexto em que possamos basear nossas observações, uma vez que a estrutura varia conforme os diferentes períodos históricos. A produção se impõe invariavelmente com um certo ritmo, e os períodos históricos (que não passam de um outro nome para a história da produção ou da divisão do trabalho) transformam a organização espacial (SANTOS, 1997a, p. 49).

Em sua obra “A Produção do Espaço”, Henri Lefebvre (1991), sugere que o espaço social urbano pode ser compreendido como um produto de múltiplos processos, que se influenciam mutuamente.

[...] Pode se mostrar como um instrumento político facilitador do controle da sociedade e ao mesmo tempo uma forma de produção, pela maneira como é desenvolvido; pode sustentar a reprodução das relações de produção e de relações de propriedade; é equivalente a uma série de superestruturas ideológicas e institucionais que não são apresentadas pelo que são (e nesta qualidade o espaço social chega repleto de simbolismos e sistemas de significado – às vezes uma sobrecarga de significados); alternativamente o espaço assume uma aparência exterior de neutralidade, insignificância, de destituição semiológica e de vazio (ou ausência); contém potencialidade de trabalho e reapropriação, [...] respondendo acima de todas as demandas de um corpo transportado no espaço, o qual, construindo resistência, inaugura o projeto de um espaço diferente [...], no sentido de uma utopia inicialmente alternativa ao espaço “real” existente atualmente. (Lefebvre, 1991, p. 349).¹⁶

Lefebvre sugere o conceito de prática espacial como uma reflexão para a compreensão da produção do espaço. “A prática espacial de uma sociedade, produz

¹⁶ Tradução nossa

aquele espaço social. Essa prática propõe e pressupõe uma interação dialética entre dominação e apropriação (1991, p. 38)”. Sorbazo Miño (2004) fundamentado na obra de Lefebvre trabalha com a perspectiva da produção do espaço, como reprodução das relações sociais por meio de práticas socioespaciais. Ainda avança nessa perspectiva, incorporando o enfoque de Carlos (2001) ao sugerir três níveis de análise para a produção do espaço – dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana, os quais podem ser visivelmente detectados no espaço público.

A dominação política remete-nos ao papel do poder político e das elites na produção do espaço público; a acumulação de capital, à implementação de espaços públicos que contribuem à valorização de áreas e à apropriação privada dessa valorização, e ao surgimento de novos produtos imobiliários (...) que aumentam a reprodução e a circulação do capital e questionam a relação público-privado; e, finalmente, a esfera da realização da vida humana materializa-se nos espaços públicos que possibilitam práticas cotidianas de lazer, de consumo, de circulação etc. (SORBAZO MIÑO, 2004).

Segundo Lefebvre (1991, p. 365) as contradições sociopolíticas são percebidas espacialmente, sendo as contradições espaciais que operacionalizam as contradições das relações sociais. “Em outras palavras, as contradições espaciais expressam conflitos entre interesses e forças sociopolíticas; mas é apenas *no espaço*, que tais conflitos efetivamente entram em ação, tornando-se dessa forma, conflitos do espaço.”

Dispersão e subdivisão, frequentemente conduzidas ao ponto de completa segregação, são controladas e dominadas, por objetivos estratégicos, pelas vontades do poder das mais elevadas ordens em termos tanto da quantidade de meios empregados, como da qualidade dos objetivos atendidos. Tudo que é disperso e fragmentado mantém sua unidade dentro da homogeneidade do **espaço do poder**; este é um espaço o qual naturalmente leva em conta as conexões entre aqueles elementos que ele conserva paradoxalmente, ligados e destacados uns dos outros, ao mesmo tempo separados e comprimidos (LEFEBVRE, 1991).

A dominação tem raízes muito profundas na História e na esfera histórica, uma vez que suas origens coincidem com as do próprio poder político. A arquitetura militar, fortificações e muralhas, represas e sistemas de irrigação – todos oferecem excelentes exemplos de *espaço dominado*. Apesar dos exemplos citados, o autor acredita que o conceito de espaço dominado, apenas aparenta ser simples, quando na verdade, pede maior elucidação (LEFEBVRE, 1991).

Com o objetivo de dominar o espaço, a tecnologia introduz uma nova forma dentro de um espaço pré-existente – geralmente uma forma retilínea ou retangular [...]. Uma rodovia brutaliza o campo e a terra, dividindo através do espaço como uma grande faca. O espaço dominado é geralmente fechado, estéril, esvaziado. O conceito alcança seu resultado pleno apenas quando contrastado com o conceito oposto e inseparável de *apropriação*. [...] Somente por meio de um estudo crítico do espaço, o conceito de apropriação pode ser esclarecido. Pode-se dizer de um espaço natural modificado para servir às necessidades e possibilidades de um grupo, que o mesmo foi apropriado por aquele grupo. Propriedade no sentido de posse é o pré-requisito mais importante, e mais frequentemente apenas um efeito colateral, da atividade “apropriativa”, da qual a mais alta expressão é a obra de arte. Um espaço apropriado parece-se com uma obra de arte, só para não dizer que é de qualquer forma, uma imitação de uma obra de arte. Frequentemente este espaço é uma estrutura – um monumento ou um prédio – mas este não é sempre o caso: um local, uma praça ou uma rua podem também ser legitimamente descritos como espaços apropriados. Há inúmeros exemplos de espaços apropriados, mas não é sempre fácil decidir, no que diz respeito a como, por quem e para quem eles foram apropriados. (LEFEBVRE, 1991, p. 164-165)¹⁷

Para elucidar a noção de apropriação, Lefebvre (1991, p.165), recorre às casas de camponeses e vilas, dizendo que elas falam: “elas recontam, embora de forma confusa e sussurrada, as vidas daqueles que as construíram e habitaram”. Um iglu, uma cabana de palha oriental, ou uma casa japonesa é em cada pedaço, tão expressiva como uma moradia normanda ou provençal. O espaço de moradia pode ser de um grupo (uma família, frequentemente grande) ou de uma comunidade (embora dividida em castas ou classes que tendem a separar-se). “O espaço privado é distinto de espaço público, mas está sempre conectado com ele. Na melhor das

¹⁷ Tradução nossa

circunstâncias, o espaço exterior de uma comunidade é dominado, enquanto o espaço interior da vida familiar é apropriado” (LEFEBVRE, 1991, p.165-166)”. Para Lefebvre (1991, p.166), deveria-se observar que a apropriação não é efetivada por um grupo imóvel, seja uma família, uma vila ou uma cidade: “o tempo tem seu papel no processo, bem como a apropriação não pode ser entendida à parte dos ritmos do tempo e da vida”.

O ideal seria que os espaços apropriados e os espaços dominados fossem combinados. Mas a história da acumulação – é também a história da separação desses elementos e seu antagonismo mútuo, tornando-os concorrentes. “O vencedor nesta competição, tem sido a dominação (LEFEBVRE, 1991, p.166)”. De acordo com o autor, houve um tempo em que havia a apropriação sem a dominação – citando como testemunhas desse fato, as acima mencionadas cabanas, os iglus e casas de camponeses. “A dominação cresceu *pari passu* com o papel interpretado pelos exércitos, as guerras, o estado e o poder político.”

A dicotomia entre dominado e apropriado, não é limitada ao nível do discurso e significação, uma vez que dá origem a uma contradição ou tendência conflitual, que mantém o controle até que um dos termos em jogo (dominação) vença de forma esmagadora e o outro (apropriação) seja completamente subjugado. Isto não significa que a apropriação desapareça, porque não pode: tanto a prática quanto a teoria continuam a proclamar sua importância e a demandar sua restituição (LEFEBVRE, 1991).

3.2.1 Ordenação do Espaço e Dominação Política no Brasil

Para refletir sobre a correlação entre o espaço e a dominação política no Brasil, há que se avaliar a forma como se constituiu a propriedade da terra – privada e pública – no marco da transição do Brasil Colonial ao Brasil Republicano. No período colonial, os novos povoados eram criados quando os capitães-mores, beneficiários de terras no sistema de capitanias, cediam terras à Igreja para a

consagração de um patrimônio, dedicando-o a um santo católico, concedendo terras para criação de novas vilas.

Ao se criar um patrimônio (porção de terra cedida por um senhor ou vários, para servir de morada e de meio de subsistência aos não possuidores de terra), construía-se também a capela. Esta era mantida pela cessão de parcelas do terreno aos interessados em morar junto a ela. Sendo o interesse principal no momento da criação da capela, a definição um espaço externo que permitisse criar um pátio, um terreiro, um largo.

Esse espaço adquiria uma grande importância na vida social do novo povoado, local onde eram exercidas inúmeras atividades. A igreja e a praça eram elementos fundamentais nas cidades nascentes. A igreja atraía a população ligada às cerimônias e rituais religiosos; sendo também o centro de registro civil para os nascimentos, casamentos e enterros. A igreja dominava o cotidiano daqueles habitantes, sendo até sua figura física relevante, uma vez que ocupava o fundo da perspectiva da praça, que também estava sob estreita dependência da igreja. A praça era o ponto de encontro e o principal local para a diversão. Aos domingos aproveitava-se a ocasião única em que se podia vestir uma roupa especial e olhar os passantes. As casas que cercavam a praça eram luxuosas, constituindo-se praticamente em palacetes construídos pelos principais fazendeiros da região, sendo considerado um grande luxo ter uma fachada naquele local (SOBARZO MIÑO, 2004).

O resto da terra destinado ao patrimônio era dividido sem obedecer a um claro arruamento e sem maior preocupação em estabelecer o que era público e privado. Nesse processo de parcelamento da terra, a Igreja exercia um importante papel, já que as cessões de terra se faziam em troca da manutenção do templo. Nesse contexto, o fato que mais nos interessa destacar é a importância da Igreja no início da vida "urbana" brasileira: a Igreja como aglutinadora social, a Igreja como edificação de maior destaque, a Igreja como intermediária no acesso às terras do povoado, pelo menos até o momento da instauração da autonomia municipal com a criação da vila. Esse papel de destaque foi diminuindo com o passar do tempo e o processo de secularização consolidou-se no século XIX. A secularização entendida como a perda relativa da importância de instâncias religiosas no conhecimento e na vida social, é típica da Modernidade, fundamentada na razão e na ciência. Essas mudanças não podem ser analisadas sem considerar a transformação capitalista. (SOBARZO MIÑO, 2004, p. 34)

No final do século XIX, a institucionalização da propriedade nos padrões da Lei de Terras de 1850, transfere ao detentor da propriedade de terras, o poder não somente econômico, mas também político (SOBARZO MIÑO, 2004).

Este processo ocorreu no contexto de transição de uma sociedade escravocrata para uma sociedade de trabalho livre. Na primeira, o patrimônio estava determinado pela propriedade de escravos, enquanto a terra nada representava em termos patrimoniais, uma vez que havia o direito à sua ocupação, transformando a renda capitalizada no escravo, em renda territorial capitalizada. A passagem para uma sociedade de trabalho livre exigiu que se assegurasse o patrimônio dos beneficiários de sesmarias¹⁸, transpondo para a propriedade da terra essa condição. “Num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa (MARTINS, 1981, p. 32)”.

A utilização do sistema bancário que anteriormente era possibilitada pela propriedade de escravos, passou a ser permitida em resultado da propriedade capitalista da terra, assegurando também a sujeição ao trabalho, dos colonos imigrantes. Esses trabalhadores livres, somente se transformariam em proprietários, após trabalharem nas fazendas (MARTINS, 1981).

Esse processo significou a manutenção e consolidação do poder daqueles que possuíam terras. Paralelamente, outras ações se dirigiram nessa mesma direção e ajudaram a criar um Estado não igualitário, clientelista e patrimonialista. Nesse contexto, se retrocedermos até os séculos XVI e XVII, veremos que o rei delegava aos homens bons (sem mácula de sangue nem de ofício) parte de sua autoridade, o que possibilitava a administração das vilas e municípios. (SOBARZO MIÑO, 2004, p. 55)

Nesse período a palavra república (*res publica*) era unicamente, sinônimo de coisa pública administrada pela assembleia dos particulares (os súditos). Contraditoriamente, era público o que não era do rei, sendo então, do Estado, que por sua vez, estava sob a administração dos agentes do privado. Em troca, a Coroa

¹⁸ Sesmaria: Lote de terra inculto ou abandonado, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo. (FERREIRA, 1988, p. 597)

exigia o pagamento de tributos, a organização de expedições de guerra aos indígenas, a construção de caminhos e pontes etc. Havia uma troca de favores nas relações entre vassalos e o rei, que oferecia em retribuição à lealdade política, compensações materiais, títulos e privilégios, que resultavam em poder político e econômico. Com a Independência, o poder dos oligarcas, potentados rurais e locais, que havia sido acrescido e organizado politicamente pelo absolutismo, torna-os a fonte de legitimidade política da nação que surgia. Resulta desse processo um Estado desigual e patrimonial, dividido entre grupos sociais com direitos desiguais e os escravos que não possuíam direito algum.

Temos, então, um panorama em que a propriedade da terra significa poder econômico e político, privilégios dentro de uma escala social diferenciados. Mas também temos um panorama em que público e privado se misturam, convivem de forma conflituosa, invadem-se mutuamente, porque, numa sociedade moldada na troca de favor e no clientelismo, não basta a distinção legal para separar ambas as esferas. [...] Essa falta de diferenciação clara do público e do privado significa, do ponto de vista da dominação política, a invasão da esfera do público pelo privado, no intuito de reproduzir, ampliar e/ou consolidar as relações de poder. [...] no que se refere à produção do espaço urbano, também observamos uma difícil e tensa relação entre público e privado, especialmente quando analisadas as articulações entre o poder municipal e as elites locais, que tendem a se confundir e identificar em benefício dos detentores do poder. (SOBARZO MIÑO, 2004, p. 56-57)

A promulgação da Lei de Terras de 1850 deu à terra valor de troca: tornando-a mercadoria que poderia ser adquirida somente pela compra e venda e não mais pela concessão do Estado. A nova lei gerou uma intervenção direta nos espaços da cidade e foi amplamente desrespeitada, sendo comum a reivindicação da suposta ocupação anterior a 1850, utilizando, como artifício, testemunhas, certificados e outros meios falsos.

Como resultado estabeleceu-se uma nova relação entre o público e o privado, criando-se a necessidade da definição clara e precisa entre lotes e ruas. Logo houve o impositivo de racionalização nas novas cidades, o que consolidou a opção pelas formas geométricas regulares de parcelamento da terra para facilitar a sua venda.

Pode-se observar nesse momento também, a influência da secularização e da transformação capitalista em relação à cidade e propriedade de terra em geral, com o fim da concessão de lotes pela Igreja ou pelo município, nos povoados do Brasil Colônia e Império (SOBARZO MIÑO, 2004).

Esse processo também se traduziu na perda da importância da capela como elemento gerador e organizador dos povoados, da mesma forma que a Igreja perdia o papel de intermediária no acesso à terra. Assim, nas novas cidades e na transformação das mais antigas, observa-se uma forte valorização de edifícios leigos como teatros, bibliotecas, escolas, lojas e escritórios; da mesma forma que são produzidos avenidas, passeios públicos e leitos carroçáveis nas ruas [...] O advento da ideia de propriedade, das novas formas de transmissão da terra, vai alterar também a fisionomia das velhas concentrações de maneira mais ou menos rápida, e o fará especialmente através do loteamento como instrumento de expansão das aglomerações urbanas. Em verdade, o município, essa esfera do poder público, deixa de ser o único fornecedor de terra para os lotes urbanos e chácaras. Surge também o particular, o detentor de quintas ou terrenos maiores, como possível cedente. (MARX, 1991, p. 106; 124).

No processo de distribuição de terras e na ordenação do espaço no Brasil, no período colonial, pode-se observar que a lógica do pensamento abissal era recorrente. O conceito de pensamento abissal foi desenvolvido pelo sociólogo português Boaventura Souza Santos, para caracterizar o pensamento moderno ocidental. O autor desenvolve sua reflexão a partir de sua teoria das linhas abissais. De acordo com Santos (2007), o pensamento abissal se estabelece dentro de um sistema de distinções visíveis e invisíveis.

[...] sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo "deste lado da linha" e o universo "do outro lado da linha". (SANTOS, 2007, p. 3)

Para o sociólogo, as linhas cartográficas “abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial, subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo. A injustiça social global estaria, portanto, estritamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta por uma justiça social plena requer a construção de um pensamento “pós-abissal” (SANTOS, 2007, p. 3). Contextualizando essa ideia, o autor relata que desde o século XVI, as *amity lines*, linhas cartográficas, como as resultantes do Tratado de Cateau-Cambresis (1559) entre a Espanha e a França, levaram ao abandono da ideia de uma ordem comum global e estabeleceram uma dualidade abissal entre os territórios.

Essas linhas abissais imaginárias dividiram o mundo e o polarizaram (Norte e Sul). O mundo dividiu-se então entre os que estavam “do lado de cá da linha” (colonizadores), e aqueles que estavam “do lado de lá da linha” (colonizados). Do “lado de cá da linha”, vigoravam a verdade, a paz e a amizade; do outro lado da linha, a lei do mais forte, a violência e a pilhagem. O que quer que ocorresse do outro lado da linha não estava sujeito aos mesmos princípios éticos e jurídicos que se aplicavam do lado do colonizador. Não poderia, portanto, originar conflitos que a violação de tais princípios causaria se ocorresse do lado de cá da linha. Esta dualidade permitiu, por exemplo, aos reis católicos de França manterem, de um lado da linha, uma aliança com os reis católicos de Espanha e, ao mesmo tempo, aliarem-se aos piratas que do outro lado da linha, atacavam os barcos espanhóis.

Dessa forma, as leis eram observadas de acordo com o interesse dos grupos dominantes. Seguindo tal raciocínio, o colonial não representava o legal ou o ilegal, mas antes o sem lei. Prática que se pode testemunhar nos tempos atuais, com ligeiras alterações na retórica.

Uma máxima que então se populariza, “para além do Equador não há pecados”, ecoa no passo famoso dos *Pensamentos* de Pascal, escritos em meados do século XVII: “Três graus de latitude alteram toda a jurisprudência e um meridiano determina o que é verdadeiro...”. (SANTOS, 2007, p. 7)

Estabelecendo um paralelo com a noção de pensamento abissal, observa-se no processo de produção do espaço um conflito de interesses claramente manifesto, revelando-se como um instrumento político, manipulado pelo Estado, nas mãos de uma classe dominante. No dizer de Lefebvre (1991, p. 349), o espaço apresenta-se como “politicamente instrumental, facilitando com isso o controle da sociedade”.

Em termos gerais, podemos afirmar que a relação entre o poder municipal, o espaço urbano e a dominação política pode ser analisada em duas perspectivas: a primeira corresponde ao **poder no espaço** e a segunda ao **poder do espaço**. Nesse sentido, o espaço deve ser lido e compreendido em sua complexidade, produto de múltiplos processos e influenciando-os. Por exemplo, considerar uma praça somente na sua dimensão de local que permita o lazer da população, ou ambiente que ajude na beleza da cidade, ou meio que possibilite a renovação do ar (pulmão-verde), constitui uma abordagem limitada. A praça é um espaço público que cumpre essas funções, mas também pode ser uma “obra” que o prefeito inaugure com festa e cobertura da imprensa, ou que pode receber monumentos (símbolos) que passem certos significados, ou receber um nome que homenageie alguém ou alguma data ou acontecimento; aspectos que potencialmente criem ou reproduzam mecanismos de dominação ou controle político, como consolidar a imagem de um prefeito como “tocador de obras”, ou passar para o imaginário coletivo certos personagens ou fatos que pouco tenham a ver com o cotidiano das pessoas que usufruam desses espaços. (SOBARZO MIÑO, 2004, p. 54)

A inauguração e reformas de calçadas, parques e praças – além de outras obras, serviços ou equipamentos públicos – em geral são apresentadas como a concretização da preocupação e da competência especial da autoridade. Raramente essas ações são compreendidas como se fossem consideradas próprias e cabíveis à administração municipal. A obra fica então, personalizada e o voto fica comprometido, reproduzindo as relações de patrimonialismo e clientelismo que perpassam a sociedade brasileira desde tempos coloniais. Interesses públicos e privados mesclam-se na ação do poder municipal, desde a busca de benefícios por grupos locais dominantes até os interesses individuais dos próprios governantes. Dessa forma, o espaço torna-se um instrumento político manipulado pelo Estado. “A ação do Estado – por intermédio do poder local – ao intervir no processo de

produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação (CARLOS, 2001, p. 15).”

O espaço tem se tornado o principal interesse de ações diretas e de lutas. Ele sempre foi a fonte de recursos e o meio pelo qual estratégias são aplicadas, mas agora se tornou algo mais que o palco desinteressado ou o cenário da ação. O espaço não elimina os outros materiais ou recursos que desempenham um papel na arena sociopolítica, sejam eles matérias-primas ou os produtos melhor finalizados; sejam eles negócios ou “cultura”. Mais que isso, ele os traz todos juntos e então, de certa forma os substitui por cada fator separadamente, envolvendo-os. O resultado é um vasto movimento que o impede de ser visto como uma “essência”, como um objeto distinto do ponto de vista dos sujeitos, ou em comparação com os mesmos, como resposta a uma lógica própria. Nem pode ser tratado como resultado ou resultante, tampouco como um efeito empiricamente verificável de um passado, uma história ou uma sociedade. O que é o espaço? Um meio? Um ambiente? Um intermediário? É sem dúvida tudo isso, mas seu papel é cada vez menos neutro e muito mais ativo. Funciona como instrumento, como objetivo, como um meio e como um fim. Restringir-se a algo tão pequeno como categoriza-lo como um “meio”, é consequentemente inadequado. (LEFEBVRE, 1991, p. 410-411)¹⁹

3.3 Urbanização Generalizada e o Direito à Cidade

No percurso histórico desse jogo entre dominação e apropriação, pode-se testemunhar o crescimento das cidades e a urbanização generalizada. Considerando-se as acepções *urbs*, *civitas* e *polis*, utilizadas na antiguidade, “a *urbs*, significando a dimensão arquitetônica e geográfica; a *civitas*, a dimensão sociológica e antropológica e a *polis*, como dimensão política, administrativa e jurídica”, todas encontram-se consideravelmente mudadas (CAPEL, 2010).

Há uma grande tradição em se desqualificar a vida nas cidades, condenando-a pelos problemas e vícios que gera. É inegável que o quadro predominante seja de

¹⁹Tradução nossa

imagens de autodestruição, superpopulação, territórios devastados e desigualdade social.

[...] Porém, a cidade é também uma idéia, um conceito, uma percepção, uma imagem. Se incluem antes de tudo, as representações cartográficas, cinematográficas, pictóricas ou literárias. Temos de levar em conta, além disso, as percepções, as imagens da cidade, os mapas mentais; em definitivo: a cidade vivida, percebida, sonhada. Todos esses aspectos influem de maneira decisiva nas ideias que se tem sobre ela, sejam positivas ou negativas. (CAPEL, 2010)²⁰

Atualmente, mais da metade da população mundial é urbana. Não resta alternativa, senão defender a cidade. “O que se pode fazer é tomar por ponto de partida o amor e otimismo que se tem por ela, com a confiança de que é o melhor lugar para a relação social e para a elevação do bem-estar da população (CAPEL, 2010)”. Temos uma realidade urbana muito diferente da que existia no século XIX e durante parte do século XX. Hoje o que se vê é uma cidade praticamente policêntrica, com centros tradicionais das aglomerações já existentes e outros novos, de novas centralidades que foram construídas.

[...] Estamos numa fase de Urbanização Generalizada, à caminho do que alguns não duvidam em anunciar como uma Pantópolis Universal. Não só a metade da população já é estatisticamente urbana, como outra parte também o é de fato, por seus comportamentos sociais, por residir em pequenos núcleos próximos de uma metrópole ou incluída em regiões urbanas. A cidade se configura numa realidade universal e sem volta, uma vez que o desaparecimento das grandes cidade é impensável. É uma situação bastante diferente da que enfrentavam os reformadores e revolucionários do século XIX, e que nos obriga a repensar os diagnósticos e as soluções que foram dadas naquele momento. (CAPEL, 2010)²¹

²⁰ Tradução nossa

²¹ Idem

Harvey (2008) questiona se o ritmo e a escala impressionante de urbanização dos últimos cem anos contribuíram para o bem estar humano, citando o sociólogo urbano Robert Parker, que acredita ser a cidade, o projeto mais exitoso do ser humano, ao refazer o mundo em que vive, de acordo com o seu desejo mais íntimo. Porém, sendo a cidade o mundo criado pelo ser humano, tornou-se o mundo em que foi condenado a viver. “A questão de que tipo de cidade queremos, não pode estar divorciada daquela em que se estabelece que tipo de laços sociais, de relações com a natureza, de estilos de vida, de tecnologias e de valores estéticos desejamos (HARVEY, 2008, p. 23).”

Defendendo o conceito de valorização urbana com todas as suas implicações e do direito dos cidadãos participarem da construção das cidades e apropriarem-se do espaço urbano, foi lançado em 1967, por Henri Lefebvre o livro: *Le droit à la ville* (O direito à cidade). Na obra, o autor enfatiza o direito à cidade como o “direito a uma vida urbana, transformada, renovada (LEFEBVRE, 2008)”. A questão da urbanização e sua ligação com a industrialização foi então abordada por Lefebvre (2008) a partir de uma relação indutor-induzido, sendo o processo de industrialização caracterizado como o motor das transformações sociais dos últimos dois séculos. As demandas relativas à urbanização fariam parte dos efeitos induzidos, pois, embora muito anterior à industrialização, o fenômeno urbano foi intensamente afetado pelas mudanças drásticas por ela impostas.

Em *O direito à cidade*, Lefebvre caracteriza os centros urbanos, buscando identificar os espaços resultantes das mutações urbanas pós-industrialização. O autor descreve um cenário de “assalto da cidade pela industrialização” (LEFEBVRE, 2008, p. 18), enfatizando as diferenças entre as classes dirigentes e o proletariado, em seu protagonismo nas alterações da sociedade urbana pós-industrial. Como pano de fundo deste processo estaria a perda da característica de “obra”, sendo fortalecido o valor de troca nas transações de propriedade urbanas. A construção de grandes conjuntos habitacionais e o crescimento das periferias contribuíram fortemente nas modificações dos padrões de urbanização. No plano simbólico, a degeneração da estrutura urbana seria representada, por exemplo, pela falta de elementos presentes no cotidiano do convívio social das cidades (cafés, bares, monumentos, praças, etc.).

São questionadas também, as denominadas “estratégias de classe” e as ideologias por elas sustentadas, que gerariam a segregação.

Do ponto de vista eminentemente teórico isso se daria pela natureza do pensamento analítico, que separa/decupa, uma vez que a ideia de síntese estaria fadada ao fracasso. Na prática, social ou política, as estratégias de classe visariam à segregação. Os guetos seriam um exemplo da expressão física da segregação, por outro lado, o *zoning* (zoneamento) seria a forma de os urbanistas racionalizarem em seus projetos a segregação (na prática) desejável. Em contraposição, Lefebvre, em *O direito à cidade*, cita as práticas sociais de participação real e ativa (auto-gestão) como reação à ideologia (de “um certo urbanismo”) de uma prática que visa a destruição das cidades. A necessidade de a vida urbana recuperar a capacidade de participação da cidade surge como uma questão política para a classe operária, vítima da segregação e expulsa da cidade tradicional. (FERREIRA, 2007, p. 37)

Aos poucos, as propostas sobre o direito à cidade foram se afirmando como um direito à igualdade de acesso aos equipamentos oferecidos, à riqueza e ao bem estar que o seu mercado de trabalho gera, ao espaço público como um lugar de encontro e de relações sociais, à diversidade cultural, bem como, à justiça social, ao seu desfrute equitativo, com ênfase na gestão democrática e na participação dos cidadãos (CAPEL, 2010). Para Harvey (2008):

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de aceder aos recursos urbanos: trata-se do direito a nos modificarmos modificando a cidade. É além disso, um direito comum antes de individual, uma vez que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer nossas cidades e a nós mesmos é um dos direitos humanos mais preciosos. (HARVEY, 2008, p. 23)²²

A ideia de direito à cidade foi aos poucos se convertendo em uma aspiração que complementava e dava uma dimensão espacial e territorial a outros direitos.

²² Tradução nossa

Muitas instituições coletivas se posicionaram em defesa dessas aspirações, permitindo a concretização de várias proposições e o debate dos problemas urbanos em escala mundial. Em 2004, no Fórum Social das Américas, realizado em Quito, foi aprovada a Carta Mundial pelo Direito à Cidade. O direito à cidade converte-se, dessa forma, numa aspiração a níveis de vida e liberdade, compatíveis com direitos de cidadania.

Fazem parte das convenções da Carta Mundial pelo Direito à Cidade: o direito a continuar residindo onde se deseja, sem ser desalojado violentamente por planos urbanísticos; dispor de ambientes não contaminados, acessibilidade aos equipamentos públicos (educativos, de lazer, saúde, etc), ao espaço público em geral; à mobilidade, à diversidade social; à residência dos pobres em espaços centrais da cidade, aos serviços básicos de saúde e educação, à visibilidade e à dignidade do lugar que se vive. Incluem-se também os direitos: à igualdade no acesso ao trabalho (por consequência, exigência de formação, à identidade cultural, ao recursos naturais. Demanda-se também o direito a possuir o mesmo estatuto político e jurídico, a governos democráticos, a possuir instituições representativas, e de forma essencial e com todas as suas implicações, à intervenção política na gestão da cidade, na elaboração de planos urbanísticos, à participação e ao diálogo (CAPEL, 2010).

4. Os Parques Públicos no Espaço Urbano

O que seria o parque público, senão o contraponto à ideia da praça pública em sua origem? O avesso daquela noção de um pedaço de campo que se voltava de costas ao resto, que prescindia e se opunha a ele, no imaginário de Ortega y Gasset?

O parque urbano, em tempos de urbanização generalizada, pode ser o espaço verde dando as costas para o cinza, mas é na verdade, o pedaço de campo encurralado pelo concreto dos edifícios. É o verde confinado, quase asfixiado pela aura cinzenta das metrópoles.

Figura 2.
Parque Buenos Aires, Bairro de Higienópolis, São Paulo.

Fonte: (SÃO PAULO, 2012)

Pode-se dizer que foi sobre as ruínas das cidades medievais, que no século XIX, nasceram os parques urbanos. A Carta de Atenas, lançada em 1933, já apontava a questão nos seguintes termos:

O núcleo das cidades antigas, cercado por muralhas militares, era em geral comprimido e cheio de construções comprimidas e privadas de espaço, mas, em compensação, ultrapassada a porta da muralha, os espaços verdes eram imediatamente acessíveis. Ao longo dos séculos, foram sendo acrescentados anéis urbanos, substituindo a vegetação pela pedra e destruindo as superfícies verdes, pulmões da cidade (2ª parte, item 9). (CARTA, 1933)

A definição do que venha a ser um parque urbano, esbarra nas diferentes expectativas daqueles que o conceituam. Paisagistas, sanitaristas, arquitetos, biólogos, entre outros profissionais, nem sempre concordam em totalidade nas suas definições. A concepção relaciona-se à forma como se considera o meio ambiente – se como natureza, problema ou recurso e de que forma se estabelece uma relação com ele a partir desta definição. Um aspecto que pode também influenciar esta concepção relaciona-se com a gênese do espaço, ou seja, se foi um “espaço originário de um loteamento ou de uma praça, as expectativas sobre ele parecem ser diferentes das que recaem sobre um lugar desapropriado ou grandes áreas de mata preservada (WHATELY et al., 2008)”.

Autores como Kliass (1993) e Castelnuou (2006), defendem o conceito de parque urbano como local para o lazer. Para Kliass (1993) os parques urbanos responderam às demandas de equipamentos para as atividades de recreação e lazer, sendo uma resposta ao modo de vida industrial e sua forma de espacialização. Essas exigências foram decorrentes da intensificação da expansão urbana e do novo ritmo introduzido pelo tempo artificial da cidade industrial, em contraposição ao tempo natural, da vida rural.

A noção de parque para Castelnuou (2006), associa-se à de uma área extensa, cercada e com elementos naturais, que no século X na Inglaterra, destinava-se à caça ou à guarda de animais. A ideia estendeu-se a pastos e bosques ornamentais existentes ao redor das casas de campo e ao longo do tempo, apresentou-se como

outra forma de apropriação do espaço público urbano e como produto direto de uma nova função: o lazer.

Os primeiros parques urbanos foram inspirados nos modelos paisagísticos que imperavam nos jardins ingleses do século 18, originados das ideias românticas de volta à natureza. Este modelo incorporava ao ambiente, extensos gramados e grupos de árvores ao redor de rios e lagos, modelados em linhas curvas e suaves colinas (KLIASS, 1993).

A inserção de parques nas estruturas urbanas ganhou força na Europa no final do século XIX, principalmente na França e na Inglaterra. Atribuiu-se ao parque público nesse período um “conjunto de qualidades que deveriam resolver os males da nascente civilização industrial, [...] visto como um instrumento útil para os reformadores do momento (SERPA, 2007)”. Surgem na capital inglesa, as primeiras teorias e práticas sobre a implantação de parques. No ano de 1833, o parlamento Britânico, recebe o primeiro relatório preparado pelo Comitê responsável pelos espaços públicos ingleses. Tratava-se de um levantamento, sobre os fatores determinantes para a necessidade de criação de espaços públicos que oferecessem aos habitantes, condições de satisfazer necessidades relacionadas à saúde, bem-estar, à moral e à diversão (SERPA, 2007). Nesse período, o Hyde Park, no centro de Londres, que era um terreno de caça da monarquia, foi lentamente sendo liberado e entregue aos moradores da cidade (área de 2,5 Km²). Na França, Napoleão III doou em 1850, seu território de caça para a implantação do parque Bois de Boulogne (área de 8,5 Km²), localizado na região noroeste de Paris (COSTA;CAMARGO, 2012).

Não foram, contudo apenas as emergentes necessidades de lazer na cidade oitocentista ocidental que estão na origem dos parques. Ao contrário do que possa parecer, os parques não nasceram movidos apenas por essas necessidades de lazer da população e sim pelos novos ideais de higiene que nascem no século XIX, consubstanciadas no que se denominou de movimento higienista. Trata-se, pois, de uma dupla orientação: do higienismo e do lazer. (COSTA; CAMARGO, 2012)

Com base nas descobertas de Louis Pasteur, sobre o papel dos microorganismos na contaminação humana, surgiu em meados do século XIX, o movimento higienista. Essa corrente de pensamento deflagrou a preocupação com os cuidados com o corpo, atenção à alimentação, saneamento da água e o trato dos dejetos urbanos. Surge também a inquietação relacionada à dispersão dos maus odores urbanos, por meio da criação de espaços livres, originando a instituição das áreas verdes (VIGARELLO, 1985).

Nesse momento histórico, a questão central colocada é a ênfase nos aspectos funcionais em detrimento dos aspectos estéticos, que corresponde às mudanças relativas ao público frequentador dos parques urbanos. De observadores, eles assumem agora a posição de usuários de espaços organizados para satisfazer as suas necessidades. Essas necessidades (atualmente fala-se de expectativas, mas o conceito é similar) se articulam em torno da ideia de que a cidade, seus miasmas e dejetos precisam de um antídoto, de aeração e circulação. As doutrinas higienistas são, portanto, as primeiras a legitimar o parque em sua função sanitária. Frederick Law Olmstead, um dos precursores, entre os criadores do parque público nos Estados Unidos (é dele o projeto do Central Park em Nova York), defende explicitamente essas doutrinas em um fragmento de carta endereçada a Calvert Vaux, no qual argumenta que os parques salvaram a vida de muitas mulheres e crianças, que não teriam condições financeiras de se curar fora das cidades. (SERPA, 2007, p. 81)

Mas não foram apenas as ideias higienistas e as emergentes necessidades de lazer, as motivações para a criação de parques urbanos. Já havia também motivações socioambientais.

Um dos mais influentes livros no campo do planejamento urbano nos últimos 150 anos foi escrito pelo inglês Ebenezer Howard. *Garden Cities of Tomorrow* (As Cidades-jardim do Amanhã) foi o título da segunda edição (1902) do livro lançado por Howard em 1898, com o título de *Tomorrow: A Peaceful Path to Reform* (Amanhã: Um Caminho Pacífico para a Reforma). Neste livro, Howard delineia uma “cidade social”, pela qual tenta construir uma ponte entre o sistema individualista (capitalista) e os ideais do socialismo que estavam ganhando ímpeto

político, com os sindicatos, cooperativas e as ideias de proteção para terras comunais (cerne do argumento de Howard) (BUTCHER, 2013).

No século XIX, Londres e outras cidades europeias em processo intenso de industrialização, recebiam uma massiva imigração vinda do campo para formar força de trabalho nas cidades. A cidade segundo autores do período, assemelhava-se a um tumor “sugando metade da vida e do sangue dos distritos rurais”. A situação tornava-se insustentável e os comentaristas políticos de todos os partidos buscavam as formas de prover o melhor antídoto contra o grande perigo da existência moderna (BUTCHER, 2013).

A cura para este problema era simples segundo Howard (1902): reintegrar as pessoas ao campo. O autor criou uma analogia, apresentando o poder de atração de três ímãs: um da cidade, um do campo e um terceiro que representaria a união de cidade e campo num só. Os indivíduos eram representados como agulhas direcionadas a eles. Comparando campo e cidade à dois daqueles ímãs, avaliava que, separados, nenhum dos dois era adequado para a sua visão utópica. Ao invés disso ele acreditava que “a sociedade humana e a beleza da natureza eram feitas para serem desfrutadas juntas, para isso, os dois ímãs precisavam se unir em um” (HOWARD, 1902).

Figura 2A Os Três Ímãs (Fonte: BUTCHER, 2013)

Mas nem o imã da cidade ou o imã do campo representam o plano completo e o propósito da natureza. A sociedade humana e a beleza da natureza foram feitas para serem desfrutadas juntas. Esses dois imãs precisam ser unidos em um. Da mesma forma que homens e mulheres com suas variadas habilidades e faculdades suplementam uns aos outros, assim deveria acontecer com a cidade e o campo. A cidade é o símbolo da sociedade, da ajuda mútua e cooperação amistosa [...] expandindo simpatia pela ciência, arte, cultura e religião. E o campo! O campo é o símbolo de Deus. (HOWARD, 1902, p. 17)²³

As Cidades-Jardim seriam construídas a partir do princípio dos Três Imãs, por meio do qual se estabeleceria um cenário hipotético para testar as suas propostas de uma reforma social. A Cidade-Jardim teria uma área de 4 km² e ofereceria espaço para cerca de 30 mil habitantes. Com forma circular seria dividida em seis bairros iguais e por seis boulevares, que irradiariam de um jardim central. Em volta do jardim central seriam construídas as instituições cívicas (prefeitura, livraria, etc.) e um Parque Central que por sua vez seria anexado a um “Palácio de Cristal” (uma arcada com lojas e um jardim de inverno em seu interior). Uma série de avenidas concêntricas, com árvores alinhadas, proporcionariam as principais avenidas para as casas, com uma Grande Avenida mais larga e contínua à um parque público, onde também se localizariam escolas e igrejas. Nos limites da cidade ficariam as indústrias mais pesadas, com acesso direto à uma ferrovia municipal, para aliviar a pressão da rede de ruas e avenidas, conectando a Cidade-Jardim ao resto da nação. O espaço restante em torno da cidade, seria convertido num cinturão agrícola, local para viverem mais 2.000 habitantes; pastos para criação de gado, fazendas e serviços de assistência social como asilos. A medida que a cidade atingisse o limite de habitantes planejado, outras nos mesmos moldes seriam sucessivamente criadas (HOWARD, 1902).

O modelo de “Cidade-Jardim” concebido por Howard, é o grande legado do livro, com a subsequente formação da Associação das Cidades Jardim em 1899, em Londres (que 42 anos depois se tornaria a Associação de Planejamento da Cidade e do Campo), levando ao “Movimento Cidades-Jardim”.

²³ Tradução nossa

Ebenezer Howard é ainda considerado uma das figuras mais importantes no desenvolvimento internacional do planejamento urbano. Seus diagramas simples da cidade modelo foram usados e reinterpretados centenas de vezes em todo o globo, mas as ideias mais caras à Howard (as de reforma social) tiveram pouco impacto. A Cidade-Jardim acabou rapidamente sendo entendida num sentido mais limitado, como um modelo de planejamento urbano para reformar o arranjo espacial da vida social e econômica (BUTCHER, 2013). Na Inglaterra, as Cidades-Jardim tornaram-se cidades patronais, que acabaram funcionando como cooperativas de construção e gestão de propriedade coletiva, resultantes das ações do movimento socialista inglês (BARONE, 2007).

Já na França, o início do século XX assinala para alguns autores, o surgimento do urbanismo. Tendo como bandeira a melhoria de condições de higiene e saúde pública nas cidades, uma sucessão de questões urbanas passaram a ser discutidas pelos reformadores sociais. Dentre elas destacaram-se o estudo do modelo inglês de Cidade-Jardim. A França incorporou o conceito, não como cidade patronal, mas com o objetivo de solucionar os problemas habitacionais das periferias, de acordo com os interesses das elites francesas, na modificação das políticas patronais de habitação. A Cidade-Jardim francesa foi concebida como um modelo de habitação a ser construído pelos industriais, de acordo com o pensamento liberal, combatendo os socialistas ao buscar soluções que iam ao encontro das demandas operárias. "A interpretação da proposta de cidade-jardim que se tornou hegemônica na França adquire importância central em relação ao modelo aplicado na cidade de São Paulo (BARONE, 2007, p. 61)."

Concomitantemente ao processo europeu, deu-se nos Estados Unidos, o Movimento de Parques Americanos, que influenciou grandemente o desenho das cidades americanas, com a inclusão de parques nos planejamentos urbanísticos. São exemplos destas realizações, o Central Park (área de 3,4 km²) implantado em 1852, em região então alagadiça e insalubre, no centro de Manhattan, em Nova York e em Boston, o parque linear ao longo do rio Charles (KLIASS, 1993).

Além dos benefícios higiênicos e ambientais oferecidos pelos parques, Serpa (2007) destaca a desejada função de "pacificação social", logo associada à ideia de "controle social". O uso normatizado do parque público pelos seus frequentadores

ofereceria também um modelo de boa conduta aos mais pobres. Naquele local poder-se-ia aprender relações de cortesia e bons modos. Porém essa submissão e obediência às regras sociais, pela frequência aos parques urbanos, estava também associada a preocupações de natureza econômica. Pode-se citar como exemplo a criação do Regent's Park, em Londres, idealizado em conjunto com a construção de residências, com a finalidade de valorizar o solo urbano e estimular o mercado imobiliário da época (SERPA, 2007).

O mesmo acontece em Paris, sob a ação de Haussman, onde os grandes projetos de parques públicos estarão sempre associados a operações imobiliárias de monta. A população dos arredores dos Parques Monceau e Buttes-Chaumont viu os preços de seus imóveis triplicarem em alguns poucos anos, o mesmo aconteceu no entorno do Central Park em Nova York. Para Olmstead, o parque tornou a cidade mais atrativa para as classes de renda mais alta, que com a decisão de habitar as áreas mais centrais do entorno do parque tornaram-se também (bons) contribuintes. (SERPA, 2007, p. 81)

Embora frequentemente encoberto pelos discursos oficiais, que evidenciam as virtudes dos parques públicos, o poder econômico, aliado ao poder político é frequentemente determinante, na implantação desses equipamentos, razão pela qual, pode-se entender, a sua inserção em grandes ações de promoção e incorporação imobiliária. A cidade de São Paulo em seu processo de urbanização também oferece exemplos da mescla de interesses particulares e do poder público na produção de espaços como os parques urbanos.

4.1 Parques Públicos no Contexto da Urbanização da Cidade de São Paulo

O primeiro parque urbano paulistano foi o Parque da Luz, aberto ao público para o lazer, em 1825, mas fundado em 1798, em razão de um decreto real com a finalidade de criar-se um Jardim Botânico. Praticamente no mesmo período, inspirado nos ideais iluministas, foi criado no Rio de Janeiro, o seu primeiro jardim público. Em outras cidades brasileiras, já se iniciava também a valorização do verde urbano público, ainda que de forma incipiente. Nesses locais, recorria-se às áreas verdes como uma alternativa de passeio público diferente da que se concretizava no nascente segmento privado do entretenimento (restaurantes, confeitarias, teatros, os primeiros parques de diversões), restritos à população de maior poder aquisitivo.

Este espaço era usado pelas classes abastadas para realizar o rito social de encontrar-se e exibir-se. Era um lugar agradável, onde a vegetação tinha a função cenográfica de refinar e refrescar, dando ao lugar características utilitaristas (COSTA; CAMARGO, 2012). No início do século XIX, algumas cidades brasileiras, como Belém, no Pará, por ordem do Conde dos Arcos, transforma o charco do Piri, num local repleto de árvores e flores.

Mas tratava-se de iniciativas isoladas e a resposta da população a estas inovações não tinha a estabilidade necessária para configurar um hábito. Não se podia ainda dizer que a fruição de jardins ou parques públicos fosse um traço cultural incorporado à vida urbana. Tudo isto viria a confirmar a supremacia da “cosmologia da secura”, expressão empregada por Dominique Duffetel em referência aos espanhóis no México, mas que poderia valer para os portugueses no Brasil. Os espaços públicos ao ar livre nas cidades brasileiras eram as ruas, os largos, as praças. Quando não pavimentados, eram de chão batido. Vegetação, se houvesse, era o mato que crescia por falta de cuidados. Manifestações da natureza eram sinônimos de inconveniências, de perturbações. Nas cidades, a paisagem valorizada haveria de ser a urbana. Usufruir de jardins ou divertir-se em meio ao “verde” eram hábitos próprios do campo e nele deveriam ser exercidos. (BARTALINI, 2004)

Bartalini (2004) pondera que as afirmações acima, devem ser matizadas e compreendidas com um caráter geral e superficial, pois caracterizam uma atmosfera urbana com ranços coloniais. Mesmo assim, acredita que poderiam valer nas cidades mais importantes, bem como para suas áreas mais centrais e para as camadas sociais mais ricas ou tradicionais.

No final do século XIX os divertimentos ao ar livre mais populares entre os paulistanos comuns (mas não as paulistanas) eram caçar e pescar, banhar-se e nadar no rio Tamanduateí, que passava aos pés do palácio do governo provincial. Segundo Afonso de Freitas, tratava-se de hábito antigo e enraizado, legado dos antepassados indígenas, de quem provinha quase que a metade do povo da cidade. Em 1864 foi aprovada uma postura municipal proibindo que se tomasse banho nu, durante o dia, nos rios que banhavam a cidade. Atente-se que a proibição não se justificava por uma razão sanitária, uma vez que os rios, nos seus trechos urbanizados, já estavam poluídos então, mas sim por uma razão de decoro, pois presume-se que, à noite, banhar-se nu fosse permitido. Nas últimas décadas do século XIX, no entanto, o uso dos rios para este tipo de lazer informal passou a ser severamente reprimido. (BARTALINI, 2004)

Ainda da segunda metade do século XVIII, já eram realizados passeios e divertimentos em recantos pitorescos nos arredores da cidade. Havia pelo menos dois locais conhecidos na cidade para estes fins: a região da Luz e certos trechos da várzea do rio Tamanduateí, como a “paragem Tabatinguera”. Esta paragem, consta nas atas da Câmara, em 1773, como local de divertimento do povo da cidade (BARTALINI, 2004).

O grande fluxo de imigrantes chegando à São Paulo, influenciou a disponibilidade de jardins e chácaras particulares, abertos à visita pública nos fins de semana, que passaram a ser cuidados por jardineiros alemães ou italianos, que gradualmente substituíram os portugueses. “O fluxo de público para as chácaras, tivilis ou para os chamados “recreios de tipo alemão”, em meados do século XIX, teve significativo aumento a partir dos anos 1890 (BARTALINI, 2004)”.

O pensamento higienista orientou as primeiras iniciativas de áreas verdes, mas a rápida adesão a sua utilização, deu-se pela necessidade dos cidadãos em

dispor de locais para passear com a família, fazer piqueniques, divertir-se. Dessa forma, os parques originaram-se de uma dicotomia entre uma filosofia higienista oficial e o lazer efetivamente buscado pela população. Na década de 30, o então secretário de Educação e Recreação da Prefeitura da cidade de São Paulo, Mário de Andrade, orientou a implantação de parques infantis na cidade. O objetivo era despertar nas novas gerações, o hábito de empregar seu tempo livre em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico (COSTA; CAMARGO, 2012).

Bartalini (2004) lembra que o futebol, introduzido pelos ingleses, tornou-se um esporte popular, praticado principalmente nas várzeas dos rios, que permaneciam relativamente “naturais”, ou rústicas, já ultrapassada a metade do século XX.

Boa parte deste impulso para novos hábitos de lazer pode ser atribuída aos estrangeiros que passaram a viver em São Paulo. Novos hábitos foram assimilados não só pelas classes mais ricas, que sempre se identificaram com os modelos europeus, mas também pela gente do povo, que passou a adotá-los. Mesmo sindicatos de trabalhadores urbanos, ideologicamente resistentes a tudo o que pudesse se assemelhar a “hábitos burgueses”, organizavam festas e bailes em parques nos arrabaldes da cidade, já nos primeiros anos do século XX. Talvez tenha ocorrido um processo imitativo: as elites locais reproduziam hábitos das metrópoles estrangeiras e as classes populares se espelhavam nelas. Mas o que importa salientar é a preservação, ou renovação, de tais hábitos entre as classes populares mesmo quando eles já foram abandonados pelas elites e, além disso, a popularização dos parques e jardins públicos que, de início, eram locais elitizados. (BARTALINI, 2004)

O crescimento da cidade e os projetos de embelezamento da capital geraram a eliminação dos espaços ainda rústicos que existiam no interior ou nos arredores da cidade e o cerceamento dos usos informais e espontâneos que ali ocorriam. Do público dos novos jardins e parques da área central esperava-se comportamentos mais formais, levando as expressões mais descontraídas de divertimento junto ao verde, para as periferias distantes. Nesses locais, abandonados pelo poder público, eram praticadas as atividades atualmente características dos parques como jogos, passeios, banhos de sol e piqueniques (BARTALINI, 2004).

Uma vez que as várzeas dos rios e as chácaras periféricas atendiam, de algum modo, às necessidades de lazer de uma cidade em crescimento espantoso, os governos não se sentiam pressionados para suprir de imediato a demanda por parques com equipamentos diversificados destinados ao lazer popular. (BARTALINI, 2004)

Os investimentos crescentes na industrialização permitiram à elite paulistana transformar a antiga vila colonial, em uma capital que refletisse seus anseios de prosperidade.

Sob influência da onda higienista que varreu capitais europeias décadas antes, e que já havia aportado na capital federal, incorporadores e o poder público passam a debater planos urbanísticos que traduzissem a modernidade pretendida. É necessário ressaltar o papel da iniciativa privada na produção da cidade desde essa época: os incorporadores imobiliários já eram responsáveis por grande parte dos empreendimentos e por parte da infra-estrutura, o papel do poder público já à época se resumia a garantir as condições necessárias para o livre desenvolvimento das ações desses empreendedores. (FERREIRA, 2007, p. 85)

No início do século XX, vários planos modernizadores foram apresentados e debatidos, todos de alguma maneira refletiam os interesses dos grupos dominantes. Os planos que basearam a criação dos Parques Anhangabaú e Dom Pedro II, poderiam servir de exemplo, sobre a maneira como os interesses das elites locais eram transformados rapidamente em bandeira da intervenção pública. Aqui pode-se observar o espaço apresentando-se como “politicamente instrumental, facilitando com isso o controle da sociedade” nas palavras de Lefebvre (1991, p. 349).

O caráter segregador dos planos explicita a intimidade entre poder público e o setor imobiliário, que já projetava o crescimento da cidade oficial, relegando para as margens de rios, das ferrovias e, sobretudo, para o vetor leste a ocupação das classes populares. Pode-se considerar que as bases por que a metrópole viria a se consolidar no século XX se formaram nesse período, com a matriz do espraiamento horizontal aliado à segregação periférica das classes populares. (FERREIRA, 2007, p. 85)

O espaço público adquire grande importância, no urbanismo moderno que se delineava. Os *boulevares* e parques esboçados, serviriam como espaço de lazer da elite cafeeira, bem como o local de realização da vida urbana moderna. Os planos urbanísticos para as ruas e praças do centro de São Paulo, demonstravam a relação estreita com os interesses daquele grupo. As classes populares foram empurradas para as margens desse desenvolvimento, sem alternativa de usufruí-lo, uma vez que as ações de qualificação do centro urbano estavam atreladas a ações de valorização imobiliária. As alterações no espaço da região central articulavam o investimento imobiliário e a política sanitária, evitando as habitações populares, precariamente constituídas. Medidas legais foram tomadas e realizadas demolições, que permitiram a valorização da área, permitindo um controle exercido pelo mercado, sobre o tipo de moradores da região (FERREIRA, 2007). Fica claramente exposta aqui a forma como as contradições espaciais expressam os conflitos entre as forças sociopolíticas e interesses, com os conflitos do espaço entrando em ação. A dispersão e a subdivisão, sendo conduzidas ao ponto de gerar a segregação (LEFEBVRE, 1991).

4.1.1 O Papel da Habitação na Ordenação do Espaço da Capital

Em meados do século XIX, São Paulo recebeu um grande fluxo imigratório, que impactou fortemente a sua cultura urbana. No final daquele século, podia-se observar no cenário da Cidade o surgimento de novas formas de habitação consequência do adensamento populacional e da impossibilidade de aquisição de terras pelos habitantes sem recursos. Os imigrantes recém-chegados e os negros libertos passam a morar em cortiços.

Os cortiços eram habitações coletivas de aluguel, que proliferaram nas últimas décadas do século XIX, fruto do aumento da demanda por moradia e da valorização dos terrenos, que estimulava a superutilização do lote e das construções através da subdivisão de cômodos no maior número possível de cubículos. (ROLNIK, 2003, p. 36)

Essas habitações já preocupavam o município desde 1886, quando a legislação passou a tratar de eliminá-las, bem como às casas de operários e os cubículos. Dessa forma, procurava-se proibir os pobres de viver no centro da cidade (ROLNIK, 2003).

Ocorre grande crescimento econômico e urbano na capital paulista, resultante da bem sucedida produção cafeeira no interior, da ampliação da malha ferroviária e da atração de imigrantes. A Primeira Guerra Mundial leva à intensificação da substituição dos produtos importados pelos da indústria nacional. A industrialização é a grande mobilizadora do desenvolvimento vertiginoso que será experimentado pela cidade de São Paulo.

Os locais onde o parque industrial paulistano formou-se inicialmente foram aqueles que ofereciam baixo preço de terras e facilidade para o escoamento dos produtos. As várzeas dos rios Tamanduateí e Tietê, junto às estações ferroviárias, ofereciam essas condições. Ali se instalaram empresas de porte médio e pequenas oficinas. As localidades onde hoje ficam os bairros do Brás, Bom Retiro, Mooca, Água Branca, Lapa e Ipiranga, foram loteadas e se ampliaram rapidamente. Suas paisagens constituíam-se de fabriquetas, casebres, vilas e cortiços. Os operários e aqueles que buscavam trabalho, instalavam-se inicialmente nas proximidades das fábricas (ROLNIK, 2003).

Surgem então as vilas operárias, para resolver o problema de moradia da mão de obra. Eram vilas construídas pelos proprietários das indústrias, geralmente contíguas às fábricas, cujas residências eram alugadas ou vendidas aos operários. A construção de vilas operárias era considerada rentável pelos empresários, pelo baixo custo dos terrenos, isenção de impostos e rebaixamento dos salários. A elevação dos preços do material de construção, o rápido crescimento do número de trabalhadores, a valorização dos terrenos fabris e residenciais, entre outros fatores, abalou a rentabilidade deste investimento, diminuindo o ritmo das construções, causando também, alta dos aluguéis das casas já construídas. Neste período, os empregadores transferem o custo da moradia e do transporte ao próprio trabalhador e os gastos com serviço de infraestrutura urbana para o Estado (SILVA, 2003).

Deste momento em diante as vilas operárias tendem a desaparecer e a questão da moradia passa ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário. [...] surge no cenário urbano o que passou a ser designado de “periferia”: aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica. (KOVARICK, 1979, p. 31)

Rolnik (2003) cita a lei de 1886 que definia o perímetro urbano onde havia um alinhamento das construções a ser obedecido e a zona rural, onde não havia necessidade de seguir a essas prescrições. Essa lei era na verdade a revisão e ampliação do código de Posturas de 1875, cuja temática principal era a delimitação e ressignificação do espaço da rua, como área de circulação. A partir de 1913, a abertura de ruas por particulares para venda de lotes (arruamentos), passou a ser somente autorizada após apresentação de plantas, exigência apenas de áreas definidas como urbanas pela lei. Na zona rural não havia tais obrigações, mas também não se podia contar com serviços públicos de calçamento e pavimentação.

Dessa forma, estabeleceu-se um mecanismo, que criava um padrão ideal detalhado e milimetricamente ordenado legalmente na área urbana, enquanto tudo que não se adequasse àquele sistema fosse permitido e pudesse ser realizado na zona rural ou zona suburbana não ocupada, ainda que “não sob a responsabilidade do Estado” (ROLNIK, 2003, p. 50).

A crise do café, na década de 1930, diminuiu a vinda de imigrantes para São Paulo. Em 1940, a Segunda Guerra Mundial dá novo impulso à industrialização, em razão das limitações impostas à importação. A essa realidade, associaram-se outros fatores, que levaram a fortes correntes migratórias no Brasil, levando a um aumento dos contingentes populacionais das grandes metrópoles, como São Paulo. Os fatores internos que conduziram a essa situação foram: o crescimento da população em áreas rurais; a promulgação das leis trabalhistas; a limitação dos poderes de fazendeiros nordestinos, permitindo uma maior mobilidade de mão de obra rural; a abolição da autonomia dos estados, que gerou a unificação do mercado interno e derrubada das oligarquias locais e a construção de uma rede de ferrovias interligando as principais regiões do País (SINGER, 1987).

Essa situação levou um grande fluxo de brasileiros à cidade de São Paulo, que havia constituído o maior parque industrial do País. Muitos deles por falta de dinheiro e de condições de arcar com os custos de viver nas regiões mais valorizadas da cidade passaram a viver na periferia da capital. Rolnik (2003) relata que a partir de 1942, quando foi instituída a Lei do Inquilinato, o modelo de habitação que passou a predominar nestas áreas da cidade foi a autoconstrução. Por essa lei os alugueis passaram a ser controlados tendo seus valores congelados, criando um clima pouco favorável ao investimento em casas para aluguel. Houve uma grande onda de despejos na cidade, que “teve como efeito o aparecimento das primeiras favelas em São Paulo e a maior ocupação da periferia (ROLNIK, 2003, p. 203)”.

Se por um lado, uma parte da cidade, mais centralizada, crescia em acordo com as normas legais, outra parte expandiu-se fora da legalidade, deixando de fazer parte da “cidade oficial” e de ser atendida pelas políticas públicas governamentais. Mais um exemplo de como as relações políticas e culturais excludentes, características do pensamento abissal (SANTOS, 2007), marcam presença na construção das desigualdades de direitos na apropriação do espaço, bem como, na observância da lei de acordo com o interesse dos grupos dominantes.

Uma primeira Lei de Anistia para território popular havia sido aprovada em 1936²⁴ e na década de 1950, durante a gestão de Jânio Quadros na prefeitura, foi aprovado um projeto de lei sobre a oficialização de logradouros, declarando oficiais todos os loteamentos registrados de acordo com a anistia de 1936 e todos contidos na planta da cidade anexa à lei. “Dessa forma, foi concedida uma anistia em massa, tornando todo e qualquer espaço contido naquela planta passível de investimento público (ROLNIK, 2003, p. 206)”.

Foram levadas então, melhorias à periferia da capital, durante a gestão de Jânio Quadros na prefeitura, que prosseguiram quando este assumiu o governo do Estado. Estabeleceu-se assim, não só uma primeira faixa de loteamentos legalizados,

²⁴ Lei de Anistia - 1936: Ato 1.123 de 30 de junho de 1936, que estabelecia que as residências dos pobres e trabalhadores construídas “até essa data, na 2ª e 3ª subzonas urbanas e na zona rural que se encontram em razoável condição de higiene e segurança poderão ser aceitas a juízo do Departamento de Obras e Serviços Municipais (ROLNIK, 2003, p. 172)”.

ocupados entre os anos 30 e 50, mas também uma relação de troca entre o poder político e a produção do espaço na periferia.

Consolidou-se uma relação entre o político e a produção da periferia, que tem na própria condição inicial de ilegalidade do assentamento a possibilidade de transformar investimentos políticos em poderosas moedas de barganha em contabilidades eleitorais. (ROLNIK, 2003, p. 206-207)

Estava então, estabelecido um espaço de dominação, criado pela ação do estado, que ao intervir no processo de produção da cidade, criou novas centralidades e uma hierarquia de lugares (CARLOS, 2001). A legalização de regiões consideradas ocupações ilegais, não impediu a continuidade do mesmo padrão de crescimento das periferias que havia se dado até então. Embora as áreas legalizadas tenham sido inseridas em programas de melhorias públicas, os problemas de falta de infraestrutura e de ocupação desordenada cresceram junto com a expansão da cidade (ANDRADE, 2010).

À paisagem dos bairros periféricos incorporaram-se novas figuras, acrescidas às demais formas de residência: os conjuntos habitacionais. Entre 1965 e 1985, a Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), financiou e produziu cerca de 100 mil unidades habitacionais para população que recebia até cinco salários mínimos (ROLNIK, 2003). Nas reflexões feitas por Lefebvre (2008), a construção de grandes conjuntos habitacionais e o crescimento das periferias contribuíram fortemente nas modificações dos padrões de urbanização. Nesses locais, a degeneração da estrutura urbana seria representada, no plano simbólico, pela falta de elementos presentes no cotidiano do convívio social das cidades (cafés, bares, monumentos, praças, etc.) e resultariam de “estratégias de classe” e das ideologias por elas sustentadas, geradoras de segregação.

4.1.2 O Plano de Avenidas de Prestes Maia

Tendo como cenário político o Estado Novo, inspirado na forte atuação estatal em grandes intervenções urbanas na Europa (principalmente no pós-guerra), o Estado tornou-se o grande provedor das melhorias urbanísticas.

Em 1930, Pires do Rio, então prefeito, encomendou o *Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*, à Francisco Prestes Maia, naquela época, engenheiro da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura do Município de São Paulo. O Plano de Avenidas, como ficou conhecido posteriormente, era composto por 17 vias radiais que saíam do centro em direção aos bairros e por três anéis perimetrais concêntricos, que distribuíam o fluxo de circulação. "Não se tratava de um plano urbanístico completo para a cidade, mas sim de um plano de estruturação viária da capital (BARONE, 2007, p. 49)." O plano previa algumas obras essenciais, como a retificação e canalização dos rios Pinheiros e Tietê, bem como obras de drenagem, avenidas, pontes, túneis e um conjunto de espaços livres articulados ao sistema viário sugerido.

No apêndice do Plano de Avenidas havia um capítulo intitulado "Parques" que abordava os mesmos, não pelos seus atributos intrínsecos, mas como elementos de urbanização que poderiam articular-se ao sistema viário proposto (BARONE, 2007).

Prestes Maia dividiu os parques considerados no Plano em duas categorias: grandes parques, Cabeceiras do Ipiranga e Ibirapuera, e parques médios, Ponte Grande, Pary, Mooca, Tatuapé, Lapa, Butantã e Aclimação. A classificação dos espaços livres era proposta a partir de uma tipologia baseada no tamanho e nos tipos de equipamentos oferecidos em cada categoria. Essa divisão pode ser considerada uma tentativa incipiente de estabelecer uma hierarquia de espaços livres urbanos [...] Sobre o Ibirapuera, o Plano apresentava uma pequena descrição e uma perspectiva do projeto do arquiteto Dierberger. O parque previsto tinha 2.000.000 m². O autor destacava ainda que o parque localizava-se no interior da cidade. O destaque do Plano foi dado às *parkways* de acesso ao Parque Ibirapuera e aos quarteirões de bairros-jardins onde está inserido, bairros mais "fidalgos" que "concorrerão para estabelecer essa ligação estética". [...] O capítulo referia-se também aos Parques da Cantareira, do Alto da serra, do Pary, da Mooca, da Ponte Grande, do Tatuapé e da Lapa (os dois últimos indicados como parques

esportivos na beira do Tietê), além dos Parques do Butantã e da Aclimação. (BARONE, 2007, p. 51)

Naquele projeto, o Ibirapuera tinha uma área reservada de grandes proporções. Segundo Barone (2007), a importância da presença de um parque como o Ibirapuera no Plano de Avenidas era o indício de que já havia naquele momento, alguma consciência por parte do poder público, da necessidade de parques urbanos na cidade de São Paulo. Havia também o indicativo de que os parques deviam integrar um conjunto de espaços livres articulados à estruturação da cidade e com elementos importantes para o planejamento urbano. Porém, a maneira como os parques foram apresentados, sugeria que eram considerados espaços menos importantes em relação às necessidades de circulação. A rede viária da cidade era compreendida como o elemento determinante da estrutura urbana de São Paulo, em detrimento de qualquer outro elemento de planejamento e projeto urbano, como por exemplo, os parques.

O valor secundário dado à espaços livres como os parques, demonstra um lapso na apropriação por Prestes Maia, de ideias de grandes urbanistas do mundo todo, que defendiam amplamente a importância destes espaços no contexto das reformas urbanas do início do século XX.

O Plano de Avenidas foi elaborado tomando-se por base várias referências internacionais, destacando-se os estudos e projetos de circulação dos arquitetos e urbanistas Josef Stuben (1845-1946) e Eugène Hénard (1849-1923). O alemão Stuben foi um dos mais importantes arquitetos e urbanistas de sua época, responsável pelo planejamento de mais de 30 cidades na Alemanha e em outros países. Natural da França, Hénard foi adjunto do diretor dos serviços de arquitetura da Exposição Universal de 1900; propôs a continuidade dos planos de Haussman, completando o Champs-Élysées com dois novos palácios de exposições, além de dirigir trabalhos da cidade de Paris e do Sena. Stuben defendia que o projeto de cidades deveria seguir exigências práticas e artísticas. As primeiras “referiam-se à circulação, à higiene e à exploração do terreno; as considerações artísticas referiam-se à configuração de praças e terrenos reservados a construções públicas, monumentos e estátuas (BARONE, 2007, p. 55)”. Na concepção do urbanista alemão, era

fundamental a presença de parques pelo seu valor higiênico, promovendo a saúde da população, pela disponibilização de espaços para a prática esportiva ao ar livre, bem como a aeração e ventilação da cidade. Além disso, Stuben acreditava serem os parques elementos fundamentais para o embelezamento urbano.

Barone (2007) ressalta a importância de se observar com atenção a apropriação por Prestes Maia, do trabalho de Hénard. A autora refere-se aos modelos de circulação de cidades estudados pelo urbanista francês, que foram fundamentais na estruturação viária elaborada para a cidade de São Paulo. Incorporados ao Plano de Avenidas, os modelos propostos nos estudos de Hénard haviam sido desenvolvidos no contexto das discussões para a supressão das muralhas que rodeavam Paris²⁵, fato que foi ignorado por Prestes Maia.

Nesse debate, não considerado na interpretação de Prestes Maia, a questão dos espaços livres foi fundamental. Mais que um estudo eminentemente viário, os estudos de Hénard eram a expressão de um trabalho que resultou na apresentação de um projeto de doze parques ao redor da cidade, entre os quais nove inteiramente novos, que seriam implantados nos espaços liberados pela eliminação de muralhas. (BARONE, 2007, p. 56)

Em São Paulo, o Plano de Avenidas, era entendido por seus autores, apenas como um projeto de estruturação viária. Havia no início da década de 30, uma preocupação em diversos setores com o crescimento desordenado da cidade, defendendo-se a necessidade da implantação de um Plano Regulador para a capital paulista.

O ano de 1934, marca a fundação da Sociedade Amigos da Cidade, que reunia em seu quadro associativo, engenheiros, urbanistas, políticos, jornalistas, advogados

²⁵ As discussões sobre a derrubada das fortificações de Paris foram encampadas por um grupo de reformadores sociais de diversas facções políticas, que fundaram o Museu Social, uma fundação que pretendia com suas atividades equacionar problemas econômicos e sociais. A instituição reunia higienistas, profissionais liberais, engenheiros, médicos, sanitaristas, arquitetos e urbanistas, políticos e militantes da habitação social. Os membros do Museu Social desempenharam um papel fundamental nos debates sobre a reforma social da França, nas primeiras décadas do século XX, tendo alguns autores considerado a sua atuação como decisiva para a elaboração do pensamento e das políticas sociais, que embasaram o Estado de bem estar social francês (BARONE, 2007).

entre outros profissionais, preocupados com as questões do desenvolvimento urbano. Definida como sociedade civil e sem fins lucrativos, se propunha a fomentar discussões sobre os problemas urbanos de seu tempo e foi fundada por Francisco Prestes Maia (seu primeiro presidente de 1935 a 1937) e pelo também engenheiro Luiz Inácio de Anhaia Melo. Dentre outros membros da direção e do conselho da instituição, deve-se destacar a presença de Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal o Estado de São Paulo. A sociedade havia sido criada entre outras razões, com a finalidade de exercer pressão política para a realização das obras propostas no Plano de Avenidas, pois o trânsito era um problema recorrente nas discussões. Além das obras viárias, os seus membros defendiam para a capital paulista, um sistema de planejamento mais complexo, que delimitasse um Plano Regulador para a Cidade (BARONE, 2007).

A Sociedade influenciava fortemente o poder público: em 1936, a Câmara Municipal aprovava o projeto de lei criando a Comissão do Plano da Cidade, que se efetivou somente onze anos depois. A necessidade de zoneamento, incluído do Plano Regulador, era uma das propostas intensamente defendidas pela Sociedade. Pelo instrumento intendia-se definir parâmetros de ocupação das terras, controlar a verticalização, organizar e ordenar toda a cidade, estabelecendo restrições de usos nos bairros.

O jornal o *Estado de São Paulo* era o grande divulgador das ideias preconizadas pela Entidade. Um questão considerada prioritária pelo jornal foi a defesa contra a verticalização dos bairros nobres da cidade, tratada no veículo como a questão dos “arranha-céus”. Naquele momento, o bairro de Higienópolis se verticalizava e buscava-se então, proteger outras áreas, como os bairros do Pacaembu e Jardim América, dessa ameaça. O Plano Regulador era considerado um instrumento de preservação dos bairros de elite, ajardinados, insolados e arejados. Era dessa forma que os articulistas do Estado de São Paulo entendiam e apresentavam o zoneamento a ser aplicado por seu intermédio. Nos artigos sobre o tema discutia-se os prejuízos dos arranha-céus a se espriarem pelos bairros elegantes. A carta do engenheiro Dácio Moraes (membro da Sociedade Amigos da Cidade), em aprovação a um artigo no jornal, dá o tom da discussão e a preocupação dos moradores destes bairros:

Acho que é um caso de polícia e lesão indiscutível, a ameaça permanente que sofrem os habitantes destas zonas com o fato de permitir a prefeitura estas construções [...] nas divisas de um pacato cidadão que foi lá plantar-se para gozar das vantagens de uma boa vizinhança com tão belos jardins. As nossas avenidas residenciais são ainda o pouco que nos resta de notável em São Paulo (dando-lhe até o justo título de cidade-jardim). (BARONE, 2007, p. 73-74)

Interessante notar que, embora não se possa afirmar a existência de uma esfera pública burguesa no Brasil, é possível estabelecer um paralelo entre as ações da Sociedade de Amigos da Cidade, com a noção de esfera pública de Habermas (1974) tanto no aspecto de um domínio da vida social, no qual a opinião pública é formada, quanto na questão da esfera de pessoas privadas reunidas em um público reclamando uma esfera pública regulamentada pela autoridade, de acordo com suas conveniências.

Um dos maiores defensores do Plano Regulador, juntamente com Prestes Maia, foi Anhaia Melo. Enquanto o mesmo não se efetivava, ações foram tomadas para a preservação dos interesses dos moradores das áreas consideradas nobres. O próprio Anhaia Melo, quando prefeito de São Paulo, baixou um ato de controle da expansão urbana, no qual estabeleceu uma taxa de ocupação de 2/3 dos lotes, para algumas áreas da cidade. Este mesmo ato estabelecia o uso unicamente residencial do Jardim América (BARONE, 2007). Dessa forma, interesses públicos e privados permaneciam se mesclando na ação do poder municipal, com a obtenção de benefícios por grupos locais dominantes (CARLOS, 2001).

O Plano de Avenidas de Prestes Maia foi enfim executado a partir do final da década de 1930. De matriz rodoviarista, o Projeto gerou também uma série de intervenções de grande vulto na capital, com a finalidade de impulsionar o crescimento horizontal da cidade e implementar uma rede mais consistente de transporte coletivo. Sua execução objetivava desafogar a área central e solucionar a demanda por moradia, a partir da ocupação de bairros periféricos, mantendo a tendência segregadora do crescimento paulistano. O desenvolvimento urbano

propiciado pelo Plano de Prestes Maia agravou ainda mais a periferização das classes populares.

4.1.3 A importância dos Parques Urbanos no Plano Regulador

Na década de 50, a Sociedade de Amigos da Cidade ainda tinha como um dos seus principais objetos de debate, o Plano Regulador. Desta feita, o catalizador das discussões sobre o tema foi a chegada em São Paulo de urbanistas americanos, membros da equipe de Robert Moses²⁶, convidados pela prefeitura da Cidade, para realizar um estudo que embasasse um Plano Regional Regulador para São Paulo. Moses defendia a importância dos parques urbanos num planejamento inteligente das cidades, pela sua contribuição para o seu embelezamento, quebrando a monotonia do cimento, proporcionando ar saudável, luz do sol ao ambiente, descanso e recreação aos usuários.

A equipe de Moses, ao avaliar o sistema de parques e jardins, em São Paulo, classificou-os como inadequados, principalmente nos bairros. Os urbanistas também consideraram os grandes parques pouco adequados, principalmente por não serem suficientes para atender a uma cidade de grandes proporções. É importante ressaltar, que, embora já tendo sua área reservada, o Parque Ibirapuera ainda não havia sido inaugurado. A equipe ainda sugeriu a reserva de áreas junto aos rios Pinheiros e Tietê, em locais onde os mesmos seriam retificados. Foi destacada também a importância da incorporação de áreas para o sistema de parques, pois as possibilidades de expandi-lo iriam desaparecer rapidamente, em resultado do grande aumento dos preços de terrenos e da construção descontrolada de edifícios.

As recomendações feitas pelos urbanistas americanos incluíam a adaptação dos parques existentes para o uso da recreação ativa (inclusive sugerindo alterações

²⁶ Robert Moses (1888-1981): Doutor em ciências políticas, foi considerado o mais poderoso político no campo das obras públicas da cidade de Nova Iorque durante as décadas de 1930 a 1960. Foi um dos autores do Plano Regional de Nova Iorque e Presidente do Conselho de Parques daquela cidade. [...] Foi proponente também de um amplo sistema de parques e grandes áreas de lazer para Nova Iorque, em escala metropolitana. (BARONE, 2007, p. 135)

no projeto do Parque Ibirapuera para esse fim); a necessidade da criação de 50 novos parques para recreação ativa de todas as idades; a reserva de área para quatro grandes parques, em locais acessíveis a partir do centro da cidade, entre outros itens. No relatório de Moses, o item "parques e praças de recreio", encontrava-se no mesmo grau de importância, que outros itens do urbanismo metropolitano, como o transporte ou sistema de infraestruturas urbanas. Embora não tenha sido implementada, essa proposta demonstra que a partir da década de 50, a questão dos parques públicos deixava de ser secundária, sendo então considerada (pelo menos teoricamente) um fator estrutural do desenvolvimento urbano.

A inauguração do Parque Ibirapuera em 1954 foi realizada como parte importante das comemorações do IV Centenário de São Paulo e não foi influenciada diretamente pelo relatório de Moses, pois era voz corrente entre alguns arquitetos, que seus responsáveis sequer o haviam lido. No entanto, as repercussões deste trabalho, influenciaram os opositores da construção de pavilhões permanentes na área do parque.

O que se observa nas décadas seguintes, são obras que consolidam as propostas viárias do Plano de Avenidas de Prestes Maia, sem a tão propalada preocupação com um sistema regulador e de zoneamento que as integrasse à espaços livres. Em âmbito local pode-se considerar resultados bastante calamitosos, como a construção do Elevado Costa e Silva e a ligação Leste-Oeste.

Nas décadas de 50 e 60 inicia-se um processo de redução da importância do centro histórico como polo terciário, com a paulatina transferência de escritórios para a região da Avenida Paulista. Esse processo, também característico da capital, de constante transferência de sua centralidade terciária rumo ao quadrante sudoeste, pode ser visto sob a lógica da influência do capital especulativo imobiliário sobre o desenvolvimento urbano. Os resultados de tais 'migrações' são, entre outros, o abandono de áreas ricas em infraestrutura, a expulsão da população pobre para periferias cada vez mais distantes, ampliação das distâncias percorridas no interior da metrópole e a criação de espaços homogêneos e monofuncionais, com custos sociais gritantes, resultantes do investimento público na execução de obras de sustentação de tal matiz. No caso do centro histórico, o abandono da área pelo terciário de ponta resultou automaticamente em aumento da oferta de imóveis, consequente rebaixamento dos preços e, por

consequente, na alteração do perfil dos serviços oferecidos. A popularização do centro e o grande número de imóveis ociosos são reflexos desse abandono pelas classes dominantes e pelo investimento público. (FERREIRA, 2007, p. 88)

Em pouco mais de cem anos, São Paulo passou da condição de um pequeno vilarejo, para transformar-se na quarta cidade mais populosa do mundo, com 11.057.629 milhões de habitantes em 1.509 km² (SÃO PAULO, 2012).

Na década de 1970 alguns parques foram inaugurados em diversas regiões da cidade, mas em geral, eram espaços cedidos pelos novos empreendimentos imobiliários que compunham a expansão da mancha urbana. Nos anos 1980, São Paulo concentra no setor terciário suas principais atividades econômicas, com indústrias saindo para outras localidades. Embora com diminuição do crescimento populacional, a falta de planejamento em infraestrutura básica, inclusive de áreas verdes era evidente, denotando a incapacidade do poder público em suprir condições básicas de moradia, saúde, educação e lazer, para a população instalada na cidade (BARTALINI, 1999).

Durante a década de 1990, somente os distritos situados nos extremos da cidade, notadamente os limítrofes com outros municípios da região metropolitana, continuaram a ter crescimento vegetativo positivo. O prolongamento da desconcentração industrial, o alto custo de vida no município e a expansão das atividades terciárias no centro podem ser citados como fatores para o aumento do contingente populacional nas áreas periféricas de São Paulo. (COSTA; CAMARGO, 2012, p. 11)

Apesar do crescimento da área urbanizada e o destaque de vários projetos urbanos para a necessidade em se prover áreas verdes para a cidade, os mesmos não foram concretizados de forma congruente. A obrigação legal de se doar uma porcentagem da área dos loteamentos para áreas verdes, não levou a prefeitura a tomar as atitudes necessárias para contenção da construção de loteamentos clandestinos (BARTALINI, 1999).

Após a inauguração do Parque Ibirapuera vieram os parques municipais do Trianon, Buenos Aires e da Aclimação, que “saíram do papel muito mais pela participação da iniciativa privada da época que pelo esforço da prefeitura (COSTA; CAMARGO, 2012, p. 14)”. Parques como Piqueri e Carmo foram criados à partir de remanescentes de grandes fazendas, chácaras e propriedades da elite paulistana e inaugurados na década de 1970. Alguns pequenos parques municipais foram criados entre 1989 e 1992.

Entre as décadas de 1950 e 1970, ainda havia muitas áreas públicas com vegetação preservada, o que tornaria mais fácil a implantação de parques. Porém, aos poucos o município foi vendendo terras para loteamentos à particulares, colecionando frações dessas que hoje são as atuais áreas de preservação, algumas abertas ao público. Atualmente para se criar um parque público urbano em área com ocupação consolidada é necessário realizar parcerias ou desapropriações geralmente custosas ao poder público.

Após algumas iniciativas esparsas, no ano de 2005, a Prefeitura lançou o “Programa 100 parques para São Paulo” que tinha como meta a implantação de 100 parques até 2012. O Programa propunha a necessidade de gerar a criação de novas áreas, em especial nas periferias da cidade (WHATELY et al., 2008).

Uma das principais ações previstas seria a recuperação de fundos de vales dos rios e córregos da cidade por meio da implantação de áreas de lazer, saneamento e limpeza dos rios, buscando ao mesmo tempo ampliar a área verde, melhorar a qualidade de vida da população e evitar problemas com o escoamento da água em época de chuvas. Para isso têm sido criados os chamados Parques Lineares, cuja implantação, determinada pelo Plano Diretor da Cidade, tem a finalidade de propiciar a conservação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e minimizar os efeitos negativos das enchentes que assolam São Paulo (WHATELY et al., 2008).

Desde 2005 começaram a ser implantados no extremo-sul, parques nas orlas das Represas Guarapiranga e Billings, dentro da chamada Operação Defesa das Águas, que tem como objetivo evitar ocupações irregulares que coloquem ainda mais em risco os mananciais de abastecimento da cidade. Assim também na zona norte, no limite da Serra da Cantareira, a implantação de parques lineares é feita para estabelecer uma barreira à ocupação. Na região da várzea do Tietê também há o

projeto de criação de parques, dando início ao processo de implantação dos núcleos do Parque Tietê, no município de São Paulo (WHATELY et al., 2008).

A gestão dos parques é feita pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). No ano de 2003 foi criada a obrigatoriedade de conselhos gestores nos parques, pela Lei Municipal no 13.539/03. A finalidade dos conselhos é criar espaços para que as comunidades próximas ao parque participem efetivamente do planejamento, gerenciamento e fiscalização das atividades dos parques. Os conselhos gestores são importantes instrumentos de participação, mas em grande parte dos parques municipais, têm pouca mobilização, chegando a alguns casos onde não foram ainda implementados por falta de quorum ou outros que já tiveram, se extinguíram, em consequência da reduzida participação (WHATELY et al., 2008).

Os parques existentes e propostos nos planos diretores regionais, apresentam-se atualmente em hierarquia de importância quanto à sua função de barreira ao crescimento desordenado nas áreas de interesse ambiental, sendo considerados nestes planos diretores não apenas objeto de urbanismo ou equipamento de lazer e contemplação, mas como parte da cidade, que é um todo sistêmico. Um exemplo de atuação nesse sentido foi o processo de compensação ambiental pela implantação do trecho sul do Rodoanel, no qual a SVMA acertou com a companhia Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA) a implantação de quatro parques naturais no extremo-sul da cidade (WHATELY et al., 2008). Os parques na cidade de São Paulo estão classificados como:

Parques urbanos – integrados à malha urbana, cumprem várias funções e atendem a diversos usos, apresentando diferentes formas de ocupação, inclusive áreas de massa arbórea com interesse de preservação;

Parques de beira de represa – propostos na área envoltória das represas Guarapiranga e Billings, estão localizados nas suas bordas ou afluentes diretos. Geralmente estão contíguos a áreas densamente ocupadas com uso habitacional irregular e chácaras, ocupando espaços que sofrem pressão para a expansão da ocupação. Idealmente estão concebidos como espaços a serem

requalificados e recuperados ambientalmente e a atenderem a usos de lazer e educação ambiental. Alguns desses parques estão grafados como parques lineares;

Parques de amortecimento – são os contíguos a grandes parques ecológicos e unidades de conservação e servem como área de proteção contra qualquer uso que venha a pressionar por ocupar essas áreas, servindo como “tampão” de proteção das UCs;

Parques de contenção da ocupação – com a mesma finalidade, diferenciam-se dos parques de amortecimento por estarem próximos a áreas que exercem forte pressão por ocupação como, por exemplo, parque que envolve a Cratera da Colônia. (WHATELY et al., 2008, p. 49)

O *Guia dos Parques Municipais de São Paulo*, cuja terceira edição foi lançada em dezembro de 2012, afirma existirem “quase 100 parques” à disposição do público (SÃO PAULO, 2012). Embora a prefeitura afirme ter atingido a meta pretendida para o Programa 100 Parques, o fato é que, dentre os parques implantados no município que constam nesta lista, existem diferenças marcantes em extensão, variando desde pequenas praças que simplesmente passaram a denominar-se parques, até grandes extensões de fragmentos de vegetação natural a serem preservados. E ainda, áreas como a do Parque Linear Itaim (figura 6), que não passa de uma faixa gramada ao longo do córrego.

Nesse número ainda estão incluídos espaços diminutos como o Parque Vila Sílvia na Zona Leste, com área de 4.400 m² (Figura 3), Parque Zilda Natel (Figura 4), na Zona Centro-Oeste com área de 2.386,14 m² e o Parque Prefeito Mário Covas, na Zona Centro-Oeste, área de 5.396 m² (Figura 5). Ou ainda locais como o Parque Linear da Integração - Zilda Arns (Figura 7), constituído sobre um aterro de tubulações da Sabesp e o Parque Aterro Sapopemba, sobre um aterro sanitário (Figura 8), todos na Zona Leste.

Figura 3. Fonte: (SÃO PAULO, 2012)
Parque Vila Sílvia - Zona Leste / Subprefeitura Penha - Área: 4.400 m² (1ª fase)

Figura 4.
Parque Zilda Natel
Zona Centro-Oeste
Subprefeitura Lapa - Área: 2.386,14 m²

Figura 5.
Parque Prefeito Mário Covas
Zona Centro-Oeste
Subprefeitura Pinheiros - Área: 5.396 m²

Fonte: (SÃO PAULO, 2012)

Figura 6.

Fonte: (SÃO PAULO, 2012)

Parque Linear Itaim - Zona Leste / Subprefeitura Itaim Paulista - Área: 68.154,41 m²

Com 3,5 km de extensão, o Parque Linear Itaim foi criado para garantir parte das áreas públicas de preservação permanente do Córrego Itaim.

Figura 7.

Fonte: (SÃO PAULO, 2012)

Parque Linear da Integração (Zilda Arns) – Zona Leste

Subprefeituras Vila Prudente/ Sapopemba e São Mateus - Área: 224.000 m²

O parque está instalado sobre uma área linear onde estão aterradas as tubulações da adutora Rio Claro, da Sabesp.

Figura 8.

**Parque Aterro Sapopemba – Zona Leste
Subprefeitura São Mateus - Área
304.477m²**

O Aterro Sanitário Sapopemba encerrou suas atividades em 1986 a partir de protestos da comunidade do entorno. Desde 2001, quando havia registros de que os drenos de gases estavam inativos, a população do entorno próximo passou a utilizar a área do aterro desativado para práticas esportivas, com atividades de caminhada, cooper e futebol. No Plano Diretor Estratégico da cidade, áreas na região foram identificadas para a implantação de parques: a área do aterro foi planejada para implantação de um parque esportivo - o Parque Sapopemba São Paulo (2012).

Fonte: (SÃO PAULO, 2012)

4.2 Contrapontos da Cidade: O Parque Ideal e o Parque Real

Este trabalho teve origem em um projeto piloto realizado em 2010, no qual foram avaliadas as condições para a prática de atividades físico-desportivas, em cinco parques da Zona Leste da cidade de São Paulo (CARDONA et al, 2012). Naquele estudo, a fim de serem estabelecidos os critérios de adequabilidade dos parques visitados, foi utilizado o método tipológico²⁷. Por este método, à partir das características de dois parques que reuniam componentes importantes para a realização da avaliação, foi criado um “Parque Ideal”, reunindo as qualidades desejáveis em relação a espaço e equipamentos disponíveis.

Para estabelecer esses pré-requisitos foram reunidos elementos do Parque Ibirapuera, localizado na cidade de São Paulo, no Brasil e o Central Park, situado em Nova Iorque, nos EUA. Naquele momento, estes parques foram escolhidos pela importância dos mesmos para as cidades em que estão situados e pela disponibilidade de equipamentos, de atividades culturais e de lazer em suas diversas modalidades. Elementos considerados: ambiência; segurança; sustentabilidade; acessibilidade para deficientes; limpeza; espaços e equipamentos para atividades físicas (em condições adequadas para uso e em quantidade proporcional ao número de usuários); sinalização (circulação interna e de acesso).

Os resultados obtidos, na comparação entre os locais visitados com o tipo ideal criado para a avaliação, levaram à conclusão de que nenhum deles atingia um conceito máximo em todos os quesitos, ficando a maioria num nível intermediário. Para a prática de atividades físico-desportivas os maiores problemas encontrados foram: arborização insuficiente; equipamentos mal conservados; quantidade insuficiente de espaços e equipamentos, comparando-se com o número de habitantes das localidades em que estavam situados (CARDONA et al., 2012).

²⁷ Método tipológico: Empregado por Max Weber, por meio do qual, para comparar fenômenos sociais complexos, o pesquisador constrói tipos ou modelos ideais, a partir da análise das principais características do fenômeno. “O tipo ideal, segundo Weber, diferencia-se do conceito, porque não se contenta com selecionar a realidade, mas também a enriquece. O papel do cientista consiste em ampliar certas qualidades e fazer ressaltar certos aspectos do fenômeno que se pretende analisar (Marconi e Lakatos, 2010)”.

Estes resultados conduziram a alguns questionamentos e à consciência da necessidade de um estudo que levasse à contextualização da estruturação e criação dos parques urbanos na cidade de São Paulo e da atuação do poder público em áreas com população de perfis socioeconômicos distintos. Buscou-se estabelecer sob uma abordagem histórica e sociológica, como ocorreu a distribuição do espaço e sua apropriação pelos diferentes grupos desde a colonização até a atualidade e as relações estabelecidas em seus entornos.

Para a execução deste trabalho foram realizados levantamentos bibliográficos e consultas em órgãos públicos para a obtenção de dados sobre os parques estudados e as regiões onde se localizam os mesmos. Optou-se desta vez, quase que numa sequência natural ao projeto piloto, por analisar a partir de uma perspectiva comparativa, as formas de tratamento dadas pelo município, aos equipamentos selecionados.

O método comparativo foi escolhido porque permite encontrar regularidades, perceber deslocamentos e transformações. A comparação pode ser qualificada como inerente ao processo de edificação do conhecimento nas ciências sociais. Lakatos e Marconi (2010) apontam o método comparativo como uma “verdadeira demonstração indireta”, que permite analisar dados concretos, deduzindo dos mesmos, elementos constantes abstratos e gerais. Fazendo uso de um raciocínio comparativo é possível construir “modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 1)”.

Existem abordagens clássicas na sociologia, operacionalizando o método comparativo. Dentre elas pode-se destacar a obra de Durkheim (1985) no tratamento mais aprofundado das questões epistemológicas e metodológicas associadas ao uso da comparação na construção do conhecimento em ciências sociais. Em Durkheim a comparação não é simplesmente uma técnica de trabalho utilizada para fazer analogias entre dois ou mais fatos, estabelecendo entre eles diferenças e semelhanças. Para Durkheim a comparação é o método sociológico por excelência, porque é através dela que podemos demonstrar o princípio de que a cada efeito corresponde uma causa (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 21)”.

Segundo Durkheim (1985):

Não temos senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, e é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende de outro. (DURKHEIM, 1985, p. 109)

As sequências do método proposto por Durkheim são: definição, classificação, explicação por indução metódica, seguida de enunciação de leis gerais (teorias) por comparação de resultados. “Na conclusão das *Regras do Método*, Durkheim é bem explícito quanto aos objectivos que persegue — a autonomização de um campo de saber — ao resumir as características do seu método sociológico (PAIS, 1995)”.

São conhecidas as críticas à sociologia durkheimiana por se inspirar num racionalismo clássico e holístico que examina, compara, esquadilha, mede, categoriza, objectualiza... mas não *exprime*. Fascinada pela «exterioridade» dos factos sociais, apenas olha às realidades externas. Mas olhar não significa apenas dirigir a mirada para um real completamente «fora de nós» (do lado de lá). Olhar é também sinónimo de cuidar, zelar, guardar — acções que aproximam o «outro» da nossa zona de influência. Não por acaso o termo *olhar* se recupera do italiano *guardare* e do francês *regarder*. Do *lado de cá*, o das interacções sociais, podemos também sentir o peso do *lado de lá* — o dos constrangimentos sociais. Ou seja, ver a sociedade a nível dos indivíduos pode ser uma boa estratégia (método) para perceber como a sociedade se traduz na vida deles. Afinal de contas, o social escorre, como um fluido, por toda a sociedade. (PAIS, 1995, p. 259)

Foi com este olhar no sentido de “cuidar e exprimir” e não somente de categorizar, que procurou-se realizar este trabalho. Buscando ver a sociedade no nível dos indivíduos e perceber como ela se traduz em suas vidas. Para isso, foram selecionados o Parque do Carmo, administrado pela Subprefeitura de Itaquera e o Parque Ibirapuera, sob a administração da Subprefeitura da Vila Mariana. A escolha recaiu sobre esses parques, pela semelhança nas suas dimensões, características e

funções, bem como por situarem-se em áreas habitadas por moradores de diferentes perfis socioeconômicos.

As comparações foram realizadas após visitas de campo realizadas nos dois parques, durante as quais foram tiradas fotos e os locais avaliados mediante um instrumento utilizado por Silva e Gomes (2010). Os autores aplicaram um formulário contendo critérios de avaliação (ANEXO A), em um trabalho realizado com parques urbanos no estado de Alagoas, Brasil. O instrumento propiciou o levantamento e organização dos dados de campo, auxiliando na caracterização e análise dos parques. Foram também comparadas as informações e atividades disponíveis para estes dois equipamentos no Portal da Prefeitura do Município de São Paulo (ANEXOS B e C).

4.2.1 Informações sobre os Parques e as Subprefeituras

Parque do Carmo (Olavo Egydio Setúbal)

Figura 9.

Fonte: (SÃO PAULO, 2012)

Endereço:

Rua Cristóvão de Oliveira, 350 (antiga Estrada Fazenda do Carmo)

Bairro Itaquera - Subprefeitura de Itaquera

Situado no distrito do Carmo, o Parque do Carmo, está na área pertencente à região administrada pela subprefeitura de Itaquera, que inclui os distritos de Cidade Líder, Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo. Localiza-se na Zona Leste de São Paulo, onde moram 3,3 milhões de habitantes, ou seja, um terço da população da cidade, que vive em uma área que corresponde a 22% do território do município. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁸ de Itaquera está por volta

²⁸ O cálculo do IDH Intramunicipal da cidade de São Paulo, leva em conta as seguintes variáveis, para cada um de seus 96 distritos: rendimento do chefe da família; taxa de mortalidade infantil; taxa de alfabetização, combinada com a média de anos de estudos, ambas referentes ao chefe da família (SÃO PAULO, 2012).

de 0,45, sendo que na Região Leste, está na média de 0,478, considerado baixo (SÃO PAULO, 2013c).

Histórico

O bairro do Carmo teve um desenvolvimento característico da história paulistana. Era uma área indígena, cujos primeiros ocupantes foram os Itaquerús (pedra dura em guarani), a tribo dos Guaianás e os Caaguaçús. Os nomes das duas primeiras tribos deram origem aos nomes dos bairros de Itaquera e Guaianazes. Após a chegada da Ordem Terceira do Carmo Fluminense ou Ordem dos Carmelitas, com objetivos catequizadores, houve uma fuga daqueles grupos, para terras mais recuadas. A Ordem Carmelita usufruiu bastante daquelas terras, que em 1722, foram transformadas na Fazenda Caaguaçu (que significava Mata Grande no dialeto desta tribo). No local criava-se gado, plantava-se café, chá e verduras.

No final do século XVII, o engenheiro Artur Alvim, associado aos proprietários de terras na região, conseguiu trazer a estrada de ferro que ligava o Centro a Mogi das Cruzes, o que permitiu que a crescente produção da Região, tivesse escoamento. Ao longo da estrada de ferro instalaram-se vários povoados, que foram com o passar dos anos se adensando e multiplicando. Em 1919, a fazenda foi vendida para a Companhia Pastoril Agrícola de propriedade do Coronel Bento Pires, recebendo maiores investimentos para a produção de café, quando passou a ser denominada Fazenda do Carmo. Bento Pires ainda cedeu uma área próxima à estação de trem de Itaquera, onde se construiu a Igreja Nossa Senhora do Carmo. Nas proximidades instalaram-se famílias de imigrantes (principalmente japoneses), que arrendaram as terras e começaram a produzir hortifrutigranjeiros (SILVA, 2003).

O declínio do mercado cafeeiro na década de 40, levou à venda das terras da fazenda para o engenheiro e empresário, Oscar Americano de Caldas Filho proprietário da Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), que mais tarde

seria responsável pela construção do Metro de São Paulo. Oscar Americano, responsável também pelos loteamentos do bairro do Morumbi, loteou parte da área, criando o Jardim Nossa Senhora do Carmo. O loteamento possuía uma infraestrutura privilegiada em relação à maioria dos bairros daquela região. A campanha para a venda daqueles lotes anunciava a área como o “Morumbi da Zona Leste”, uma vez que os terrenos eram grandes como os do bairro da zona sul. O engenheiro reservou para si, uma parte destinada a uma fazenda, onde passava os finais de semana com a família. Foi essa área da fazenda que se tornou parque em 1976, após ser adquirida pela prefeitura da cidade de São Paulo, na gestão do prefeito Olavo Egydio Setúbal (SILVA, 2003; MATARAZZO, 2012).

A expansão daquela Região foi marcada pelo extermínio de uma grande cobertura vegetal, exceção feita à área onde se encontra o Parque do Carmo, que desde 1989, tornou-se uma Área de Proteção Ambiental (APA). A APA Estadual Parque e Fazenda do Carmo foi regulamentada em 1993, numa área de 4.497.800 m². Desse total, 1.500.000 m² são ocupados pelo Parque do Carmo (o SESC Itaquera também está dentro da APA).

Em julho de 2012 realizou-se uma parceria entre a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e o banco Itaú-Unibanco para que a instituição financeira fizesse uma reforma no parque. O acordo prevê uma reforma, com a instalação de 17 bebedouros - idênticos a modelos existentes no Parque do Ibirapuera; reformas de seis banheiros, da portaria e das guaritas de vigilância. Houve a mudança do nome do parque que passou a ser chamado: Parque do Carmo - Olavo Egydio Setubal. Trata-se de uma homenagem ao ex-prefeito (biônico) da capital, Olavo Egydio Setubal (1923-2008), que na sua gestão inaugurou o Parque (foi também um dos principais acionistas do Itaú e presidente do conselho do Banco). O Itaú prevê um investimento de R\$ 1,5 milhão, nas reformas que já estão em andamento e deram pelo menos na entrada do Parque uma boa aparência. As áreas reformadas recebem nova sinalização com o logotipo do Itaú (RIBEIRO; ZANCHETTA, 2013). Uma informação para comparação: O Itaú investiu em torno de R\$ 17 milhões em 2011, para exibir sua marca como patrocinador master do Rock in Rio 2011, evento com duração de sete dias (MACEDO, 2013). Na edição de 2013 do mesmo evento, o Itaú novamente adquiriu a cota como patrocinador master, mas

não foi possível encontrar o valor do investimento neste ano. Convém lembrar que esse patrocínio é um item, entre outras inúmeras ações de marketing e propaganda, contempladas no orçamento anual do ano, investidos em propaganda.

As críticas da comunidade ao acordo devem-se principalmente ao fato de não estar incluída a reforma do Planetário do Carmo. O Planetário foi inaugurado em dezembro de 2005, mas problemas estruturais fizeram com que o mesmo fechasse suas portas 11 meses após a sua abertura. Somente em agosto de 2012 após reformas com o custo de R\$ 11 milhões, o Planetário foi reaberto para visitas agendadas por escolas. Novos problemas levaram a um novo fechamento, em janeiro de 2012. Até setembro de 2013, o Planetário permanecia inativo (SOUZA, 2013).

Parque Ibirapuera

Figura 10.

Fonte: (SÃO PAULO, 2012)

Endereço:

Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº (Portão 10)

Bairro Vila Mariana - Subprefeitura Vila Mariana

O Parque Ibirapuera está na região da Subprefeitura de Vila Mariana, que sob sua administração, abrange os bairros da Vila Mariana, Moema e Saúde. Considerada uma região nobre, situada na Zona Sul da cidade, a Vila Mariana possui uma alta renda média, em torno de R\$ 3,6 mil mensais, bem acima do índice do município, que é cerca de R\$ 1,3 mil. O IDH da região é cerca de 0,90 sendo considerado alto. Os dados sobre educação são reveladores das diferenças dessa para outras regiões da Cidade: quase 80% dos moradores da área, completaram o ensino fundamental, contra 49,9% do município. O ensino médio foi concluído por 71,34% da população, sendo 33,68% a média municipal. Os anos de estudo chegam a 12,30, quando em toda São Paulo esse número é de em média em 7,67 (SÃO PAULO, 2011).

A Vila Mariana é um distrito com muitas faculdades e colégios particulares e com os menores índices de criminalidade. Conta também, com um grande número de bares, restaurantes, empresas, cinemas e museus. Há ali dois parques, 5 estações de metrô (Ana Rosa, Vila Mariana, Paraíso, Santa Cruz e Chácara Klabin), 6,1 mil estabelecimentos comerciais, 1.572 lojas, 61 mil empregos no comércio e no setor de serviços, 52 igrejas ou templos, 15 hospitais, 5 postos de saúde, 9 museus ou centros culturais, 26 creches públicas ou particulares, 45 mil residências particulares, mais de 95 centros educacionais e um dos maiores índices de desenvolvimento da capital (ESTADÃO, 2013).

Histórico

A área do distrito da Vila Mariana, teve origem na concessão de uma sesmaria a Lázaro Rodrigues Piques, situada entre o ribeirão Ipiranga e a Estrada do Cursino. Na metade do século XIX, o local já era chamado de Cruz das Almas - em virtude das cruzeiras colocadas no local por conta da morte de tropeiros por ladrões - na continuação da "Estrada do Vergueiro" (atual Rua Vergueiro). A estrada havia sido aberta em 1864 por José Vergueiro (filho do Senador Vergueiro) e tornou-se então, a nova estrada para Santos. Posteriormente o local passa a ser denominado "Colônia". Entre 1883 e 1886 foi construída a estrada de ferro até Santo Amaro,

partindo da Liberdade; seu construtor foi o engenheiro Alberto Kuhlman e sua empresa se chamava Cia. Carris de Ferro.

Uma das versões para o bairro ter sido batizado com este nome, refere que o engenheiro Kuhlman, dera o nome de sua esposa Mariana Mato Grosso. Outra versão conta que o coronel da guarda nacional, Carlos Eduardo de Paula Petit, a partir da fusão dos nomes de sua esposa Maria e da mãe de sua esposa, Anna, teria batizado o local como Vila Mariana. Relata-se que Carlos Eduardo de Paula Petit, foi um homem bastante respeitado na Região. Foi eleito vereador e quando alguém precisava de orientação ou auxílio recorria ele, que era também juiz de paz (SÃO PAULO, 2013d).

Em 1886, quando se inaugurou o ramal da ferrovia de trens a vapor, ligando São Paulo a Santo Amaro, a antiga área rural passou a ser conhecida como Meio Caminho de Carro. Com a estrada de ferro, o bairro habitado por italianos e alemães integrou-se ao "cinturão verde" de São Paulo. Produzia hortaliças, legumes, verduras e flores. Ali também foi instalado o Matadouro Municipal, atual sede da Cinemateca, onde era morto o gado que alimentava a população paulistana.

Em 1928 iniciou-se a construção do Instituto Biológico, concluída em 1945. Um dos principais objetivos de sua construção, à época, foi o controle de uma praga que infestava os cafezais. Mais tarde decidiu-se torná-lo um instituto para a biologia, a exemplo do que foi o Instituto Oswaldo Cruz (no Rio de Janeiro) para a saúde do homem (ESTADÃO, 2013).

O Parque Ibirapuera (em tupi-guarani Ypy-ra-ouêra = pau pôdre ou árvore apodrecida), foi instalado no local onde anteriormente havia uma aldeia indígena, que compreendia uma vasta área de terras que iam além do Bairro de Santo Amaro.

Na década de 20, o Prefeito Pires do Rio decidiu criar um parque com as características do Bois de Bologne em Paris, o Central Park em New York, ou o Hyde Park em Londres. Tendo sido escolhida uma área alagadiça, coube a um funcionário da prefeitura, Manuel Lopes de Oliveira, conhecido como Manequinho Lopes, iniciar em 1927 o plantio de mudas de eucaliptos australianos, com o objetivo de drenar o solo e eliminar o excesso de umidade. Foram plantadas também, um grande número de espécies ornamentais e exóticas, destinadas a arborizar as ruas e praças da

cidade, cujas mudas também eram distribuídas à população. Esse foi o embrião do Parque do Ibirapuera, que possui um raro acervo de árvores e plantas.

Em 1951, faltando três anos para a comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo, uma comissão mista, composta por representantes da Prefeitura, do Estado e da iniciativa privada foi instituída pelo Governador Lucas Nogueira Garcez e pelo Prefeito Armando de Arruda Pereira para que a inauguração do Parque Ibirapuera se tornasse o marco desta data.

O empresário Francisco Matarazzo Sobrinho, o "Cicillo", ficou responsável pelo projeto. Esta comissão elaborou um programa de prioridades para o Parque, com o propósito de aliar à modernidade urbana, uma arquitetura arrojada e um projeto paisagístico avançado. O arquiteto Oscar Niemeyer foi encarregado do projeto arquitetônico e Roberto Burle Marx do projeto paisagístico.

Após algumas contendas relacionadas à construção dos pavilhões de exposições, o Parque foi entregue à população em 21 de agosto de 1954. Hoje se mantém em funcionamento o prédio do "Palácio das Indústrias" (atual sede da Bienal e do Museu de Arte Contemporânea (MAC)), também chamado Pavilhão Cicillo Matarazzo, construído para apresentar uma visão da indústria paulista; o "Palácio das Nações", conhecido atualmente como Pavilhão Manoel de Nóbrega e que foi sede da Prefeitura até 1992, utilizado na inauguração do parque visando reunir as representações dos diversos países; o "Palácio das Exposições" - sedes atuais dos Museus da Aeronáutica e Folclore. O "Palácio da Agricultura", atual sede do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), foi construído inicialmente para abrigar a Secretaria da Agricultura. Na Grande Marquise, está situado o Museu de Arte Moderna (MAM). Há no local ainda um Ginásio de Esportes, o Velódromo (o primeiro existente no país) e o conjunto de lagos.

Em 26 de janeiro de 1957, inaugurou-se o Planetário do Ibirapuera, o primeiro da América Latina. Fechado para reformas em 1999 (o prédio foi interditado por apresentar problemas em sua infraestrutura, causados por infiltrações e infestação de cupins) foi reaberto em 2006 e mantém-se em funcionamento.

4.2.2 Resultados e Discussão

Em cada um dos parques foram realizadas três visitas: duas aos domingos e uma em meio da semana. No Parque do Carmo, uma primeira visita foi realizada em novembro de 2012, quando já eram realizadas na região, obras visando a Copa do Mundo de 2014. Naquele momento já havia muitas discussões tanto na comunidade como na mídia, sobre a remoção de moradores para áreas ainda mais periféricas e a especulação imobiliária gerada pelo evento. É gritante o contraste das construções grandiosas como a Arena Corinthians (Itaquera), futuro palco da cerimônia e do jogo de abertura da Copa; das obras de infraestrutura viária (viadutos), no final da Radial Leste, com a precariedade das ruas que dão acesso ao Parque do Carmo.

A circunvizinhança do Parque é formada por imóveis de médio e baixo padrão, sendo o aspecto das ruas e calçadas bem precário e calçadas em péssimas condições. Nas proximidades do parque, que faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Carmo, há bastante árvores, um diferencial na região de Itaquera, que possui muitos conjuntos habitacionais, que de tão áridos, dão a sensação de se estar em desertos de concreto.

O Parque Ibirapuera, por sua vez, possui as vias de acesso bem cuidadas, ruas bem calçadas, iluminadas e bastante arborizadas. O perfil imobiliário circunvizinho é de alto padrão, com prédios e residências construídas em amplos terrenos.

Apesar de possuir bastante espaço disponível e agradável para a contemplação, o Parque do Carmo não oferece quantidade de equipamentos suficiente ou em boas condições, para seus usuários em se tratando da prática do lazer ativo. Não há quadras poliesportivas, nos playgrounds alguns brinquedos encontram-se em mal estado de conservação e os campos de futebol necessitam reforma. Em uma segunda visita ao local realizada em julho de 2013, constatou-se que a situação se mantinha. Na terceira visita em outubro de 2013, os efeitos da parceria com o Itaú puderam ser vistos apenas na entrada do parque, com a instalação de novos banheiros e alguns equipamentos para atividades físicas. Não há

lixeiros separadas para recicláveis e as áreas mais distantes da entrada principal do parque possuem churrasqueiras mal conservadas, em áreas que necessitam de maior cuidado.

As condições gerais do Parque Ibirapuera, tanto para o lazer ativo, quanto para a contemplação são muito boas e oferecem recursos suficientes para seus usuários, sendo suas instalações muito bem conservadas. O parque possui quadras poliesportivas e playgrounds em boas condições, bastante utilizados, principalmente nos finais de semana. Há lixeiras separadas para recicláveis

O Planetário do Ibirapuera oferece uma programação bastante rica. Embora a Prefeitura mantenha em seu portal (SÃO PAULO, 2013e) a informação de que o Planetário do Carmo encontra-se em funcionamento, o mesmo continuava fechado, até o encerramento deste trabalho.

No espaço destinado ao histórico da Subprefeitura de Itaquera, no Portal da Prefeitura do Município de São Paulo, há poucas informações, privilegiando-se a descrição da origem indígena do seu nome e as características geológicas de seu território. O final do texto curto, comemora a chegada da Maria Fumaça, no final do século XIX. “[...] a locomotiva que chegava pela primeira vez em Itaquera e através dos tempos passou a ser símbolo de desenvolvimento do bairro trazendo e levando pessoas através dos trilhos ferroviários que cortaram planícies e montanhas no passado [...]” (SÃO PAULO, 2011a)”. Ou seja, a história de Itaquera no portal da prefeitura, termina no final do século XIX.

Por outro lado, as informações disponibilizadas no mesmo Portal, sobre o histórico do subdistrito de Vila Mariana, são bastante completas e atualizadas. Descreve-se o alto nível de qualidade de vida da região, o alto IDH, a elevada renda média e grau de escolaridade de seus moradores, o número de hospitais, de escolas, teatros, etc.

Na programação de atividades do Parque do Carmo para o mês de setembro de 2013, disponível no Portal da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SÃO PAULO, 2013a), **Anexo C** deste trabalho, somente constava **um item: Bosque de Leitura**. Em um grande contraste, o conteúdo do mesmo Portal, relativo à programação cultural e atividades realizadas no Parque Ibirapuera, para o mesmo período, ocupou **11 páginas** do **Anexo B** deste trabalho. Podia-se escolher entre

inúmeros shows de música popular, exposições, concertos de música erudita e exposições artísticas. Além disso, eram disponibilizadas várias intervenções e eventos na área de saúde. Os usuários do Parque Ibirapuera podem participar de aulas de Yoga, Lian Gong e Tai Chi Qi Gong, entre outras modalidades de atividades físicas. Há uma escola de jardinagem e uma Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz oferecendo várias atividades. O Bosque de Leitura também é uma atividade fixa desenvolvida no Ibirapuera, entre outras.

Planetário do Carmo - Fechado

Figura 10a

Crédito: Mônica Alves Cardona

Obras do Complexo Viário Polo Itaquera

Figuras 11, 12 e 13

Obras para construção da Arena Corinthians (Itaqueração)

Figuras 14 e 15

Crédito: Mônica Alves Cardona

Proximidades do Parque do Carmo

Figuras 16 e 17

Figuras 18 e 19

Crédito: Mônica Alves Cardona

Parque do Carmo

Figura 20.

Figuras 21, 22 e 23

Crédito: Mônica Alves Cardona

Parque do Carmo

Aparelhos de Musculação e Ginástica

Figuras 24, 25 , 26 e 27

Campo de Futebol

Figura 28

Crédito: Mônica Alves Cardona

Parque do Carmo

Figura 29 – Parceria Itaú

Novos Banheiros – parceria Itaú

Figuras 30 e 31

Crédito: Mônica Alves Cardona

Parque do Carmo

Figura 32

Churrasqueira

Churrasqueira

Figuras 33 e 34

Lixeira

Crédito: Mônica Alves Cardona

Parque do Carmo

Playgrounds

Figuras 35 e 36

Figuras 37, 38 e 39

Crédito: Mônica Alves Cardona

**Entorno do
Parque do Ibirapuera**

Figuras 40 e 41

Crédito: (WIKIPEDIA, 2013)

Figura 42

Crédito: (NOGIRO, 2013)

Parque Ibirapuera

Playgrounds

Figuras: 43 a 47

Crédito: Mônica Alves Cardona

Parque Ibirapuera

Crédito: Mônica Alves Cardona

Figuras 48 a 50

Crédito: (SÃO PAULO, 2013g)

Parque Ibirapuera

Quadras Poliesportivas

Figuras 51 a 54

Crédito: Mônica Alves Cardona

Parque Ibirapuera

Lixeiras

Figuras 55 e 56

Crédito: Mônica Alves Cardona

Parque Ibirapuera

Figuras 57 e 58

Crédito: (SÃO PAULO, 2013g)

Diante dos resultados obtidos pode-se abordar a questão levantada por Harvey (2008, p. 23) sobre o tipo de cidade que se quer. Esta reflexão deve relacionar-se ao “tipo de laços sociais, de relações com a natureza, de estilos de vida, de tecnologias e de valores estéticos desejamos” e o que fazer para se atingir os objetivos definidos.

A disponibilização de áreas verdes para a Capital, ou ainda melhor, de parques urbanos de acesso público, que ofereçam possibilidades de um lazer ativo, de atividades culturais diversas, momentos de reflexão, estudo, entre uma enorme gama de práticas de natureza variada, é um fator de grande relevância para uma Qualidade de Vida positiva para a população. Como pôde-se discutir no Capítulo 1 deste trabalho, há inúmeros instrumentos para aferir os níveis de qualidade de vida das populações. Sejam ferramentas que abordem esferas objetivas ou subjetivas em seus diferentes domínios, o fato é que, os resultados obtidos por meio desses indicadores, só tem valor, se oferecerem parâmetros para a avaliação de políticas e a composição de agendas de intervenção e implementação de ações. Dessa forma, funcionariam como um indicador setorial de carências, permitindo hierarquizar áreas, bem como identificar problemas a serem enfrentados em cada uma delas (MINAYO et al., 2000).

O que não parece ser o caso por exemplo do acontece no Parque do Carmo, localizado numa área com IDH baixo (cerca de 0,45), que seria um local importante para ações constantes de promoção à saúde e estímulo às práticas corporais, uma vez que a mudança de comportamentos e estilos de vida (determinantes sociais proximais passíveis de controle e modificação por parte dos indivíduos), são fortemente influenciados por barreiras socioeconômicas e culturais (DAHLGREN; WHITEHEAD, 1991).

Ao analisar-se o processo de urbanização da cidade de São Paulo é possível refletir sobre o quanto o pensamento abissal (SANTOS, 2007) encontra-se arraigado na cultura das elites e do poder público, cidade de São Paulo. O Parque do Carmo, localizado na zona leste da cidade, poderia ser também considerado o “Parque do lado de lá da linha” lembrando da teoria das linhas abissais de Boaventura Souza Santos. Já o Parque Ibirapuera, que reúne as características de um tipo ideal, não tão frequentemente encontradas na cidade, poderia ser também qualificado de: “O

Parque do lado de cá da linha”, recriando a relação entre colonizadores e colonizados, para a contraposição entre o tipo de atenção dado pelo poder plúbico aos moradores das áreas centrais e mais nobres da cidade, em oposição ao descuido das áreas periféricas.

Não são necessários grandes esforços para observar a quantidade de possibilidades oferecidas aos usuários do Parque Ibirapuera em detrimento do Parque do Carmo. Até mesmo a listagem da infraestrutura dos dois parques, apresentada no portal da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, demonstra claramente a diferença. A existência de banheiros e “gramado para piquenique”, são listados para o Parque do Carmo, entre outros itens menos relevantes, no esforço de engordar a lista de elementos disponíveis. Mesmo assim, itens como churrasqueiras, playgrounds e campos de futebol, existem, mas estão em condições ruins de manutenção. No Parque Ibirapuera, além de haver maior quantidade e diversidade de equipamentos, os mesmos encontram-se em bom estado.

Enquanto para o Parque Ibirapuera são realizadas dezenas de parcerias, contratos para shows, programas para promoção de saúde, atividade física (tanto de caráter permanente, quanto pontuais) no Parque do Carmo essas ações praticamente inexistem. Eventualmente ocorrem atividades, que sequer são divulgadas no portal da Prefeitura.

A programação de grandes shows e concertos de música erudita, por exemplo, poderia ser agendada, em duplicidade para os dois parques, oferecendo à população das duas regiões a possibilidade de desfrutá-las. As parcerias para a realização de projetos permanentes, visando a promoção da saúde, das atividades físicas, das atividades culturais, deveriam valer para todos os parques da SVMA.

O subdistrito de Itaquera é como boa parte da periferia, considerado uma área dormitório, de onde parte da população economicamente ativa sai para trabalhar e retorna somente à noite. Atividades culturais nos finais de semana mais próximas da área em que residem, ofereceriam a essas pessoas a oportunidade de um maior enriquecimento cultural. O que não significa o desejo de insular os moradores das periferias para que não invadam outras áreas. Nada disso. O que se sugere novamente é que os indivíduos possam escolher aonde ir. Caso não queiram se deslocar para locais mais distantes, que possam encontrar disponíveis atividades

de boa qualidade, no âmbito da cultura, do lazer e da saúde, nas áreas onde residem.

O Parque Ibirapuera oferece as condições para o lazer num sentido amplo, clássico, pois ali se desenvolvem atividades culturais, intelectuais, de promoção da saúde e de contemplação. Mais uma vez: porque não aproveitar os parques, para uma retomada da definição clássica de lazer, retornando a De Grazia (1964) e sua proposta de uma educação no sentido de um melhor uso do lazer, para que as vidas dos indivíduos atinjam a excelência, como um chamado na direção da razão e virtude humanas, para a criação de uma comunidade coesa, unida pelos princípios de civilidade.

Até mesmo a participação política poderia ser estimulada nesses espaços, num exercício de expressão discursiva e manifestação das suas demandas pelos moradores da região em que localizam-se os parques. Em pesquisa realizada pelo Datafolha (WHATELY et al., 2008), na qual foram realizadas entrevistas em 38 parques abertos à população, os resultados mostraram que 70% dos frequentadores não sabiam da existência de conselho gestor no parque que frequentavam. Apesar da grande maioria desconhecer os conselhos gestores (importantes espaços para a participação da sociedade nas decisões sobre a gestão do parque), o grau de disposição para colaborar voluntariamente é elevado, pois 70% dos entrevistados se mostraram dispostos a essa colaboração. Falta portanto, maior divulgação da existência e importância da participação neste como em outros espaços colegiados, abertos à atuação dos cidadãos.

Outra informação obtida pela pesquisa foi que, apesar de as parcerias com iniciativa privada serem restritas a poucos parques da cidade, grande parte dos entrevistados (87%) são favoráveis a esse tipo de atuação conjunta (WHATELY et al., 2008). Porém essas parcerias devem ser feitas de forma a conquistar os melhores benefícios possíveis, às áreas que se destinam. Com base nos dados sobre os investimentos do Banco Itaú em propaganda, pode-se compreender o quanto a parceria realizada na gestão do prefeito Gilberto Kassab é apenas uma ação de fachada, como diriam antigamente: “para inglês ver”. O Parque do Carmo necessita de investimentos muito maiores, a começar pelo Planetário, que aparenta ser um “elefante branco”, pois desde sua inauguração permaneceu maior parte do tempo

fechado, mas oferece um grande potencial de aquisição de conhecimento aos moradores da Região. Ainda que o Parque encontre-se numa área de proteção ambiental, pode-se com criatividade e boa vontade, encontrar alternativas que viabilizem as melhorias.

É possível observar no levantamento histórico da distribuição de terras e ordenação do espaço urbano no Brasil, o uso do espaço público como instrumento de dominação política, apropriado pelas elites econômicas e políticas, para a manutenção de seus interesses. Relaciona-se ao tema, a abordagem de Lefebvre (1991) sobre o espaço social urbano como um instrumento político facilitador do controle da sociedade e ao mesmo tempo sustentando a reprodução das relações de produção e de propriedade. Dessa forma, o uso do espaço público pelas elites paulistas para a dominação, reflete as superestruturas ideológicas e institucionais que redundaram nos processos de periferização e ocupação desordenada da cidade de São Paulo, com reflexos evidentes na área da Subprefeitura de Itaquera.

Na história da urbanização da cidade de São Paulo fica bastante clara a atuação dos grupos dominantes, na questão dos planos reguladores e de zoneamento, bem como na defesa e proteção das áreas verdes e residenciais da Cidade, nas regiões consideradas nobres. O controle do discurso oficial, propiciado pelo capital cultural e escolar mais elevados das elites dominantes, permite também a manipulação do discurso vigente e divulgado nos veículos de comunicação de massa. Cabe aqui a afirmação de Lefebvre (1991) sobre a influência das contradições espaciais na expressão dos conflitos entre interesses e forças sociopolíticas.

A forma como foram constituídas as periferias da cidade de São Paulo, aqui especialmente citando a região de Itaquera, demonstra a degeneração da estrutura urbana, as “estratégias de classe” e as ideologias por elas sustentadas geradoras da segregação. As periferias são o exemplo da expressão física da segregação. O zoneamento por sua vez (como foi demonstrado na ação dos membros da Sociedade de Amigos da Cidade nas décadas de 40 e 50), demonstra de que forma os urbanistas podem racionalizar em seus projetos a segregação (na prática) desejável.

Em *O direito à cidade*, Lefebvre, cita as práticas sociais de participação real e ativa (auto-gestão) como reação à ideologia de um tipo de urbanismo que visa a destruição das cidades. Urge segundo o autor, a necessidade de a vida urbana recuperar a capacidade de participação dos cidadãos, como uma questão política para a classe trabalhadora, vítima da segregação e expulsa da cidade tradicional.

A construção dos parques em São Paulo, também não foge à lógica das preocupações de natureza econômica, dos interesses políticos específicos, com a finalidade de valorizar o solo urbano e estimular o mercado imobiliário. Os megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 permitem essa comprovação. O interesse do banco Itaú em associar a sua marca (a preço ínfimo) ao Parque do Carmo demonstra o aumento de interesse na região, vinculado à visibilidade do acontecimento desportivo. A Prefeitura de São Paulo anunciou possíveis parcerias para 2014, voltadas ao Parque do Carmo. Não é impossível que nas próximas décadas a área do bairro do Carmo, venha a se tornar algo como o “Morumbi da Zona Leste” como desejava o seu loteador Oscar Americano, por conta da especulação imobiliária e melhorias trazidas à região, iniciadas em consequência do evento futebolístico.

Ao mesmo tempo, uma parte da população pobre que morava em assentamentos ou alugava residências próximas à Arena Corinthians e por consequência à estação do Metro Corinthians-Itaquera (próxima ao estádio) teve que mudar para áreas ainda mais à leste da Cidade. E aqui pode-se lembrar de Santos (1997), quando afirma que para se estudar o espaço, há que se compreender a sua relação com a sociedade. Toda vez que ocorre alguma mudança na sociedade, os objetos geográficos assumem novas funções, criando neste processo uma nova organização espacial.

Considerações Finais

Este trabalho desde o início, parte de uma inquietação em compreender a cidade de São Paulo e os caminhos que a levaram a ser como é. Avaliar o tratamento recebido por um equipamento localizado na periferia, comparando-o com a atenção oferecida pelo poder público, a outro tão semelhante nas formas, dimensões e funções, situado em uma área nobre da cidade, também fez parte deste percurso.

Numa busca pelo olhar no sentido de “cuidar e exprimir” tornou-se importante então, entender como um parque público poderia ser valioso para ampliar a qualidade de vida das pessoas. Como áreas verdes, de acesso público, contribuiriam na prevenção de doenças como as DCNT, que matam anualmente, 36 milhões de pessoas em todo o globo. Doenças que afetam com mais intensidade as populações de baixa renda, em consequência de desigualdades sociais, mas que poderiam ser melhor controladas e evitadas. Pensar no valor da expansão das liberdades reais dos indivíduos, das disposições sociais e econômicas e da liberdade de participação em questões públicas.

Numa sociedade onde os valores éticos, a virtude, tem sido tão pouco cultuados, compreender e abordar uma proposta de retomada de valores, sugerida por De Grazia, de um lazer clássico, que estimulasse a reflexão e a busca de noções que incitassem posturas éticas e políticas, de valorização da cidadania e da participação do indivíduo na constituição de seus direitos, também tornou-se essencial.

Nesta busca de entendimento, era fundamental, observar o percurso da expressão discursiva, a sua relação com o espaço público e a falta da dimensão universal da teoria e prática da cidadania, que desde a antiguidade grega excluiu as mulheres, os estrangeiros e os escravos; que numa sociedade pré-capitalista ainda mantinha o seu caráter de exclusão, com as mulheres ainda proibidas de participarem das discussões públicas ou da grande massa de analfabetos que não podiam tirar proveito da explosão da imprensa e de uma esfera pública literária.

E dando continuidade a essa trajetória, a percepção do processo de produção e uso do espaço para fins determinados. Sua apropriação e os conflitos nele gerados, permitindo refletir a correlação entre espaço e dominação política no Brasil, desde os tempos em que era colônia portuguesa, bem como as relações políticas, sociais e culturais excludentes, mantidas no sistema mundial contemporâneo.

Com uma visão amplificada pelas discussões anteriores, pôde-se então adentrar na questão do processo de urbanização da cidade de São Paulo, da inserção de parques na estrutura urbana e de que forma a constituição espacial foi se transformando durante diferentes períodos históricos. Foi possível observar também, o funcionamento da estrutura social atribuindo valores às formas. Estudar a constituição do processo de segregação e exclusão, incompatível com as aspirações de direito à uma cidade que se converta em níveis de vida e liberdade, compatíveis com os direitos de cidadania. Nesse observatório finalmente ver a sociedade no âmbito dos indivíduos e perceber como ela se traduz em suas vidas.

Mas enfim, qual é parque real e qual é o da ficção? Seria possível no plano concreto, tratar de fictício algo que pode ser experienciado e é realidade cotidiana para centenas de pessoas?

Na verdade ambos são um e outro. O Parque Ibirapuera com todos os seus recursos e opções é real para os que o frequentam e podem usufruir de suas atrações. É uma ficção para aqueles que de alguma ficaram excluídos da possibilidade de desfrutar de um equipamento como esse.

O Parque do Carmo traz uma amostra de sua inserção na realidade da exclusão, ao apresentar a falta de estrutura em suas instalações e seu entorno comprometido, apesar de sua exuberante natureza. É por sua vez fictício no discurso dos políticos que o apresentam cheio de recursos inexistentes.

Com base nos resultados obtidos, pode-se optar pela argumentação em favor do desenvolvimento e implementação de políticas públicas, que contemplem investimentos na adequação de espaços e equipamentos que estimulem o lazer em seus diferentes conteúdos; a promoção da saúde e da cultura em espaços públicos como os parques, bem como de pessoal qualificado para a orientação dos usuários.

Mas não só isso. Deseja-se aqui, que esse processo resulte no incentivo à busca de uma Qualidade de Vida plena, abrangendo as concepções de

desenvolvimento sustentável e ecologia humana, relacionadas às condições e estilos de vida, para todas as camadas da população. E sobretudo, no campo da democracia, dos direitos humanos e sociais, espera-se que se possam desenvolver ações que resultem na elevação do padrão de Qualidade de Vida das populações, reduzindo as desigualdades.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. A. B. Lazer, sociabilidade e novas tecnologias. **Revista E**. São Paulo: Sesc. n. 12, p. 42-43, 2013.

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Qualidade de Vida: Discussões Contemporâneas. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G.L.; MONTEIRO, M.I. (org.). **QUALIDADE DE VIDA: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI**. Campinas: IPES, 2010.

ALMEIDA, M. A. B. **Lazer e presídio: contribuições da teoria da ação comunicativa**. 2003. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2003.

ANDERSON, P. The affinities of Norberto Bobbio. **New Left Review**, nº 170, p. 3-36, 1988.

ANDRADE, C.P. **A importância de um grande equipamento de lazer na periferia de São Paulo: O SESC Itaquera e o jovens que vivem em seus arredores**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba: 2010.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Atena Editora, 1960.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

AZEVEDO, F. **Pequeno dicionário latino-português**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

FERREIRA, P. E. B. **Apropriação do espaço urbano e as políticas de intervenção urbana e habitacional no centro de São Paulo**. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.

BARTALINI, V. **Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação**. 1999. 354 f. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1999.

BARTALINI, V. Paisagem e cultura em São Paulo. **Paisagens em Debate**. Revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU. USP - n. 03, abril, 2004.

BARONE, A. C. C. **Ibirapuera: Parque Metropolitano (1926-1954)**. 2007. 224 f. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.

BRASIL. **Constituição – República Federativa do Brasil**: Edição Especial. São Paulo: Encyclopaedia Britânica do Brasil, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Vigitel Brasil 2010: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BUSS, P. M. Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, 1 p. 63-177, 2000.

CAMPATO, R. F. **A gênese teórica da concepção habermasiana de esfera pública**. 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Metodologia das Ciências) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

CANDEIAS, N. M. F. Conceitos de Educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. **Revista de Saúde Pública**. v. 31, n. 2, p. 209-13, 1997.

CAPEL, H. Urbanización generalizada, derecho a la ciudad y derecho para la ciudad. Conferencia inaugural del XI Coloquio Internacional de Geocrítica. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (7). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-7.htm>>. Acesso em 18 de março de 2012.

CARDONA, M.A. et al. O parque ideal e as condições para a prática de atividades físicas, em parques públicos municipais, da zona leste, da cidade de São Paulo, Brasil. **EFDeportes**. Buenos Aires: v. 17, nº 172, 2012.

CARLOS, A.F.A. **Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARTA. CARTA DE ATENAS. Disponível em: <<http://pet.ecv.ufsc.br/download/Reuni%F5es%20culturais/Reuni%F5es%20em%20PDF/CARTADEATENAS.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

CARTA. **Carta Mundial por el Derecho a la Ciudad**. <<http://www.hic-al.org/proyectos/derechoalavivienda/desc/derechociudad2.html>> <http://www.lapetus.uchile.cl/lapetus/archivos/1239291239Carta_mundial_derecho_ciudad.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2011.

CARR, A.J.; THOMPSON, P.W.; KTRWAN, J.R. Quality of life measures. **British Journal of Rheumatology**. v. 35, p. 275-281, 1996.

CASTELLANOS, P. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais. In Barata, R. B. (Org.). **Condições de Vida e Situação de Saúde**. Saúde Movimento, p. 31-76, 1997.

CASTELNOU, A. M. N. **Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo**. In: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte: v. 13, nº 14, 2006.

CHAUÍ, M. **Iniciação à filosofia**. São Paulo: Ática, 2010.

CHRISTLIEB, P. F. **El espíritu de la calle: Psicología política de la cultura cotidiana**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS. As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. **Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde**. 2008. Disponível em: www.determinantes.fiocruz.br. Acesso em 7 de outubro de 2012.

COSTA, B. V.; CAMARGO, L. O. L. Parques Urbanos, população e exclusão em São Paulo. **Licere**. Belo Horizonte: v.15, n.2, 2012.

DAHLGREN, G; WHITEHEAD, M. **Policies and Strategies to promote social equity in health**. Estocolmo: Institute for Future Studies, 1991.

DE GRAZIA, S. Tres conceptos antiguos en el mundo moderno: el Trabajo, el Tiempo, el Ocio (Conclusión). **Revista de Estudios Políticos**, nº 131, p. 5-20, 1963.

DE GRAZIA, S. **Of time, work and leisure**. New York: Twentieth Century Fund/Anchor Books, 1964.

DICIONÁRIOWEB. **DICIONÁRIOWEB**. Disponível em: <<http://www.dicionarioweb.com.br/ocioso/>>. Acesso em 29 de julho de 2013.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

DYTZ, J. ; ROCHA, S. O modo de vida da mãe e a saúde infantil. **Revista Brasileira de Enfermagem**. BRASÍLIA: v. 55, n. 2, p. 151-156, 2002.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **Memória e sociedade a busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ESTADÃO.com.br. Vila Mariana, o distrito mais completo da capital. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,vila-mariana-o-distrito-mais-completo-da-capital,670788,0.htm>>. Acesso em 12 de agosto de 2013.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

FERREIRA, P. E. B. **Apropriação do espaço urbano e as políticas de intervenção urbana e habitacional no centro de São Paulo**. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.

GAARDER, J. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989.

GIRALDI, R. C. Novos tempos, novos lazes. In: Isayama, H. F.; Oliveira, M. A. T.; Castilho, C. T.; Oliveira, K. B. (org). **Coletânea do XIII Seminário "O Lazer em Debate"**. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2012.

GONÇALVES, A. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, R. (org.). **Qualidade de Vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas: IPES, p. 17-26, 2004.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. Qualidade de Vida: identidades e Indicadores. In: GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de Vida e Atividade Física: Explorando teorias e Práticas**. Barueri: Manole, p. 03-25, 2004.

GONÇALVES, A. Whoqol – Antes, Durante, Depois e Agora. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G.L.; MONTEIRO, M.I. (org.). **Qualidade de Vida: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI**. Campinas: IPES, 2010.

GOODALE, T.L. If leisure is to matter. In: **Recreation and leisure: issues in an era of change**. GOODALE, T.L.; WITT, P.A. (org), Rev. ed. State College, PA: Venture Publishing, 1985.

GUTIERREZ, G. L. Aspectos organizacionais e lúdicos da Qualidade de Vida: abordagem multidisciplinar. In: GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri, Manole, p.165-183, 2004.

GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. Cultura e Lazer: Uma aproximação Habermasiana. **Lua Nova**. São Paulo: nº 74, p. 93-130, 2008.

GUTIERREZ, G.L.; MONTEIRO, M.I. (org.). **Qualidade de Vida: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI**. Campinas: IPES, 2010.

KLIASS, R. G. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

HABERMAS, J. The public sphere: An encyclopedia article. Tradução para o Inglês: LENNOX, S.; LENNOX, F. **New German Critique**, nº 3, p. 49-55, 1974.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa, I**. Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALLAL, P.C.; TENÓRIO, M.C.M.; TASSITANO, R.M.; REIS, R.S. et al. Avaliação do programa de promoção da atividade física Academia da Cidade de Recife, Pernambuco, Brasil: percepções de usuários e não usuários. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: v. 26, n. 1, p.70-78, jan. 2010.

HARVEY, D. The right to the city. **New Left Review**, Setembro-Outubro, nº 53, 2008. <<http://www.newleftreview.org/?view=2740>>. Versão espanhola, El derecho a la ciudad. Disponível em: <http://www.fadu.uba.ar/mail/difusion_extension/090522_bol.pdf>. Acesso em 11 de março de 2013.

HEMINGWAY, John L. Leisure and civility: Reflections on a Greek ideal. **Leisure Sciences**, ano 10. Nº 3, p. 179-191, 1988.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: As setas do caminho**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **Perfil dos municípios brasileiros – Suplemento de Esporte 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/municesportes/index.htm> >. Acesso em: 12/01/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009. **Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis: Brasil, 15 capitais e Distrito Federal 2002–2003**. Rio de Janeiro: INCA; 2006.

KLIASS, R. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

KOVARICK, L. **A espoliação urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LIMA, J.V.R.B.C. As possibilidades de uma socioecologia em Amartya Sen. **Pensamento Plural**. Pelotas: v. 3, p. 121-145, 2008.

MACEDO, R. Rock in Rio: espetáculo de interação. **Meio & Mensagem**. Disponível em: <
<http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/noticias/2011/09/22/Megaespetaculo-de-interacao-entre-marcas-e-consumidores.html>>. Acesso em 23 de agosto de 2013.

MAGNANI, J.G. **O lazer na cidade**. São Paulo: 1994. Disponível em <http://www.n-a-u.org/Magnanilazer.html>. Acesso em 17 de outubro de 2011.

MAGNANI, J. Lazer um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, H; GUTIERREZ, G. (Org). **Temas sobre o lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e Esporte: Políticas Públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4ª ed., Campinas: Autores associados, 2006.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S.H. As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. **Impulso**, Piracicaba: 17(44): 55-66, 2006.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, R.F.R. **Esporte e Qualidade de Vida: Reflexão sociológica**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2007.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH, 1981.

MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Edusp – Nobel, 1991.

MATARAZZO, A. **Refúgio verde da zona leste**. Disponível em: <www.andreamatarrazzo.com.br/artigos>. Acesso em 28 de maio de 2012.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida: um debate necessário. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>>. Acesso em: 30 abril de 2012.

MODENEZE, D. M.; VILARTA, R. A Evolução das Abordagens Conceituais sobre a Prática da Atividade Física Relacionada à Saúde e Qualidade de Vida. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G.L.; MONTEIRO, M.I. (org.). **Qualidade de Vida: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI**. Campinas: IPES, 2010.

MORETTI, A. C.; ALMEIDA, V.; WESTPHAL, M.F.; BÓGUS, C. M. Práticas Corporais/Atividade Física e Políticas Públicas de Promoção da Saúde. **Saúde Soc.** São Paulo: v.18, n.2, p. 346-354, 2009.

MORIN, E. **Cultura de Massa no século XX: Neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

NAHAS, M.V. **Atividade física, Saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 5. ed. rev. e atual. Londrina: Midiograf, 2010.

O'DONNELL, M.P. Evolving definition of health promotion: what do you think? **American Journal of Health Promotion**. Royal Oak, v. 23, n.2, 2008.

OLIVEIRA, L.; ANDRADE, D.; FIGUEIRA, A.; ARAUJO, T.; MATSUDO, V.; MATSUDO, S. & ANDRADE, E. Physical activity barriers as related to behavior stage in white collar workers. *Medicine & Science in Sports & Exercise*. Supplement. **Official Journal of the American College of Sports Medicine**. v. 30, n. 5, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Declaração Elaborada pelo Grupo de Trabalho da Qualidade de Vida da OMS**. Genebra: OMS, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Promoción de la salud. Glosario**. Genebra: OMS, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2007. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_inter/ddh_bib_inter_universal.htm> acesso em 22 de outubro de 2012.

OXFORD. **OXFORD ENGLISH**. Oxford University Press. Disponível em: <<http://oxforddictionaries.com/definition/english/leisure>>. Acesso em 10 de julho de 2013.

ORTEGA Y GASSET, J. **La rebelión de las massas**. México: Espasa-Calpe, 1982.

PARKER, S. A. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

PAIS, J. M. Durkheim: das Regras do Método aos métodos desregrados. **Análise Social**. vol. 30, n. 131, p. 239-263, 1995.

REIS, R.S. **Determinantes ambientais para a realização de atividades físicas nos parques urbanos de Curitiba: uma abordagem sócio ecológica da percepção dos usuários**. 2001. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)

- Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina: 2001.

RIBEIRO, B; ZANCHETTA, D. **Parque do Carmo muda de nome e ganha reforma.** Estadão.com.br. Disponível em: <
<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,parque-do-carmo-muda-de-nome-e-ganha-reforma-,965630,0.htm>>. Acesso em 19 de junho de 2013.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 2003.

SAFATLE, A. Geração Coca-Cola: O consumismo cresce em um mundo de recursos cada vez mais escassos. **Adiante**, maio, p. 20-29, 2006.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1997a.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. **Parques – Região Leste.** Disponível em:<
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_l_este/index.php?p=5734>. Acesso em 10 de setembro de 2013a.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. **Parques – Região Sul.** Disponível em:<
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_l_este/index.php?p=5734>. Acesso em 10 de setembro de 2013b.

SÃO PAULO (Município). Urbanismo. **Zona Leste em números.** Disponível em:<http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/urbanismo/zona_leste/index.php?p=362>. Acesso em 10 de setembro de 2013c.

SÃO PAULO (Município). **Bairro de Vila Mariana.** Disponível em:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bai

[ro/bibliotecas m z/viriatocorrea/index.php?p=3761](http://www.bibliotecas.mz/viriatocorrea/index.php?p=3761)>. Acesso em 02 de setembro de 2013d.

SÃO PAULO (Município). **Notícias.** Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/itaquera/noticias/?p=36032>>. Acesso em 02 de setembro de 2013e.

SÃO PAULO (Município). **Carmo – Olavo Egydio Setubal.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_leste/index.php?p=5734>. Acesso em 02 de setembro de 2013f.

SÃO PAULO (Município). **Ibirapuera.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_sul/index.php?p=14062>. Acesso em 02 de setembro de 2013g.

SÃO PAULO (Município). **Guia dos Parques Municipais de São Paulo.** São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 3ª ed., 2012. Disponível em:<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/publicacoes/guia_dos_parques_3.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2013.

SÃO PAULO (Município). **Município em mapas. Índices Sociais.** Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/indices_sociais/index.php?texto=corpo&tema_cod=2>. Acesso em 22 de julho de 2012a.

SÃO PAULO (Município). **Infocidade.** Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_projetadaxas_de_c_1950_638.html>. Acesso em 22 de julho de 2012b.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano. **Histórico demográfico do município de São Paulo.** São Paulo, 2007. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php>. Acesso em 22 de julho de 2012.

SÃO PAULO (Município). Mapa da Exclusão/Inclusão. 2002. **Município em mapas.** Disponível em: <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/mapas/intro_ei.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2012.

SÃO PAULO (Município). **Subprefeitura Vila Mariana – Histórico.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/vila_mariana/historico/index.php?p=416>. Acesso em 12 de dezembro de 2011.

SÃO PAULO (Município). **Subprefeitura Itaquera – Histórico.** Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/itaquera/historico/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2011a.

SCHNEIDER S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia.** v.9, p.49-87, Porto Alegre: 1998.

SCHMIDT, M. I.; DUNCAN, B. B.; SILVA, G. A.; MENEZES, A. M.; MONTEIRO, C. A.; BARRETO, S. M.; CHOR, D.; MENEZES, P. R. Health in Brazil 4 Chronic non-communicable diseases in Brazil: burden and current challenges. **The Lancet**, v. 377, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. Por que é necessário preservar a coruja-pintada. **Folha de São Paulo – Caderno Mais**, São Paulo, 14 mar de 2004.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, M. M. **Conquistas e desafios de uma área de proteção ambiental inserida na Zona Leste de São Paulo.** 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2003.

SILVA, R. N.; GOMES, M. A. S. Parques urbanos em Alagoas: Caracterização e análise no âmbito da produção do espaço. **Revista Percurso – NEMO.** Maringá: v. 2, nº 1, 2010.

SINGER, P. I. **Economia política da urbanização**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOBARZO MIÑO, O. A. **Os Espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**, Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: 221 f., 2004.

SONATI, J. G; VILARTA, R. Novos Padrões Alimentares e as Relações com os Domínios da Qualidade de Vida e Saúde. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G.L.; MONTEIRO, M.I. (org.). **Qualidade de Vida: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI**. Campinas: IPES, 2010.

SOUZA, E.M.; GRUNDY, E. Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1354-1360, 2004.

SOUZA, V. Planetário do Carmo: abertura ainda não tem data. **Gazeta Virtual**. Disponível em: <<http://gazetavirtual.com.br/planetario-do-carmo-abertura-ainda-nao-tem-data/>>. Acesso em 30 de Maio de 2013.

STOPPA, E. ; SANTOS. J.F.S. **Gestão de Esporte e de Lazer: Análise dos Espaços e Equipamentos de Esporte Recreativo e e de Lazer em Ermelino Matarazzo, Zona Leste de São Paulo** In: ISAYAMA, H. F.; OLIVEIRA, M. A. T.; CASTILHO, C. T.; OLIVEIRA, K. B. (org). Coletânea do XIII Seminário "O Lazer em Debate". Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2012.

VEIGA, J. E. **Do Global ao Local**. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

VIGARELLO, G. **O limpo e o sujo**. Lisboa: Fragmentos, 1985.

VILARTA, R.; GUTIERREZ, G.L. **A promoção da saúde e a política nacional de saúde: conceitos e aplicações dirigidos ao Programa de Formação Interdisciplinar Superior ProFIS**. Campinas: IPES, 2012.

VILARTA, R.; GUTIERREZ, G.L.; MONTEIRO, M.I. (org.). Apresentação. **Qualidade de Vida: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI**. Campinas: IPES, 2010.

WHATELY, M. et al. **Parques urbanos municipais de São Paulo: Subsídios para a gestão.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on noncommunicable diseases 2010.** Geneva: World Health Organization, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing Chronic Diseases: a vital investment: WHO Global report.** Geneva, World Health Organization, 2005. Disponível em: <http://www.who.int/chp/chronic_disease_report/full_report.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHOQOL Group. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science and Medicine.** V. 41, n. 10, p. 1.403-1.409, 1995.

ANEXO A:
FORMULÁRIO APLICADO NO LEVANTAMENTO DE DADOS DOS
PARQUES PÚBLICOS URBANOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Data do levantamento:

Nome do parque:

Endereço do parque:

Bairro-Subdistrito:

Perfil do imobiliário circunvizinho

() Alto padrão () Médio padrão () Médio/baixo padrão () Baixo padrão

() Residências () Comércio () indústria

Topografia do terreno

() Íngreme () Plana () Muito íngreme

Forma geométrica

() Quadrangular () Circular () Retangular () Triangular () Outra

Aspecto geral do parque

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Equipamentos existentes Sim Não Suficiente Insuficiente

Iluminação	Segurança pública (guardas etc.)
Bancos	Palco/coreto
Playgrounds	Estruturas para idosos (jogos etc.)
Calçadas/caminhos	Monumentos
Lixeiras	Placa de identificação
Banheiros/sanitários	Espelho d'água/fontes
Estruturas esportivas (barras etc.)	Ponto de ônibus
Telefone público	Vegetação
Banca de revistas	Árvore de grande porte
Quiosque de alimentação	Árvore de médio porte
Bebedouros	Árvore de pequeno porte
Estruturas para deficientes	Árvores frutíferas
Ponto de táxi	Estratos arbustivos/flores
Estacionamento	Gramado

OBS.: os equipamentos listados no formulário foram considerados suficientes ou insuficientes de acordo com sua quantidade e qualidade na área correspondente ao parque, assim como a possibilidade de uso efetivo destes pela população. Já a vegetação foi julgada suficiente ou não conforme seu aspecto, a combinação entre seus diversos portes (grande, médio e pequeno) e a dimensão do parque.

ANEXO B:**Conteúdo do Portal da Prefeitura da Cidade de São Paulo
Secretaria do Verde e Meio Ambiente – Parque Ibirapuera****Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente**

[Início](#) - [Secretarias](#) - [Meio Ambiente](#) / [Parques](#) / [Região Sul](#)

Ibirapuera

Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº (Portão 10) – Vila Mariana

Subprefeitura Vila Mariana

Área: 1.584.000 m²

Funcionamento: diariamente das 5h às 0h

Fone: (11) 5574-5045 – Fax: (11) 5573-4180

O parque possui 10 portões com horários e formas de acesso diferenciados. Confira:

Para pedestres:

- Avenida IV Centenário, portões: 05, 06 e 07A;
- Avenida Pedro Álvares Cabral, portões: 02, 03, 04, 09 e 10.
- Avenida República do Líbano, portões: 07, 08 e 09A.

Para veículos:

- Av. Pedro Álvares Cabral – Portões: 03 (cartão zona azul) e 10 (somente veículos credenciados).
- Av. República do Líbano – Portão 07 (cartão zona azul).

Horário dos portões:

- Portões: 02, 03, 05 e 10, das 05h às 24h.
- Portões: 04, 06 e 09, das 05h às 22h.
- Portões: 07, 08 e 09A, das 06h00 às 20h.
- Portão: 07A, das 07h às 17h.

Confira:

[Mapa de localização](#)

[Programação geral do parque \(áreas externas\)](#)

[Passeio virtual - Conheça o Parque seguindo as trilhas](#)

Sobre o Parque

Ano de inauguração: 1954

INFRAESTRUTURA

Pista de Cooper, parque infantil, lanchonetes, áreas de estar, ciclofaixa, bicicletário com aluguel de bicicleta, fonte multimídia, quadras poliesportivas, campos de futebol, aparelhos de ginástica e Praça Burle Marx.

Funcionam também na área do parque: Escola de Jardinagem, Divisão Fauna, Viveiro Manequinho Lopes, Planetário e Escola Municipal de Astrofísica, UMAPAZ, Herbário, Museu Afro-Brasil, CECCO (SMS), Pavilhão das Culturas Brasileiras, OCA e Bosque da Leitura (SMC), Fundação Bienal, Auditório Ibirapuera, MAC, MAM e Pavilhão Japonês.

PARTICULARIDADES

Inaugurado em 21 de agosto de 1954 durante as comemorações do IV Centenário de São Paulo, o projeto do Parque foi concebido pelos arquitetos Oscar Niemeyer, Ulhôa Cavalcanti, Zenon Lotufo, Eduardo Kneese de Mello, Ícaro de Castro Mello, além do paisagista Augusto Teixeira Mendes.

Vegetação implantada constituída de eucaliptal com sub-bosque, bosques heterogêneos, jardins, gramados e alamedas de alecrim-de-campinas, alfeneiro, bambu-chinês, chichá, falsa-figueira-benjamim, guariroba, ipê-roxo, jervá e seafórtia. Há conjuntos de carvalho-brasileiro, jaqueira, pinus e sete-capotes e exemplares isolados de espécies como figueira-de-bengala, pau-brasil, pau-ferro e tamareira-das-canárias. Num trecho do Córrego do Sapateiro há vegetação ribeirinha espontânea protegida por uma cerca. Foram registradas 494 espécies, das quais 16 estão ameaçadas como a cabreúva, o chichá e o pau-marfim. O Viveiro Manequinho Lopes produz mudas de espécies ornamentais herbáceas, arbustivas, trepadeiras, de interior e plantas medicinais para uso no município, além de receber e distribuir mudas de árvores usadas nos programas de arborização urbana. O parque conta ainda com as coleções de plantas ornamentais, hortícolas e medicinais do campo experimental da Escola de Jardinagem que o utiliza nas aulas práticas de seus cursos. São 218 espécies que dividem espaço com milhares de usuários, sendo 35 de borboletas, 10 de peixes, oito de répteis (cágados, tigres-d'água e serpentes), uma de anfíbio, mamíferos incluindo morcegos e gambá-de-orelha-preta e, 156 espécies de aves. No lago, colhereiro, cabeça-seca e marreca-parda já foram observadas. Nos gramados, joão-de-barro, canário-da-terra e cardeais. Nos bosques, ouve-se a balburdia de papagaios, maracanãs e periquitos, e melodias de sabiás, que parecem competir com o ruído "urbano". É possível observar várias espécies de beija-flores, pica-paus, pombos silvestres e papa-moscas e representantes migratórios, que aqui chegam na primavera. Nesse período, araponga, sabiá-ferreiro e os anambés fazem "escala" rápida no parque e seguem viagem para áreas mais florestadas da cidade. A grande quantidade de aves atrai predadores como o gavião-de-cauda-curta, gavião-de-cabeça-cinza, gavião-miúdo, quiri-quiri, falcão-de-coleira e peregrino, além de corujas como mocho-diabo. O "martelar" das arapongas, sem dúvida, é o canto que mais chama atenção do público, formando uma legião de curiosos debaixo de seus poleiros. Também chama atenção a borboleta gema, pela mancha alaranjada sobre o fundo amarelo de suas asas.

O parque é um dos destinos mais procurados pela população paulistana e também uma das mais importantes áreas verdes, de cultura e lazer da cidade.

CICLOFAIXA DE LAZER:

Circuito Zona Oeste e Circuito Paulista Centro - funciona aos domingos e feriados, das 7h às 16h.

ÔNIBUS:

175T-10 – Metrô Santana – Metrô Jabaquara
 477U-10 – Heliópolis – Shop. Iguatemi (Cir.)
 509M-10 – Jd. Miriam – Term. Princ. Isabel
 5154-10 – Term. Sto. Amaro – Est. da Luz
 5164-21 – Cidade Leonor – Pq. Ibirapuera
 5175-10 – Balneário São Fco. – Pça. da Sé
 5178-10 – Jd. Miriam – Lgo. São Francisco
 5185-10 – Term. Guarapiranga – Pq. D. Pedro II
 5194-10 – Jd. São Jorge até Apurá – Lgo. São Francisco
 5300-10 – Term. Sto Amaro – Term. Pq. D. Pedro II
 + informações: www.sptrans.com.br

Programação

PARQUE IBIRAPUERA – ÁREAS EXTERNAS

O Parque Ibirapuera possui portões de acesso com horários e atendimentos diferenciados. Confira:

Acesso a pedestres:

- Avenida IV Centenário, portões: 05, 06 e 07ª (UMAPAZ).
- Avenida Pedro Álvares Cabral, portões: 02, 03, 04, 09 e 10.
- Avenida República do Líbano, portões: 07, 08 e 09A.

Acesso a veículos:

- Avenida Pedro Álvares Cabral – Portões: 01 - Serviços Auditório Ibirapuera, 03 - Livre mediante uso cartão Zona Azul, possibilitando acesso a vários bolsões de estacionamento) e 10 - apenas a credenciados, não podendo, portanto, ser utilizado por visitantes.
- Avenida República do Líbano – Portão 07 - Livre mediante uso cartão Zona Azul.

Horário dos Portões:

- Portões: 02, 03, 05 e 10, das 05h00 às 24h00.
- Portões: 04, 06 e 09, das 05h00 às 22h00.
- Portões: 07, 08 e 09A, das 06h00 às 20h00.
- Portão: 07A, das 07h00 às 17h00.

Informações: www.prefeitura.sp.gov.br/svma

Recomenda-se ao visitante o uso dos meios de transporte: ônibus, integração metro-ônibus, táxi, bicicleta ou a pé.

*Maiores informações para acessos e conduções ao parque, entre em contato com a SPTRANS pelo telefone 156 ou site: www.sptrans.com.br.

ARENA DE EVENTOS

Dia Nacional da Conscientização da Esclerose Múltipla

Sábado, 31 de Agosto de 2013, das 9h00 às 14h00.

Evento em comemoração ao Dia Nacional da Esclerose Múltipla, onde teremos shows com música ao vivo e divulgação e esclarecimento da doença.

Responsável: ABEM – Associação Brasileira de Esclerose Múltipla

Campo de Refugiados no Coração da Cidade

De 05 a 15 de Setembro de 2013, das 10h00 às 17h00
Campo de Refugiados no Coração da Cidade é uma exposição ao ar livre, que reproduz um campo de refugiados, onde profissionais de MSF (médicos, enfermeiros, logísticos, etc.) guiarão o público em um passeio educativo de cerca de 20 minutos. Eles explicarão atividades de assistência médico-humanitária realizadas junto a populações vulneráveis, tomando como exemplo a realidade das pessoas deslocadas. São mais de 42 milhões de refugiados e deslocados que fogem da violência e perseguição, como acontece no Sudão do Sul, Mali, Mauritânia, Síria, Somália, Colômbia, Afeganistão, entre outros. São pessoas em busca de abrigo, alimento, água, atendimento médico e medicamentos. Por meio de atividades educativas, os moradores e/ou visitantes de São Paulo terão a oportunidade de se aproximar e se familiarizar com as condições de vida das populações refugiadas, além de descobrir na prática como se dá trabalho das equipes de MSF em um contexto de um campo de refugiados. Criada na França, a exposição já foi exibida em diversos países (Alemanha, Itália, Suíça, Espanha, Holanda, Estados Unidos, Áustria, Austrália, Japão, Canadá, Emirados Árabes, Noruega, Suécia, Grécia e México) e é considerada o evento de maior impacto no que se refere à sensibilização e engajamento público.
Responsável: Médicos Sem Fronteiras

ARENA EM FRENTE À PONTE DE FERRO

Tim Maia 70 com o Grupo Ôncalo Chão

Sábado 28 de Setembro de 2013, das 15h30 às 16h30.

Show de música com 14 jovens do grupo Ôncalo Chão que executam 14 músicas instrumentais de sucesso na voz de Tim Maia. O Ôncalo Chão é um grupo de metais que interpreta músicas já consagradas em formato instrumental. É composto por instrumentos de sopro (trompetes, eufônios e tubas) acompanhados de percussão. Esse formato acústico tem como facilitador a dispensa de energia elétrica nas apresentações, fazendo com que a banda possa atuar em qualquer espaço, justificando o nome Ôncalo Chão.
Responsável: Grupo Ôncalo Chão – Projeto VAI da Secretaria Municipal da Cultura

AVENIDA PEDRO ÁVARES CABRAL

21ª Maratona Pão de Açúcar de Revezamento 2013

Domingo, 22 de Setembro de 2013

Responsável: CC&M

LAGO TRÊS

Espectáculo da Fonte Multimídia

Funcionamento diário

08h00 às 10h00

12h00 às 14h00

16h00 às 17h00

19h00 às 22h00*

*Observação

Aos Sábados e domingos

Das 20h00 às 21h00 há projeção multimídia com música.

Informações: www.divinacomedia.com.br

Responsável: PMSP e Pão de Açúcar – Divina Comédia Produções Artísticas

PLATEIA EXTERNA DO AUDITÓRIO IBIRAPUERA

MARIA GADÚ E ORQUESTRA EXPERIMENTAL DE REPERTÓRIO
Domingo 01 de Setembro de 2013, às 12h30.
A cantora paulista Maria Gadú, indicada duas vezes ao Grammy Latino e sucesso da nova safra da MPB, se apresenta para a plateia externa do Auditório com a Orquestra Experimental de Repertório, que reúne 99

músicos sob a regência de Jamil Maluf.
duração: 90 minutos (aproximadamente)
gratuito, plateia externa
[livre para todos os públicos] L

informações: www.auditorioibirapuera.com.br / tel: 3629-1075 ou info@auditorioibirapuera.com.br
OCAM regência **GIL** **JARDIM**
solista **HAMILTON** **DE** **HOLANDA** (bandolim)
Domingo 22 de Setembro de 2013, às 17h00.

A Orquestra de Câmara da Eca – OCAM apresenta o quarto concerto do ano, uma homenagem aos 110 anos do pintor Cândido Portinari, para a plateia externa do Auditório Ibirapuera. O repertório traz composições de Heitor Villa-Lobos, John McLaughlin e Hamilton de Holanda. Com participação de Hamilton de Holanda e seu quinteto e do Coro da Escola de Comunicações e Artes da USP a regência é do maestro Gil Jardim.
duração: 180 minutos (aproximadamente)
gratuito, plateia externa
[livre para todos os públicos] L

informações: www.auditorioibirapuera.com.br / tel: 3629-1075 ou info@auditorioibirapuera.com.br
ORQUESTRA SINFÔNICA NDR (NDR SINFONIEORCHESTER DES NORDDEUTSCHEN RUNDFUNKS)

regência **THOMAS** **HENGELBROCK**
Domingo 29 de Setembro de 2013, às 11h00

Em parceria com o Mozarteum Brasileiro, o Auditório Ibirapuera recebe a Orquestra Sinfônica NDR, de Hamburgo, Alemanha, em dois concertos. No sábado 28, uma matinê infantil para estimular nas crianças o gosto pela música erudita. No domingo, 29, um espetáculo aberto para a plateia externa com a solista coreana Hyun Jung Lim ao piano.

duração: 90 minutos (aproximadamente)
gratuito, plateia externa
[livre para todos os públicos] L

informações: www.auditorioibirapuera.com.br / tel: 3629-1075 ou info@auditorioibirapuera.com.br

PRAÇA DO PORQUINHO

Aulas do **Método** **DeRose**
Sábados, 09h00 às 10h00.
Aula aberta gratuita do Método DeRose, um método de qualidade de vida e alta performance que, através de diversas técnicas, entre elas respiratórias, de força, flexibilidade e de concentração, e conceitos de boa forma, boa administração das emoções e bons relacionamentos humanos, visa tornar melhor a vida do praticante e do mundo que o rodeia.
Informações: 11 3589-7227; danilo.c@metododerose.org
Site: <http://deroseplazasul.com/sobre/aulas-gratuitas> e www.autossuficiencia.wordpress.com
Responsável: FDI- Associação do Fundo de Imagem.

QUIOSQUE DA SAÚDE

Programa **Saúde** **no** **Esporte**
Segunda a Sábado, 07h00 às 13h00.
O programa aborda assuntos relacionados à prevenção e saúde no esporte, com orientações médicas, avaliações e orientações nutricionais e físicas.
- Orientações Médicas sobre a importância do exercício físico regular para a saúde, qualidade de vida, risco cardiovascular, hipertensão, diabetes, obesidade, sedentarismo, entre outras.
- Orientações Nutricionais sobre o valor de uma adequada alimentação saudável, hidratação e controle de peso. Abordando temas como: alimentação e diabetes, alimentação e hipertensão, alimentação e atividade física, entre outras.
- Orientações Físicas para a prática regular de exercícios físicos, qualidade de vida. Abordagens como atividade física e corrida, atividade física e Caminhada, atividade física e vestuário, atividade física e alongamentos, atividade física e flexibilidade, entre outras.
- Avaliações: Peso e Altura, IMC, C. Abdominal, pressão arterial, teste de flexibilidade, entre outras.
Responsável: José Roberto Rivelino | Contato: 3396-6462.

SERRARIA

Atividades Fixas

Programa Saúde no Parque: Lian Gong e Tai Chi Qi Gong em 18 Terapias

Segundas a Sábados, 10h30 às 11h30.

Prática aberta e gratuita de ginástica chinesa: Lian Gong e Tai Chi Qi Gong

Responsável: Totao Comunicações.

Contato: 3266-5829 | e-mail: totaocom@globo.com ou liangong@saudenoparque.com.br

Informações: www.saudenoparque.com.br

* Não haverá atividade em dias de chuva.

Programa **Saúde** **no** **Parque:** **Conversando** **em** **Círculo**
Última Quinta de todo mês, após a prática Lian Gong, 10h30.
O círculo, milenar forma de comunicação, interação e vivência de muitos povos, integra as atividades do Saúde no Parque como forma de permitir troca e aprofundamento de conceitos, reflexões que possam servir de ferramenta àqueles que estão na busca de melhor compreensão de si mesmos e do mundo. Conversando em Círculo é uma proposta aberta que aborda temas variados de interesse comum.
Responsável: Totao Comunicações.
Contato: 3266-5829 | e-mail: totaocom@globo.com ou liangong@saudenoparque.com.br
Informações: www.saudenoparque.com.br * Não haverá atividade em dias de chuva.

Aulas **do** **Método** **DeRose**
Domingos, das 09h00 às 10h00.
Aula aberta gratuita do Método DeRose, um método de qualidade de vida e alta performance que, através de diversas técnicas, entre elas respiratórias, de força, flexibilidade e de concentração, e conceitos de boa forma, boa administração das emoções e bons relacionamentos humanos, visa tornar melhor a vida do praticante e do mundo que o rodeia.
Informações: 11 3589-7227; danilo.c@metododerose.org
Site: <http://deroseplazasul.com/sobre/aulas-gratuitas> e www.autossuficiencia.wordpress.com
Responsável: FDI- Associação do Fundo de Imagem.

PARQUE IBIRAPUERA – EQUIPAMENTOS

AUDITÓRIO IBIRAPUERA

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral - Portão 03

Contato: 3629-1075 | info@auditorioibirapuera.com.br

Informações: www.auditorioibirapuera.com.br

SETEMBRO 2013

Programação sujeita a alteração

1 SET 2013|12H30

MARIA GADÚ E ORQUESTRA EXPERIMENTAL DE REPERTÓRIO

Maria Gadú, indicada duas vezes ao Grammy Latino e sucesso da nova safra da MPB, canta para a plateia externa do Auditório acompanhada pela Orquestra Experimental de Repertório, que reúne 99 músicos sob a regência de Jamil Maluf.
duração: 90 minutos (aproximadamente)
gratuito, plateia externa
[livre para todos os públicos] L

6 e 7 SET 2013|21H

BALLET NACIONAL SODRE (URUGUAI)

Sob a direção artística do bailarino argentino Julio Bocca, um dos mais importantes da dança contemporânea, o Ballet Nacional Sodre (Ballet Nacional de Uruguay) realiza duas apresentações para o público paulista. No programa, quatro obras de diferentes estilos e coreógrafos.
duração: 90 minutos (aproximadamente)
ingressos: R\$ 20 e R\$ 10 (meia-entrada)
[livre para todos os públicos] L

7 SET 2013 | 18H

CORO LUTHER KING

O Coro Luther King chega ao sexto espetáculo do ano no Auditório Ibirapuera e ao quinto da temporada Cantador, Só Sei Cantar 2013, no foyer do Auditório. Eleito em 2012 o Melhor Coro do ano, segundo a APCA, tem direção musical do maestro Martinho Lutero Galati.
duração: 60 minutos (aproximadamente)
gratuito, entrada por ordem de chegada, no foyer do Auditório Ibirapuera
[livre para todos os públicos] L

8 SET 2013|19H

LULINHA ALENCAR em CEM GONZAGA

O sanfoneiro Lulinha Alencar homenageia Luiz Gonzaga com o espetáculo "Cem Gonzaga". O show que traz músicas de todas as etapas da carreira do Rei do Baião, que é tema da exposição "O Imaginário do Rei", em cartaz na OCA até 15 de setembro, com apoio do Itaú Cultural. Lulinha também promete tocar Dominguinhos, o mais célebre súdito de Gonzaga, morto em julho, com quem ele tocou em diversas apresentações. Participação especial de Davi Alencar e Deka Silva.
duração: 90 minutos (aproximadamente)
ingressos gratuitos e retirados com 1h30 de antecedência
[livre para todos os públicos] L

10 SET 2013|9H às 17H

II SEMANÁRIO INTERNACIONAL ARTE!BRASILEIROS

QUEM É QUEM NA ARTE CONTEMPORÂNEA

O II seminário da ARTE! Brasileiros, em parceria com Latitude – Platform for Brazilian Art Galleries Abroad, aborda os meandros da arte contemporânea no século 21. Os convidados, de importantes instituições culturais do Brasil e outros países, vão falar sobre produção, exposições, aquisições, comunicação e arte contemporânea. inscrições online: [http://www.revistabrasileiros.com.br/seminario-cadastre-se/ingressos gratuitos e retirados com](http://www.revistabrasileiros.com.br/seminario-cadastre-se/ingressos-gratuitos-e-retirados-com-antecedencia) 1h30 de antecedência

informações: seminarios@brasileiros.com.br

13SET2013|21H

EDU LOBO

participação especial MONICA SALMASO e BENA LOBO

Para celebrar os 70 anos, em São Paulo, um dos compositores essenciais da MPB, Edu Lobo, mostra a biografia musical de sua trajetória, com direção de Hugo Sukman, participações de Mônica Salmaso e Bena Lobo, filho do artista, e acompanhamento da banda e uma orquestra de cordas.

duração: 90 minutos (aproximadamente)

ingressos: R\$ 20 e R\$ 10 (meia-entrada)

[livre para todos os públicos] L

14 SET 2013|21H

CONVERSA RIBEIRA em ÁGUA MEMÓRIA

Andrea dos Guimarães (voz), Daniel Muller (piano e acordeom) e João Paulo Amaral (viola caipira e voz) interpretam canções do repertório caipira, da MPB e do instrumental brasileiro, costurando os diferentes estilos. O show divulga o segundo CD do grupo, "Água Memória", lançado recentemente.

duração: 90 minutos (aproximadamente)

ingressos: R\$ 20 e R\$ 10 (meia-entrada)

[livre para todos os públicos] L

15 SET 2013|19H

GAROTAS SUECAS

lançamento do CD FERAS MÍTICAS

participação especial LURDES DA LUZ

Formado por Guilherme Sal (voz), Tomaz Paoliello (guitarra e voz), Irina Bertolucci (teclado e voz), Fernando Freire (baixo) e Nico Paoliello (bateria e voz), o grupo de rock lança seu segundo álbum "Feras Míticas". O show integra a programação do Mês da Cultura Independente (MCI), da Secretaria Municipal de Cultura.

duração: 90 minutos (aproximadamente)

ingressos: R\$ 20 e R\$ 10 (meia-entrada)

[livre para todos os públicos] L

20 e 21 SET 2013|21H

JAZZ SINFÔNICA + ANAT COHEN

regência JOÃO MAURÍCIO GALINDO

A orquestra recebe a clarinetista israelense Anat Cohen, reconhecida mundialmente como uma virtuose do instrumento. É o quinto concerto da temporada 2013, coregência do maestro titular João Maurício Galindo.

duração: 90 minutos (aproximadamente)

ingressos: R\$ 20 e R\$ 10 (meia-entrada)

[livre para todos os públicos] L

22 SET 2013|17H

OCAM regência GIL JARDIM

solista HAMILTON DE HOLANDA (bandolim)

A Orquestra de Câmara da Eca – Ocam apresenta o quarto concerto do ano, uma homenagem aos 110 anos do pintor Cândido Portinari, para a plateia externa do Auditório Ibirapuera. O repertório traz composições de Heitor Villa-Lobos, John McLaughlin e Hamilton de Holanda. Com participação de Hamilton de Holanda e seu quinteto e do Coro da Escola de Comunicações e Artes da USP a regência é do maestro Gil Jardim.

duração: 180 minutos (aproximadamente)

gratuito, plateia externa

[livre para todos os públicos] L

26, 27 e 28 SET 2013|horário a definir

ARQ. FUTURO

O arquiteto Tom Mayne, fundador do Morphosis, a dupla Vinicius Andrade e Marcelo Morettin, do escritório Andrade Morettin, e o trio responsável pela reabilitação da via suspensa de Manhattan (Nova York) High Line, Joshua David, Robert Hammond e Lisa Swikin, são os palestrantes dessa edição do evento.

ingressos: R\$ 20 e R\$ 10 (meia-entrada)

informações: <http://www.arqfuturo.com.br>

28 SET 2013|16H

29 SET 2013|11H

ORQUESTRA SINFÔNICA NDR (NDR SINFONIEORCHESTER DES NORDDEUTSCHEN RUNDFUNKS)

regência THOMAS HENGELBROCK

Em parceria com o Mozarteum Brasileiro, o Auditório Ibirapuera recebe a Orquestra Sinfônica NDR, de Hamburgo, Alemanha, em dois concertos. No sábado 28, uma matinê infantil para estimular nas crianças o gosto

pela música erudita. No domingo, 29, um espetáculo aberto para a plateia externa com a solista coreana Hyun Jung Lim ao piano.
 duração: 90 minutos (aproximadamente)
 28 SET – gratuito, distribuição na bilheteria do Auditório 1h30 antes do espetáculo para adultos acompanhados de crianças (máximo de 4 crianças por adulto)
 29 SET – gratuito, plateia externa [livre para todos os públicos] L

BOSQUE DA LEITURA

Acesso: Av. República do Líbano - Portão 07

Sábados e Domingos

Responsável: CSMB – Supervisão de Bibliotecas

Contato: 3675-8096 | e-mail: bosquedaleitura@prefeitura.sp.gov.br

Informações: www.bibliotecas.sp.gov.br

Bosque da Leitura

Sábados e Domingos, 09h30 às 16h00.

CECCO

Acesso: Av. IV Centenário - Portão 05

Segunda a Sexta, 08h00 as 17h00.

Responsável: CECCO Pq. Ibirapuera

Contato: 5549-7840.

O Centro de Convivência e Cooperativa oferece as seguintes oficinas: Caminhada, Dança Circular, Colóquio Cultural, Lian Gong, Xiang Gong, Tai Chi Pai Lin, Tai Ji Qi Gong/ Meditação, Alongamento, Arte em Tecido, Artes Plásticas, Ateliê Livre, Bijouteria, Dança do Ventre, Fios e Bordados, Marchetaria, Mosaico, Música, Núcleo de Economia Solidária, Poesia, Projeto CRER-SER e Yoga.

ESCOLA MUNICIPAL DE ASTROFÍSICA

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral - Portões 03 e 10

Responsável: Escola Municipal de Astrofísica Prof. Aristóteles Orsini

Contato: 5575-5206 ou 55755425 | svmaescoladeastrofisica@prefeitura.sp.gov.br

Informações: www.prefeitura.sp.gov.br/astrofisica

Exposição "Mulher, Espaço e Sociedade: 50 anos da primeira mulher no espaço."

Exposição em homenagem ao 50º aniversário da viagem da primeira mulher ao espaço, Valentina Terechkova. É uma oportunidade única de conhecer melhor a cosmonauta, a Rússia e a história dessa importante viagem espacial. Além de painéis fotográficos, a mostra organizada pelo conselho cultural da Associação Grupo Volga Folclore Russo da Vila Zelina apresentará dozes obras do artista plástico Edison Braga. Todos os dias das 09 às 19h

Entrada gratuita

14 de setembro das 16h30 às 17h30

Palestra "Uma breve história da Terra", com Jonathan Henrique Teixeira Santos Hichitani

Como a Terra surgiu? Como mudou ao longo do tempo? Como ocorrem extinções em massa? Esta palestra tem como objetivo responder estas e outras perguntas, mostrando como nosso planeta funciona e sua historia.

Entrada gratuita

14 de setembro das 18h às 23h

Observação do céu com telescópios e binóculos

A Escola Municipal de Astrofísica (EMA) oferecerá uma observação do céu, onde será possível visualizar a Lua, Saturno e nebulosas através de telescópios e binóculos.

*observação sujeita à condições climáticas.

Entrada gratuita

ESCOLA MUNICIPAL DE JARDINAGEM

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral - Portões 03 e 04

Responsável: Escola de Jardinagem

Contato: 5539-5291 | Inscrições: oficinasjardim@prefeitura.sp.gov.br

Informações: www.prefeitura.sp.gov.br/escoladejardinagem

O detalhamento da programação, com atualização ao longo do ano, é divulgado mensalmente pelo Boletim Informativo da Escola Municipal de Jardinagem e fica disponível no site.

Serviços à Comunidade

PAP – Programa de Atendimento às Plantas
 A Escola Municipal de Jardinagem promove o Programa de Atendimento às Plantas, com o propósito de auxiliar os munícipes a respeito de como cuidar das plantas.
 Contato: papjardim@prefeitura.sp.gov.br | (11) 5539-5291
Respeite as árvores de São Paulo
 A poda irregular é considerada crime ambiental! Conheça a Campanha “Respeite as árvores de São Paulo” da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – S.V.M.A./P.M.S.P. contra a poda radical. E veja como é possível denunciar! www.prefeitura.sp.gov.br/meio_ambiente, no link CAMPANHAS.

FUNDAÇÃO BIENAL

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral – Portão 03

Contato: 55767639 ou 55767640 | e-mail: contato@bienal.org.br

Informações: www.bienal.org.br

30 x Bienal - Transformações na arte brasileira da 1ª a 30ª edição
 Exposição: de 21/09 a 08/12/2013, de terça a domingo - terça, quinta, sábado, domingo e feriado das 09h às 19h – entrada até às 18h | quarta e sexta das 09h às 22h – entrada até às 21h.
 A exposição “30 x Bienal” tem o objetivo fundamental de proporcionar ao público brasileiro a possibilidade de conhecer pessoalmente o que de melhor foi produzido na arte brasileira contemporânea nos últimos 60 anos. Trará ao público de São Paulo um recorte do que melhor foi produzido pelos artistas brasileiros desde os anos 50 até os dias atuais, após cuidadosa análise e seleção do curador contratado.
 A Bienal de São Paulo foi protagonista do desenvolvimento e projeção da produção artística brasileira, lançando assim possibilidades de intercâmbio entre a produção brasileira e estrangeira. É por esta razão a instituição mais abalizada para realizar uma retrospectiva nos moldes propostos.
 A Bienal de São Paulo é uma entidade de natureza educacional e cultural, sem fins lucrativos, e sem vinculações políticas ou religiosas, cujo principal objetivo é a promoção de eventos artísticos e culturais de modo geral e, mais especificamente, de exposições de artes. É sem dúvida o mais importante evento de artes plásticas do Brasil e um dos mais influentes do mundo. Em cada uma de suas 30 edições, surgiram do pavilhão da Bienal, manifestações artísticas que modificaram a vida, os hábitos, a cultura, a política e a sociedade no Brasil e no Mundo e fizeram assim da Bienal de São Paulo uma parte indissociável e fundamental do patrimônio cultural brasileiro, como já aqui esclarecido.
 Informação para o público: 5576-7600 / www.bienal.org.br
 Responsável: Fundação BIENAL

MUSEU AFRO BRASIL – ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral – Portões 03 e 10

Terça a Domingo, 10h00 as 17h00. Entrada Gratuita

Responsável: Museu Afro Brasil

Agendamento de grupos: 3320-8921

ou agendamento@museuafrobrasil.com.br | Comunicação: anapaula@museuafrobrasil.org.br

Contato: 3320-8900

Informações: www.museuafrobrasil.org.br

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral - Portão 03

Local: Pavilhão Ciccillo Matarazzo, 3º piso.

Terça a Domingo, 10h00 as 18h00. Entrada Gratuita

Responsável: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo

Contato: 5573-9932

|Informações: www.mac.usp.br | http://twitter.com/#!/mac_usp | www.facebook.com/usp.mac

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA (NOVA SEDE - EXTERNO)

Acesso e Local: Av. Pedro Álvares Cabral, 1301

Terça a domingo das 10 às 18 horas. Entrada gratuita

Responsável: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo

Contato: 5573-9932

|Informações: www.mac.usp.br | http://twitter.com/#!/mac_usp | www.facebook.com/usp.mac

Doações

Recentes

1

Em 2010, intensificando seu programa de atualização do acervo, o MAC USP buscou – entre outras ações - maior aproximação com artistas, colecionadores e galerias, para que os curadores do Museu pudessem

identificar na produção contemporânea obras que dialogam com aspectos importantes da coleção do MAC USP. Desde então, a partir de diversas iniciativas, o Museu conseguiu incorporar mais de 120 trabalhos e, parte deles, colocou em exposições à disposição do público já no ano passado. Agora, dando início às comemorações de seu cinquentenário no aniversário da cidade, o Museu apresenta a exposição MAC 50: Doações Recentes 1, em sua nova sede, com obras incorporadas recentemente ao acervo dos artistas Daniel Acosta, Marcio Banfi, Sandra Cinto, Claudio Cretti, Georgia Kyriakakis, Laercio Redondo, Rosangela Rennó, Marcelo Silveira, Lucas Simões e Ana Maria Tavares.

Doações

Recentes

2

Dando continuidade à implantação paulatina do Museu em seu novo edifício, mais um espaço é aberto ao público com a mostra Doações Recentes 2, instalada no mezanino. São obras dos artistas Felipe Cama, Paulo Gomes, Roberto Kepler, Emanuel Nassar, Alfredo Nicolaievsky e Alberto Simon. Em comum, questões ligadas à apropriação de imagens.

Obra. Mauro Restiffe (até 03 de Novembro de 2013)

Abrindo o edifício anexo ao público, individual do artista com fotografias que registram a reforma do antigo DETRAN para abrigar o MAC USP.

Sala de Espera. Carlitto Carvalhosa (até 03 de Novembro de 2013)

Instalação do artista, também no edifício anexo.

o AGORA, o ANTES: Uma Síntese do Acervo do MAC (até 27 de Julho de 2014)

A exposição apresenta uma revisão crítica dos gêneros tradicionais da arte (alegoria, retrato, paisagem e natureza-morta) e toma como partido a convivência em um mesmo espaço de objetos ou registros de ações originados em tempos e lugares distintos. Entre as 85 obras estão grandes nomes do acervo como Amedeo Modigliani, Tarsila do Amaral, Henri Matisse, Giorgio De Chirico e Anita Malfatti, por exemplo, ao lado de obras de jovens artistas, como Thiago Honório, Fernando Piola, Marina Saleme, Rommulo Vieira Conceição e Júnior Suci.

Di Humanista (até 26 de Outubro de 2013)

Nas 67 obras da exposição o público pode entrar em contato com as várias facetas que caracterizavam a forma como Emiliano Di Cavalcanti percebia e interpretava a paisagem social do país, dirigindo seu olhar para o universo das pessoas mais humildes como pescadores, trabalhadores, homens e mulheres comuns.

O Artista como Autor / O Artista como Editor (até 27 de Julho de 2014)

Esta exposição apresenta duas características visíveis na cena artística das últimas décadas: por um lado, artistas que agem sobre o mundo, reivindicando sua inscrição como autor, por meio de gestos e estruturas formais que ratifiquem sua individualidade e por outro, artistas que agem como quem joga com imagens já prontas, ressignificando o sentido original das mesmas, quer por meio da escolha arbitrária de uma ou outra imagem, quer pela articulação de várias.

José Antonio da Silva em Dois Tempos (até 18 de Janeiro de 2014)

Exposição mostra 41 trabalhos de José Antonio da Silva (1909-1996) pertencentes ao acervo do MAC USP. As pinturas e desenhos refletem duas fases do artista autodidata que, entre primitivo e concreto, se fez pintor no contexto modernista dos anos 1940/50.

31/08 – abertura do 5º andar

Classicismo, Realismo, Vanguarda: Pintura Italiana no Entreguerras (até 27 de Julho de 2014)

Com curadoria de Ana Magalhães, docente do MAC USP, mostra apresenta as 71 pinturas italianas adquiridas entre 1946 e 1947 por Francisco Matarazzo Sobrinho, o Ciccillo, e sua esposa Yolanda Penteado, para a criação do antigo MAM de São Paulo. A exposição traz ainda dez obras de artistas brasileiros cujas práticas mantinham relação com o ambiente artístico italiano do entreguerras.

Os Volpis do MAC (até 02 de Março de 2014)

Dezoito obras do artista Alfredo Volpi que pertencem à coleção do Museu, com curadoria do também artista plástico Paulo Pasta.

MUSEU DE ARTE MODERNA

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral - Portão 03

Horário: Terça a Domingo e Feriados, 10h00 às 18h00 (encerramento bilheteria às 17h30). Ingresso: R\$ 6,00 | Contato: 5085-1300

Informações: www.mam.org.br | www.facebook.com/MAMoficial | www.twitter.com/MAMoficial | www.youtube.com/MAMoficial e [http://www.googleartproject.com/collection/museu-de-arte-moderna-de-sao-paulo/Educativo MAM](http://www.googleartproject.com/collection/museu-de-arte-moderna-de-sao-paulo/Educativo%20MAM) - Agendamento: 5085-1313 | e-mail: emaileducativo@mam.org.br

PAVILHÃO DAS CULTURAS BRASILEIRAS

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral - Portões 03 e 10

Responsável: Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura

Terça a Domingo, 09h00 às 18h00.

Contato: 5083-0199.

Agendamento pelo e-mail: educativopcb@prefeitura.sp.gov.br

Email: culturasbrasileiras@prefeitura.sp.gov.br
 Site: www.culturasbrasileiras.sp.gov.br

PAVILHÃO JAPONÊS

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral - Portões 03 e 10
Ingresso: R\$ 6,00 - adulto | R\$ 3,00 - Crianças de 5 a 12 anos, estudantes e idosos de 60 a 65 anos. Idosos acima de 65 anos, entrada gratuita.
Responsável: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social
Contato: 3208-1755 r 124 | 5081-7296 | **Informações:** www.bunkyo.org.br
 * O Pavilhão está fechado para reforma por tempo indeterminado.

PAVILHÃO LUCAS NOGUEIRA GARCEZ - OCA

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral - Portão 03
Responsável: Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.
Contato: 5082-1777 | **Informações:** oca@prefeitura.sp.gov.br
“O Imaginário do Rei – Visões sobre o Universo de Luiz Gonzaga”
 Até 15 de Setembro de 2013, terça à domingo das 9h00 às 17h00.
 A mostra “O Imaginário do Rei – Visões sobre o Universo de Luiz Gonzaga” tem como tema a vida e obra de Luiz Gonzaga, compositor e interprete da música brasileira de inquestionável importância e consagração pública, cuja influência o nome é notória e reconhecida na produção musical brasileira. Há de se registrar também a relevância do artista para o patrimônio cultural brasileiro, em especial das regiões norte e nordeste do país.
Responsável: Fundação Athos Bulcão e Departamento do Patrimônio Histórico - DPH / Secretaria Municipal da Cultura - SMC.
“Transit” – São Paulo
 Até 15 de Setembro de 2013, terça à domingo das 9h00 às 17h00.
 “Transit” foi criada pelos curadores Daniel Rangel e Fernando Alvin para funcionar como um programa de circulação da coleção de arte contemporânea africana da Fundação Sindika Dokolo. A fundação Sindika Dokolo possui importante acervo de obras de artistas contemporâneos africanos, no qual estão expressas reflexões artísticas sobre ser africano a partir da diversidade cultural, étnica e política do próprio continente.
Responsável: INSTITUTO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA – ICCo e Departamento do Patrimônio Histórico - DPH / Secretaria Municipal da Cultura - SMC.

PLANETÁRIO

Acesso: Av. Pedro Álvares Cabral - Portões 03 e 10
Responsável: Planetário Prof. Aristóteles Orsini
Contato: 5575-5425 | planetariodoibirapuera@prefeitura.sp.gov.br
Informações: www.prefeitura.sp.gov.br/planetarios

UMA PAZ

Acesso: Av. IV Centenário, 1268 - Portões 07 e 07A
Responsável: Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz
Contato: 5572-1004
Informações: www.prefeitura.sp.gov.br | www.blogumapaz.blogspot.com | www.twitter.com/umapaz
 *Programação completa de cursos e palestras no local ou por telefone.
 Inscrições: inscricoesumapaz@prefeitura.sp.gov.br
A Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz oferece as seguintes atividades:
 A UMAPAZ é um departamento da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo, tem o propósito de sensibilizar e contribuir para a formação de pessoas capazes de viver de forma sustentável, de promover na sua comunidade, modos de convivência socioambiental sustentável. Oferece cursos e atividades de educação ambiental e para a convivência, tendo como princípios o respeito à comunidade da vida, a biodiversidade e a diversidade humana, a transdisciplinaridade e a cultura de paz, acolhendo a Carta da Terra como documento-base.
Biblioteca: Espaço Sapucaia
 Acervo voltado ao meio ambiente e cultura de paz. Livros, teses, trabalhos técnicos, periódicos, CD's, DVD's, VHS e fotografias. Dedicada à pesquisa, consulta e empréstimo. O acervo pode ser conhecido no site www.umapaz.phlweb.com.br
 Segunda a Sextas, 09h00 às 19h00 | Sábados, 09h00 às 13h00 | **Informações:** 5083-1928 |
 Contato: bibliotecaumapaz@prefeitura.sp.gov.br

ANEXO C:

Conteúdo do Portal da Prefeitura da Cidade de São Paulo Secretaria do Verde e Meio Ambiente – Parque do Carmo

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Início - Secretarias - Meio Ambiente / Parques / Região leste

CGE: OBSERVAÇÃO - Acompanhe as condições do tempo na Capital paulista

Rodízio: 7 e 8

Lentidão: 0 km

Clima: 16º

Carmo - Olavo Egydio Setúbal

Av. Afonso de Sampaio e Souza, 951 – Itaquera

Subprefeitura: Itaquera

Área: 1.500.000 m²

Funcionamento: diariamente das 5h30h às 18h | 5h30 às 19h (horário de verão)

Fone: (11) 2748-0010 / (11) 2746-5001

INFRAESTRUTURA

Museu do Meio Ambiente, monjolo, lagos, estacionamento, anfiteatro natural, aparelhos de ginástica, campos de futebol, ciclovia, pista de Cooper, playgrounds, quiosques, churrasqueiras, gramado para piquenique, sanitários, redários. Bosque das cerejeiras e monumentos à imigração japonesa. Funcionam também os DGDs Leste 1 e 3, Viveiro Arthur Etzel, Planetário, Base Setorial, Bosque da Leitura (SMC) e Base da Guarda Civil Metropolitana.

PARTICULARIDADES

Localizado na área da antiga fazenda do empresário Oscar Americano de Caldas Filho, para a criação do parque foram mantidos o prédio sede em arquitetura colonial, um conjunto de lagos e toda área ajardinada.

Possui vegetação composta por eucaliptais, remanescentes da Mata Atlântica com mata ciliar, campos antrópicos, brejos, além de gramados, cafezal, pomar, bosque de cerejeiras-de-okinawa e um viveiro de produção de espécies arbustivas. Destacam-se angico, araribá-rosa, cedro, gameleira-brava, grevilea-gigante, ingá-ferradura, ipês (*Handroanthus chrysotrichus*, *H. impetiginosus* e *Tabebuia roseoalba*), jacarandá-paulista, jequitibá-rosa, pau-ferro, pau-jacaré, quaresmeira e seafórtia. Foram registradas 242 espécies, das quais 9 estão ameaçadas como a copaíba, o pau-brasil e as samambaiaçus. São 135 espécies de fauna, sendo 10 de répteis, a exemplo do lagarto florestal conhecido como papa-vento; além de sete de mamíferos e 118 de aves. Garças, mergulhões, martins-pescadores, irerês e ananaís fazem uso do lago. As distintas paisagens oferecem oportunidade de avistamento do imponente gavião-pega-macaco, rapinante ameaçado de extinção e de espécies endêmicas de Mata Atlântica, como a borralhara-assobiadora e pula-pula-assobiador. Os inquietos papagaios-verdadeiro tornam-se cautelosos nas proximidades de seus ninhos. Ocorrem também espécies florestais como tié-de-topete, choquinha-lisa e choca-da-mata, de difícil observação, porém traídas por suas vozes, bem como as aves noturnas coruja-orelhuda, curiangos e bacuraus. No quesito canto, destacamos trinca-ferro-verdadeiro, graúna e canário-da-terra. Olhos atentos observarão diversas espécies de beija-flores e passarinhos vistosos: sanhaçu-de-fogo, saíra-viúva, saí-azul, fim-fim, saí-andorinha e saíra-de-chapéu-preto e o singular arapaçu-do-cerrado. Dentre os mamíferos, há registros de veado-catingueiro, preguiça-de-três-dedos, tatus, ouriço-cacheiro e caxinguelês. Há 35 anos realizada no parque, a tradicional Festa das Cerejeiras comemora o florir da árvore símbolo do Japão e tornou-se a marca da comunidade nipônica que vive na região. Todos os anos ocorre a prática do “hanami”, ritual que consiste em sentar-se sob as cerejeiras e contemplá-las por longo período.

ÔNIBUS:

2522-10 – Vila Progresso – Shop. C.L. Aricanduva

3027-10 – Vila Minerva – Shop. Aricanduva

3062-10 – Conj. José Bonifácio – Term. Vila Carrão

+ informações: www.sptrans.com.br

Fonte: Textos/Fotos - GUIA DOS PARQUES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Programação

Bosque da Leitura

Todos os domingos, das 09h30 às 16h